

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação
Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

Terra Chã: Estratégias para o Desenvolvimento Local Sustentável

Madalena Filipe Santa Cruz

Coimbra
2011

Departamento de Educação

Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

Terra Chã: Estratégias para o Desenvolvimento Local Sustentável

Madalena Filipe Santa Cruz

Relatório Final de Projecto, orientado pelo Professor Doutor Nuno Carvalho,
apresentado à Escola Superior de Educação de Coimbra, Departamento de Educação,
em 2011

2011

Terra Chã: estratégias para o desenvolvimento local sustentável

Resumo: O presente estudo de caso pretende abordar como campo empírico a comunidade de Chãos, as práticas de participação dos actores locais e a gestão social defendida pela cooperativa de desenvolvimento local sustentável, inserida nesta aldeia. Ambiciona-se deste modo, perceber de que forma a Cooperativa Terra Chã pode contribuir para suprimir as necessidades da população local e promover a participação e cidadania activa; averiguar práticas, estratégias e metodologias presentes numa acção para o desenvolvimento local sustentável, como processo de mudança; e verificar a presença de princípios do desenvolvimento local sustentável nos serviços e actividades prestados pela gestão da Cooperativa Terra Chã.

Do ponto de vista teórico os eixos de investigação permitem reflectir sobre o território, identidade e património como afirmação colectiva, abordando estratégias de incentivo local, tendo em atenção formas de organização colectiva e suas configurações de acção, tomando como núcleos conceptuais terceiro sector, economia social e o desenvolvimento local sustentável, explorando as noções de rede; cooperativismo; associativismo; participação; cidadania; cooperação; pareceria; recursos endógenos e exógenos; sustentabilidade; mudança; empowerment e inovação.

Trata-se de um estudo assente numa metodologia mista, de natureza qualitativa e quantitativa. As técnicas de recolha de dados são: pesquisa bibliográfica e documental, observação directa, diário de investigação e conversas informais, entrevista semi-estruturada, inquérito por questionário. A análise de dados corresponde à análise bibliográfica, documental, de conteúdo e análise estatística.

Desta investigação é possível salientar que a Cooperativa Terra Chã tem uma lógica de acção inserida em princípios de economia social, que permite criar condições, serviços e ferramentas para as pessoas se envolverem, participarem e poderem liderar os seus processos, emancipando-se, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável. As pessoas de Chãos valorizam as estratégias promovidas pela entidade mas colocam alguma resistência à sua participação, devido à divergência de interesses e desunião, ainda assim revelam receptividade a uma nova abordagem de envolvimento comunitário.

Terra Chã: strategies for local sustainable development

Abstract: The present case study aims to address the community and the empirical field of Chãos, the practices of participation of local actors and social management advocated by the cooperative of local sustainable development, set in this village. Ambition is thus to understand how the Cooperativa Terra Chã can help to aid the needs of local people and promote participation and active citizenship; ascertain practices, strategies and methodologies present in an action for local sustainable development as a process of change; and check the presence of principles of sustainable local development provided by the Cooperative Terra Chã management.

From the theoretical point of view axes allow research to reflect on the territory, identity and heritage as collective affirmation, discuss strategies for local endorsement, taking into account forms of collective organization and its settings for action, taking as conceptual cores third sector, social economy and sustainable development exploring the notions of network, cooperative, association, participation, citizenship, cooperation, endogenous and exogenous resources, sustainability, change, empowerment and innovation.

This is a study based on a mixed methodology, with qualitative and quantitative nature. The techniques of data collection selected are: bibliographical and documentary research, direct observation, research diary and informal conversations; semi-structured interview, questionnaire survey. The techniques of data analysis correspond to the literature, documental, and content review and statistical analysis.

From this research it is possible to point out that the Cooperativa Terra Chã has a logic of action embedded in the principles of social economy, which allows you to create conditions, services and tools for people to get involved, participate and be able to lead their processes, emancipating in a perspective of sustainable local development. People from Chãos value the strategies promoted by the entity but put some resistance to their participation due to the divergence of interests and division, but still show receptivity to a new approach of community involvement.

Índice

Introdução.....	1
1 - Enquadramento Teórico.....	5
1.1 - Território, Identidade e Património como Afirmação Colectiva.....	7
1.2 - Estratégias de Incentivo Local.....	15
1.3 - Da Organização Colectiva à Acção.....	20
1.4 - Desenvolvimento Local Sustentável.....	33
2 - Objectivos e Metodologia.....	41
2.1 - Objecto de Estudo.....	43
2.2 - Objectivos.....	43
2.3 - Pergunta de Partida.....	43
2.4 - Perguntas Orientadoras.....	44
2.5 - Metodologia.....	44
2.6 - Técnicas de Recolha de Dados.....	45
2.6.1 - Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	45
2.6.2 - Observação Directa.....	46
2.6.3 - Diário de Investigação e Conversas Informais.....	47
2.6.4 - Entrevista Semi-Estruturada.....	48
2.6.5 - Inquérito por Questionário.....	48
2.7 - Técnicas de Tratamento de Dados.....	49
2.7.1 - Análise Bibliográfica e Documental.....	50
2.7.2 - Análise de Conteúdo.....	50
2.7.3 - Análise Estatística.....	51

3 - Contexto do Estudo.....	53
3.1 - Caracterização de Rio Maior.....	55
3.1.1 - Geografia.....	55
3.1.2 - Morfologia.....	56
3.1.3 - Demografia e Sócio-Economia.....	56
3.1.4 - Património.....	58
▪ Natural.....	59
▪ Construído.....	60
▪ Cultural.....	60
3.2 - Descrição da Freguesia de Alcobertas.....	61
3.3 - Historial da Cooperativa Terra Chã.....	62
4 - Apresentação e Discussão de Resultados.....	65
4.1 - A Cooperativa Terra Chã e as suas Actividades.....	67
4.2 - Caracterização da Aldeia e População de Chãos.....	70
4.3 - Recursos Locais e Opção Estratégica	74
4.4 - Metodologia de Intervenção da Cooperativa Terra Chã.....	77
4.5 - A Procura de Serviços e Actividades no Centro Cultural de Chãos.....	79
4.6 - Envolvimento e Participação das Pessoas nos Projectos da Cooperativa Terra Chã.....	81
4.7 - Expectativas e Sugestões da População para a Aldeia de Chãos.....	84
4.8 - Importância do Centro Cultural de Chãos e do Projecto da Cooperativa Terra Chã para a População.....	86
Conclusões e Recomendações.....	91

Referências bibliográficas.....	96
---------------------------------	----

Índice de Quadros

Quadro 1 - Dados Demográficos do concelho de Rio Maior.....	57
Quadro 2 - Actividade Profissional	73

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Condições de Fixação em Chãos.....	71
Gráfico 2 - Nível de Instrução da População de Chãos.....	72
Gráfico 3 - Situação Profissional.....	72
Gráfico 4 - Local de Exercício da Actividade da População de Chãos.....	73
Gráfico 5 - Presença Física no Centro Cultural de Chãos.....	80
Gráfico 6 - Frequência com que recorre ao Centro Cultural de Chãos.....	80
Gráfico 7- Recurso ao Centro Cultural de Chãos.....	81
Gráfico 8 - Quem acompanha quando recorre ao Centro Cultural de Chãos.....	81
Gráfico 9 - Colaboração com a Cooperativa Terra Chã.....	82
Gráfico 10 - Tomada de conhecimento dos serviços/actividades.....	82
Gráfico 11- Colaboradores da Cooperativa Terra Chã.....	83
Gráfico 12- Momento de Conhecimento dos serviços/actividades.....	83
Gráfico 13 - Condições do centro Cultural de Chãos.....	84

Gráfico 14 - Disponibilização de sugestões no Centro Cultural de Chãos.....	85
Gráfico 15 – Recurso a serviços/actividades no centro Cultural de Chãos.....	87
Gráfico 16 - Importância dos serviços/actividades para a aldeia de Chãos.....	88
Gráfico 17 - A Cooperativa Terra Chã é importante para a aldeia.....	88
Gráfico 18 - Se a Cooperativa Terra Chã deixar de existir, fará diferença à população.....	89
Gráfico 19 – Funcionamento/gestão da Cooperativa Terra Chã.....	89

Índice de Anexos

Anexo 1 - Guião de Entrevista Semi-Estruturada.....	105
Anexo 2 - Entrevista Semi-Estruturada.....	109
Anexo 3 - Transcrição da Entrevista Semi-Estruturada Realizada ao Presidente da Cooperativa Terra Chã.....	113
Anexo 4 - Matriz de Redução de Dados da Entrevista Semi-Estruturada.....	125
Anexo 5 - Guião do Inquérito por Questionário.....	131
Anexo 6 - Questionário à População.....	135
Anexo 7- Sugestões da População para o Centro Cultural de Chãos.....	143
Anexo 8 - Importância da Cooperativa Terra Chã para Chãos.....	145

Introdução

A actualidade revela novas formas de relação com o poder, colocando em questão premissas centralizadas e legitimadas pelas instituições de Estado, assentes em lógicas de mercado financeiro dominados pelo poder económico, dando relevo a novas formas de poder, difundido por redes de informação e conhecimento em unidades produtivas e governância, que regulam as suas relações, pelo capital social com o intuito de criar novos significados simbólicos na informação já existente, com o propósito de redefinir a sua posição na sociedade, para provocar transformação na estrutura social.

Os novos movimentos sociais inseridos no terceiro sector, mobilizam actores no contexto de uma identidade de projecto, com afirmação nos mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas, de forma a contrariar a lógica dominante da sociedade na gestão do seu espaço, território. A sua intenção de reestruturação dos espaços de vida para que sejam utilizados e fruídos, respondendo a necessidades locais, reciclando a conjuntura existente mediante o aproveitamento dos recursos endógenos, passa por novos desafios, práticas e intencionalidades, assente no estudo e aplicação de estratégias integradas e sustentadas de desenvolvimento local sustentável.

O estímulo económico necessário a uma região pode provir de estratégias centradas na valorização do património, nomeadamente como atractivo para turismo cultural e de natureza, ajustado a mercados de especialidade, evocando produtos específicos e característicos do território, que leva igualmente a uma promoção dos saberes vivos como perpetuação e conservação do legado, a gerações futuras numa perspectiva intercultural, tornando estes espaços como lugares de retorno e conhecimento, não apenas como lugares de passagem.

De um modo geral, as estratégias de desenvolvimento local sustentável que tomem como eixo o turismo cultural e de natureza, validam a representação simbólica do objecto patrimonial e exploram o imaginário social em torno do seu desempenho e função, tornando produto e processo acessível, através da operacionalização de informação em actividades, de modo a envolver as pessoas na aprendizagem do seu conhecimento, potenciando os grupos e comunidades locais

promotores do património, como espaços de fruição e formação.

Assim, os actores tornam-se produtores e distribuidores de conhecimento e novos consumos mediante a identificação de produtos patrimoniais, formação de conhecimentos pela sua caracterização e especificidade territorial, com a criação de redes sociais para promover e facilitar a acção patrimonial e, o reconhecimento e valorização do território mediante os produtos, conhecimentos e acções realizadas, através do intercâmbio e interacções que se estabelecem, em particular através do marketing cultural.

O projecto para a acção patrimonial permite identificar necessidades com base num diagnóstico, clarificar ideias, estruturar intenções e esboçar objectivos a partir de uma planificação e traçar percursos através da uma avaliação, para dar resposta construindo lógicas e estratégias territoriais, de modo a garantir continuidades, articulações e alargar densidades que fragilizam os espaços de vida.

A metodologia de trabalho, para se realizarem estas estratégias tem por base, processos de interacção múltipla, que passam pela importância da negociação para obter consenso, com intuito de ultimar em compromisso, advindo da clarificação e identificação que cada um tem com o sistema de acção, de modo a conciliar os interesse particulares com os colectivos.

A chamada para a acção, como forma de envolvimento e participação, provém da identificação da pessoa com o sistema, a comunicação que detém com a comunidade em que se insere, o seu sentido de identidade, mediante o reconhecimento de si e dos seus interesses, o reconhecimento do seu ajustamento estrutural e forma de regulação societária.

A forma de organização colectiva destacada é o cooperativismo e associativismo inclusivos em redes de parceria, pelo que a inovação do terceiro sector, potencia estas dinâmicas territoriais inspiradas em valores e princípios de desenvolvimento local sustentável para determinar acções, que conseguem evidenciar um equilíbrio entre o que tem de ser desenvolvido com critérios económicos, sociais, ambientais, e institucionais, para promover dinamismo económico e melhoria no modo de vida.

Neste sentido, a presente investigação pretende fazer o estudo da gestão social e planeamento de estratégias, implementadas pela Cooperativa Terra Chã,

como promotora de desenvolvimento local sustentável, e compreender em que medida as pessoas da localidade de Chãos aderem à concepção, planeamento, implementação e dinamização de serviços e actividades; interpretando ainda, os motivos que levam ao seu grau de envolvimento ou abstenção, nos processos de transformação social e mudança colectiva.

Assim sendo, o presente trabalho divide-se em quatro capítulos: o primeiro, no qual se faz alusão ao debate teórico recorrendo-se a núcleos conceptuais como; desenvolvimento local sustentável, terceiro sector e economia social com palavras-chave tais como: identidade; património; rede; cooperativismo; associativismo; participação; cidadania; cooperação; parceria; recursos endógenos e exógenos; desenvolvimento local; sustentabilidade; mudança; empowerment e inovação; o segundo, no qual se esboçam os princípios de investigação através da apresentação do objecto de estudo, mediante os objectivos, uma pergunta de partida, suas questões orientadoras e, dispositivo metodológico, com técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados; o terceiro revela uma breve caracterização contextual do estudo; o quarto coloca em evidência os resultados dos dados obtidos e sua discussão; por fim procede-se à apresentação final de algumas conclusões e recomendações que podem ser ponto de partida para o diálogo e partilha entre a Cooperativa Terra Chã e os habitantes de Chãos.

1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 - Território, Identidade e Património como Afirmação Colectiva

A organização social e humana desenvolve-se em torno de relações que se estabelecem dentro de um espaço, os seus limites e as trocas que se fazem no seu território e, com os que lhe são vizinhos.

O espaço é algo que pré-existe a qualquer intervenção humana, consiste numa limitação geográfica, na qual se desenrolam processos que legam o sentido de territorialidade, condicionado por normas sociais e valores culturais.

O território, subsequentemente, assenta numa construção dinâmica realizada a partir da apropriação social do espaço, onde são projectadas as relações sociais, no qual o exercício de poder é protagonizado por diversos actores que jogam a favor da sua especificidade (Souza e Pedon, 2007).

A importância destas relações prende-se com o facto de serem estas que fazem gestão de informação, conhecimento e o produto da acção dos indivíduos, o que conduz à mutabilidade e mudança de interacções e seus resultados, nos processos de apropriação.

A territorialidade, por sua vez, consta na capacidade, conhecimento, saberes práticos e de senso comum, das pessoas locais, que são valorizadas, protegidas e capitalizam aquilo que um dado território tem como típico e exclusivo; imprimindo a sua marca, recorrendo à sua identidade e recursos, definindo e redefinindo os espaços locais e territoriais.

“O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas como ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, económicas e culturais” (Souza e Pedon, 2007: 132).

Assim, cada pessoa é alguém actuante, integrado que reivindica diversas pertenças e papéis sociais, nos quais reflecte a sua identidade, produto de uma construção reflexiva ou auto reflexiva de produtos contextuais e uma reconstrução permanente, flexível e dinâmica como resultado de processos temporais de inserção e interacção (Pereira, 2002).

Castells (2003:2) aborda a identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo [...]” segundo um processo de autoconstrução e individualização, no qual “os indivíduos, grupos sociais e sociedades reorganizam o seu significado¹ em função de tendências sociais e projectos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo/espço[...]que] ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder” (2003:4)

Com base neste pressuposto, o autor propõe a distinção entre três formas e origens de construção de identidades: uma, a *identidade legitimadora* de dominação estrutural sobre os actores sociais a partir de um conjunto de organizações e instituições que dão origem a uma sociedade civil; outra, a *identidade de resistência* cuja construção é defensiva perante aquilo que é oferecido pelas instituições e ideologias dominantes; e por último a *identidade de projecto* que se caracteriza pela redefinição da sua posição na sociedade com capacidade de provocar transformação na estrutura social, através da utilização de qualquer material cultural que esteja ao seu alcance, com potencial para renovar a sociedade.

A resistência e os projectos contrariam a lógica dominante da sociedade e promovem agentes reconhecidos pelos novos movimentos sociais e movimentos heterogéneos de instituições, porque detêm como característica uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, na qual organizam actividades e partilham informações que mobilizam símbolos e transformam códigos culturais, convertendo-se em produtores e distribuidores pelas múltiplas formas de intercâmbio e interacção; com um novo poder assente na identidade cuja estratégia se afirma nos mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas (Castells 2003).

A particularidade dessas redes identitárias reside na essência de cada pessoa processar, dar forma e sentido à informação que recebe, passando também ela a ser emissora, reenviando-a para as redes que escolhe, integra e abandona, efectuando trocas entre as mesmas (Pereira, 2002).

Retomando os conceitos abordados podemos dizer que espaço, território e identidade, se distinguem da seguinte forma: o primeiro assume-se como património natural de uma região; o segundo como a apropriação deste, pela intervenção de

¹ O autor define significado como função simbólica

diferentes actores e; o último como resultado do jogo de poder a partir daquilo que lhes é característico, na apropriação do espaço, seus limites geográficos, ideológicos e culturais, onde as redes de informação e conhecimento são promotoras de novas formas de poder e regulação societária.

Daí se depreende que o vivido, sentido, percebido e concebido; que dá lugar ao conhecido e reconhecido através de símbolos, imagens e aspectos culturais que transmitem valores, são processos nos quais se reflectem a identidade, que aplicam sentido de território, pertença e defesa de valores de uma cultura em construção ou adquirida (Souza e Pedon, 2007).

Esta dinâmica de interacção que decorre da identidade colectiva incorpora por sua vez diferentes dimensões que se desenvolvem num contexto multirreferencial das quais se destacam: o reconhecimento de si e dos seus interesses; o reconhecimento do outro e seu ajustamento estrutural; a legitimação de um sistema de acção com base na comunicação e sentido de comunidade; e ainda uma nova forma de regulação societária, de actores que promovem mudança, denominados actores institucionais porque se movem no contexto do desenvolvimento e planeamento que representam interesses colectivos (Guerra, 2006:24).

“Assim, a transformação do espaço em território - isto é, em lugar culturalmente transformado e apreendido, racionalmente planeado e planificável mas também causa, resultado e produtor de identidades – permite que ele seja vivido/fruído pelos grupos humanos de modo diferente, oposto e complementar” (Lavado, 2009: 1).

As pessoas residem, habitam, visitam, usufruem, pertencem e identificam-se com lugares no território que assumem características, que os delimitam como rural ou urbano. Estas assentam habitualmente nas densidades (sócio-económica, demográfica, cultural, urbana, profissional, de equipamentos), dinâmicas da população, das actividades e dos rendimentos.

A intencionalidade das práticas relacionadas com os lugares, cujas qualidades lhes são associadas, passam pela: residência, trabalho, compras, lazer, recreação, turismo e envolvem acessibilidades, valores e informação.

Tanto a cidade, a vila ou a aldeia, se encaram como espaços de vida, cujo conceito é “centrado nas práticas concretas dos lugares, nos percursos diários e

rotineiros dos residentes, do homem–habitante, como trabalhador, consumidor de bens, serviços e lazeres, actor ou agente social” (Cavaco, 2009: 39).

Pode-se depreender pelas palavras de Benko (1999) “que a região é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida” (20), no qual entidades espaciais (nacionais, regionais, locais, urbanas) fazem uma organização social e económica que tem uma lógica própria.

Num centro urbano as relações desenvolvidas com o espaço de vida revelam-se como oportunidade de emprego, acessibilidade a bens e serviços, conforto, qualidade de vida, concentração de riqueza e poder, mistura social, animação cultural; nas quais existe concentração demográfica com densidades elevadas, em ambientes construídos com abundância de infra-estuturas institucionais e sociais, com forte participação cívica.

No meio rural tem-se verificado mudanças relativamente ao modo como esse espaço de vida se organiza, devido ao abandono agrícola e de êxodo que leva à perda de população residente e despovoamento dos lugares. A população existente encontra-se com a procura de uma actividade económica associada a outros sectores, com dificuldades de emprego, falta de oportunidades, com dependência de subsídios, pensões e reformas, elevado envelhecimento, isolamento, onde as densidades demográficas são baixas com um tecido social débil, com pouca massa crítica para o envolvimento rumo à mudança e, falta de equipamentos.

A melhoria destas conjunturas passa por recuperar e preencher os espaços vazios que fragmentam os actores e recursos, reciclando novos desafios, dotando a comunidade de equipamentos colectivos e factores geradores de bem-estar; que posam consolidar a produtividade e estruturação dos modos de vida (Reis, 1998).

Baptista (2009: 8) sintetiza em cinco pontos as funções do espaço rural que correspondem às expectativas da sociedade: Produção agrícola; produção florestal; protecção ambiental e conservação da natureza; actividades territoriais (caça, desportos, contacto com a natureza, lazer,...) e actividades associadas à herança rural (património material e imaterial).

Os espaços vazios traduzem-se essencialmente no abandono do meio de produção rural que o ligava a outras economias, identificando-o cada vez mais como um espaço de consumo, pois a agricultura e a floresta já não asseguram o rendimento

dos habitantes dos lugares e aldeias. Assim, não se verifica o auto-provisionamento de meios de produção, mas a compra destes no mercado; o que aproxima cada vez mais o espaço rural com modos de vida, comportamentos e sistemas de valores mais modernos e urbanos do que tradicionais; que destaca uma urbanização do campo ou rurbanização que corresponde a “um processo de integração cultural por influência das cidades, independentemente da distância física a estas, e traduzido pela difusão dos modos de habitar e de consumir qualificados de urbanos” (Cavaco, 2009: 43).

Reis(1998) aponta como causas desta problemática por um lado, a integração na União Europeia e sua organização da economia, que contemplou um imediatismo económico de trocas distante dos actores, sem reforçar a qualificação social, nem o robustecimento da sociedade civil; e por outro lado, políticas nacionais de investimento e desenvolvimento, bipolar entre relações nas áreas metropolitanas Lisboa-Porto e litoral-centro, num debate regional desequilibrado.

“A agricultura portuguesa sofreu as consequências directas de uma política agrícola desenhada em função de uma realidade externa e de objectivos não compatibilizados nem coerentes com as suas condições edafoclimáticas e o seu potencial produtivo e social endógeno” (Barros, 2003: 47)

O modo de tentar ultrapassar esta situação de homogeneização e fragilidade, tem por base o estudo e aplicação de iniciativas, que valorizem a multifuncionalidade do espaço como contributo da economia: tornando a agricultura produtiva, moderna e competitiva, respondendo às novas procuras e exigências da sociedade, cuja dinâmica permita uma diversificação da economia e um desenvolvimento local sustentável do território. “Para se assegurar o desenvolvimento de zonas rurais em estagnação, é necessário criar no seu seio uma forte dinâmica, capaz de fomentar uma atitude colectiva e individual de empreendimento e, ao mesmo tempo, de provocar, gerar e disseminar a inovação, nas atitudes, nas organizações e nas tecnologias” (Melo, 1999:16)

Assim, as lógicas territoriais devem ter em conta os cinco pontos referidos acerca das funções do rural, reinterpretando-as e actualizando-as, para que se tornem atractivas e produtivas, de forma a garantir continuidades, articulações e alargar as densidades.

Actualmente verifica-se um investimento externo ou exógeno, que potencia

os recursos endógenos, através da gestão de mobilidades, transferências de recursos, parcerias e cooperação, para que esta revitalização aconteça, pois o território é uma construção colectiva, no espaço físico, com contextos de acção e iniciativa, que se formam pela proximidade e, consolidam pelas relações, porque são recursos onde as pessoas se reconhecem e por isso as utilizam (Reis, 1998).

É dentro desta óptica que pode surgir um meio de afirmação da identidade colectiva, através da selecção de alguns dos recursos endógenos (de um grupo ou comunidade) de capital natural, social, cultural e humano; cuja valorização e movimentação, é realizada no sentido de legar às gerações futuras, elementos que os diferenciam dos demais; como atractivo para incentivar a economia e promover o desenvolvimento local sustentável porque cada território tem as soluções para os problemas existentes nesse mesmo espaço.

Esta selecção de elementos é realizada através de um processo simbólico de legitimação social e cultural, de uma representação simbólica da versão da identidade que querem transmitir e perpetuar, a cujo resultado aprovado se dá o nome de património.

Este património que define a sensibilidade e evolução de conhecimentos das sociedades humanas ao longo do tempo de acordo com a sua tecnologia e cultura, é um só, denominado como mundial ou da humanidade, pela UNESCO (2005a) que a considera pertença de todas as pessoas do mundo, independentemente do território local de onde os elementos se encontrem inseridos, uma vez que são fontes de vida e inspiração

Mas ainda que este património seja um, porquanto constituiu uma lista de classificação; visto que integra uma diversidade de escolhas, poderíamos falar de patrimónios, pois podemos identificar três tipos, de entre os quais: um natural, outro material, construído também conhecido por tangível e, outro imaterial também denominada de intangível.

O primeiro tipo de património encerra em si, a valorização de espaços naturais, cujas paisagens são únicas, com características exclusivas, com espécies de fauna e flora que passam a ser protegidas e apreciadas numa lógica de singularidade, que até à sua classificação não era atribuída, ganhando um valor e interesse que anteriormente não tinha precedentes.

O segundo tipo de património, consiste na realização de bens materiais de um povo, no seu testemunho físico através de objectos, edifícios e monumentos, que actualmente se denominam de nacionais ou de interesse público que se mantêm, conservam, recuperam e tornam num objecto de estudo, cuja perda se tornaria irreparável (Beltrão, 2002).

O terceiro tipo de património, consta em práticas, expressões e representações que são associadas a saberes e técnicas; objectos e lugares que são transmitidos entre gerações, como objecto de constante recriação. O património imaterial pode ser manifestado através de tradições e expressões orais, artísticas e manifestações de carácter performativo, práticas sociais, rituais e eventos festivos, concepções, conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo, competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais. Este património proporciona um sentido de identidade e continuidade aos grupos e comunidades, sendo compatível com instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos (Costa, 2009).

Estes tipos de património podem ainda englobar áreas patrimoniais designadas como históricas, arqueológicas, culturais, arquitectónicas, científicas, artísticas, etnológicos, antropológicos, bibliográfico, de valores,...pela sua vinculação a factos ou pela importância da sua configuração.

Importa salientar a finalidade do património que consta na conservação e fruição comunitária, porque o seu valor é de interesse público; com o objectivo de cobrir a sua totalidade experiencial, porque exige uma forma de envolvimento e participação que compromete o actor, numa lógica global e difusa relativamente àquilo que cada pessoa pode encontrar e perceber (Esperança, 1997).

Todo o objecto que passa por uma operação de conversão que lhe dá valor para integrar no inventário/lista de classificação para se tornar parte de uma colecção, tem um valor atribuído ao desempenho que se consolida no investimento e acção, assumindo contornos no campo simbólico. É com base na representação simbólica do objecto e da mediação feita por parte do imaginário que se constitui o potencial atractivo para a sua vontade de apropriação. “No tempo ou no espaço, a sua existência depende da dinâmica das suas relações com a comunidade de sujeitos que o identificam e, assim, criam a rede que o sustenta” (Esperança, 1997: 106).

Podem-se, assim, evidenciar no símbolo três características que radicam no

ser significante; na sua especificidade e na necessidade de implicar uma mediação para demonstrar o seu significado; que levam as pessoas a reagir perante a aceção que reside nos símbolos/objectos patrimoniais, que emergem da interacção social e revelam a função social, colectiva e individual na identidade.

Para que o património seja consumido/ fruído, é necessário recorrer à inovação, cujo intuito passa pela criação e associação de valor, a novas necessidades, assentes na criatividade e renovação, de modo a estabelecer uma novidade em algo já existente de modo a que perdure, a longo prazo por outras palavras uma mediação de sentido.

Este objectivo passa pela operacionalização da informação transformando-a em actividades, tornando-a em processo e produto que a torne acessível e envolva as pessoas na aprendizagem do seu conhecimento, potenciando os grupos e comunidades locais promotores do património, como espaços de formação.

Assim, a importância do processo de selecção e aprovação do património, passa pelo fomento de um novo relacionamento das pessoas com os mesmos; que se estabelece pela notoriedade que adquirem, levando cada um a novos consumos de espaço e de tempo (estudo, lazer, cultura, habitação, trabalho, turismo...), e a desenhar novas redes, que doam visibilidade e estabelecem novas intencionalidades práticas, porque são (re) percebidos e (re) interpretados (Jacinto, 2009).

Esta nova premissa permite verificar que “a linha social que separava claramente os produtores dos consumidores culturais está a esbater-se” (Unesco, 2005b: 90) através do acesso deste conhecimento a todos quantos queiram usufruir do património, pois estes passam a fazer parte de uma educação multi e intercultural, na qual são revelados diferentes modos de vida, de região para região, país para país ou continente para continente, que certificam algo local dentro de uma rede global.

Esta educação intercultural supõe desenvolver novas formas de conhecimento baseadas no respeito, compreensão, tolerância, dignidade e diálogo que permite valorizá-las; na qual podem ser envolvidas “através de acções como a educação formal e informal - teatro de rua, museu aberto, palestras, intervenções artísticas temáticas – onde se sintam participante, envolvido e motivado a entender, preservar, zelar e transmitir a gerações futuras a importância da manutenção dos símbolos e signos do património cultural e natural como forma de continuidade (Ribeiro e

Santos, 2008:10).

Este conhecimento é partilhado com o intuito de assegurar uma promoção eficaz dos saberes locais enquanto saberes vivos, de forma a estimular a sua conservação e perpetuação, num espaço social comum a outras culturas e tradições, supondo que cada sociedade possa ser capacitada, de modo a planificar e desenhar um mundo melhor, transformando o seu meio, segundo as suas expectativas (Gomez, Freitas e Callejas, 2007).

2 - Estratégias de Incentivo Local

A promoção da identidade colectiva, não é possível sem envolver as pessoas que lhe pertencem; daí que seja primordial desenvolver estratégias inovadoras que permitam estimular e estabelecer novas formas de relação com o seu património.

Reis (1998) refere que um dos meios para valorizar as produções de comunidades tradicionais são os *mercados de especialidade*, onde se podem encontrar “bens que revelam carácter único, não uniformizado, de certas produções e que ganham o interesse dos consumidores dispostos a privilegiar a diferença. Os produtos agrícolas de qualidade, os produtos orgânicos, a fruição do próprio meio natural através da oferta de serviços como o turismo rural ou de habitação são exemplos disso” (4).

Para que as estratégias de valorização dos produtos territoriais possam ter efeitos, é fundamental o estabelecimento de articulações entre o saber-fazer, que integra a forma de expressão cultural local, e o saber científico que fomenta a validação dos conhecimentos do senso comum.

Com base neste pressuposto, a definição de estratégias de valorização das territorialidades deve ser realizada a partir de quatro vectores de acção: primeiro passa pela *identificação* de produtos culturais que mereçam destaque pela sua exclusividade/tipicidade; segundo, pela *formação de conhecimentos* sobre o território, identificando e caracterizando as especificidades que representem potencialidades; terceiro, pela *criação de redes sociais* que promovam e facilitem o processo de acção patrimonial; e, finalmente, pelo *reconhecimento e valorização do território e suas características* através do marketing cultural, nomeadamente através

da divulgação de imagens e da simbologia local (Capucha, 1996).

Assim, a procura de opções estratégicas tem por base o estudo e aplicação de iniciativas, que valorizem a multifuncionalidade do espaço e seus elementos, permitindo uma diversificação da economia, facilite a coesão e sustentabilidade do território, tendo em conta as lógicas territoriais com a implementação de novas actividades, criação de mais empregos e a revitalização do tecido económico das regiões.

“Esta nova forma de perspectivar e planear uma intervenção nas zonas rurais [contém] ainda outras visões: uma clara visão integradora e logo multisectorial, participativa, através do envolvimento das populações e dos agentes sócio-económicos, sociais e cooperantes” (Barros, 2003:55).

No entanto, é essencial ter em conta o equilíbrio entre recursos ambientais, utilizadores e suas utilizações, na definição de uma estratégia, na qual segundo Baptista (2003) se procure otimizar o problema, através da minimização de utilizações, de modo a salvaguardar a conservação dos recursos sem colocar em causa as necessidades dos utilizadores, mas para esta gestão sustentável ser eficiente e eficaz existem três requisitos: “é necessário melhorar a prestação do Estado neste domínio, fomentar uma sociedade mais consciente e preparada e, criar condições para a consolidação do tecido empresarial do mercado do ambiente (356) [...] porque o sistema ambiental funcionará tanto melhor quanto melhor a qualidade destes serviços (347)”.

Esta problemática é muito evidente em territórios adjacentes e pertencentes a Parque Naturais, o seu planeamento tem em conta diversos factores legais e, regras de funcionamento e ordenamento cujas orientações podem criar contradições na criação de estratégias de impulso local, devido à colmatação das necessidades humanas e a sua relação com a conservação e preservação ambiental, das áreas que habitam.

Uma área protegida inclui o cuidado com espaços naturais, paisagens, preservação de espécies da fauna e da flora bem como os seus habitats, a manutenção dos equilíbrios ecológicos enquanto conjunto de sistemas físicos, químicos e biológicos interligados que constituem todo um conjunto de recursos indispensáveis à vida; cuja utilização humana leva à degradação, fragilização, com a pressão das sua

utilização, a partir do momento em que não permite a capacidade de assimilação e auto-regeneração dos recursos ambientais.

Barbosa e Domingos (2004) revelam que o maior conflito gerado entre as populações, público e entidades públicas e privadas, numa área protegida como o Parque Natural que supõe um território com intervenção humana, provém dos usos sociais e a apropriação simbólica da natureza regrada desses mesmos espaços. Afirmam que ainda assim, “existe um conjunto de actividades cujo desenvolvimento pode ocorrer nestes espaços, valorizando-os, sem comprometer o seu potencial ecológico e paisagístico combinando a conservação com a reconstrução de economias rurais tradicionais, incorporando o turismo ambiental e um zonamento simples sob a responsabilidade de uma moderna autoridade de parques na qual participem activamente as populações locais. Foram elas as primeiras gestoras desses ecossistemas, através de práticas tradicionais para além disso, as áreas protegidas devem ser também reconhecidas como vitais para a recreação humana: um bálsamo para a mente e o espírito, uma fuga às pressões da vida urbana (16-18)”.

Capucha (1996) identifica para qualquer meio as seguintes oportunidades económicas como emergentes e viáveis para aplicação, nas realidades referidas; de modo a reinterpretá-las e actualizá-las, para que se tornem atractivas e produtivas, de forma a garantir continuidades, articulações e alargar as densidades:

“A valorização da agricultura nas suas formas não poluentes e, pelo contrário, favoráveis à sobrevivência de espécies selvagens – por exemplo através de lagoas e bebedouro criados pelos sistemas de agricultura tradicionais – ou de raças autóctones, paisagens e tradições;

Valorização de produtos locais, como carne, charcutaria, queijos, legumes, frutos, compotas, mel, e outros, garantidos e naturais;

Aumento de rendimentos exteriores à agricultura, através do chamado “turismo verde”: agro-turismo, turismo rural, itinerários temáticos, turismo de natureza, descoberta do património, produtos artesanais, etc.

Valorização de produtos energéticos locais e renováveis;

Criação e desenvolvimento de sistemas de recolha e tratamentos de lixos e detritos domésticos e agrícolas, melhoria da qualidade - e às vezes quantidade – da água e dos sistemas de abastecimento, o que obriga muitas

vezes a grandes investimentos prioritários;

Criação de novos serviços ligados aos projectos turísticos, à valorização do património, ao marketing e à comercialização, à pesquisa de novas tecnologias, ecomuseus, organização de festivais e festas, etc;

Renovação de aldeias e outras obras de infra-estruturação com efeitos na construção civil e nos serviços arquitectónicos”.

Este autor salienta ainda, que o turismo é uma das formas de catalisação deste tipo de iniciativas, evocando que este toma primazia porque escoar e movimentar as outras actividades; contribuindo para a protecção do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida local e regional, valorizando o património seja ele de capital natural, arquitectónico, histórico, humano, cultural, ... ajudando a mudar os padrões de interesse e gosto mediante a oferta de novos consumos.

As vantagens deste tipo de estratégias canalizadas pelo turismo, surgem com o incentivo ao emprego através da utilização intensiva de mão de obra local; numa aposta no investimento de pequena dimensão, que torna um arranque mais acessível; para além de melhor se complementar com outras actividades e, mais integrável no tecido económico.

“Neste sentido, uma via, para a valorização económica destas áreas, desde que na observância de parâmetros rigorosos, é o turismo associado, acima de tudo, ao lazer e recreio. Mas é um turismo com características particulares: ecológico, cultural, científico e por isso não adaptável a um turismo de massas” (Barbosa e Domingos 2004: 18).

Ribeiro e Santos (2008) afirmam que “o que difere o turismo cultural do de massas é o produto, é organizado e pensado de tal forma onde se padronizam factores sociais, financeiros e geográficos para tornar acessível a um grande número de pessoas, a preços competitivos, importando a quantidade e a homogeneização, baseando-se no volume e não na forma” (7) enquanto o turismo cultural assenta a sua escolha no motivo e profundidade de uma experiência através da procura de algo no plano intelectual, emocional, psicológico e estético como forma de experimentar um modo de vida diferente.

Para que os projectos de desenvolvimento rural que tomem o turístico como

eixo estratégico se tornem num sucesso é necessário um conjunto de requisitos “que se destacam, no plano interno de cada região, em primeiro lugar a criação de uma massa crítica (...) e a integração dos projectos individuais mais amplos, de forma a ganhar dimensão suficiente para interessar os bancos e investidores (...) em segundo lugar, torna-se necessária a animação da criação de empresas e reconversão de explorações agrícolas, no sentido de integrarem actividades turísticas; melhorarem os produtos, introduzirem a inovação na produção artesanal de qualidade e na promoção dos produtos (...) em terceiro lugar, o sucesso do turismo rural como componente estratégico do desenvolvimento passa pela constituição de equipas pluridisciplinares para fornecimento de apoio técnico e cognitivo para promoção da inovação nos produtos, na comercialização e na promoção do marketing” (Capucha,1996:42).

Deste modo, verificamos diferentes formas para transformar a informação em actividades, destacando o conhecimento em diversos contextos de vida e da sociedade, tornando-o processo e produto da vivência e convivência social das comunidades, potenciando o património.

Podemos com tudo o que foi abordado, aferir que a intervenção adequada² para gerir o património através de iniciativas de desenvolvimento local sustentável, no contexto de lazer e turismo parece ter de passar:

“Pelo desenvolvimento da consciência da identidade de cada local onde a etnografia, a história local e antropologia podem apoiar a relação directa com as comunidades;

Pela criação de dinâmicas no interior da comunidade, facilitando a sua coesão e permitindo a troca de saberes internamente que, a animação socioeducativa e sociocultural podem facilitar.

Pela relação com as comunidades vizinhas, procurando criar percursos entre comunidades, nomeadamente de práticas de exercício físico, obrigando a uma gestão territorial para além dos municípios.

² Reflexão desenvolvida pelos docentes da ESEC: Adília Ramos do curso de Turismo, Rui Mendes e Ricardo Melo do curso de Desporto e Lazer; Nuno Carvalho e Lucília Salgado da licenciatura em Animação socioeducativa e o Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local; no âmbito da elaboração de uma candidatura à FCT.

Pela intervenção de actores e agentes de turismo capazes de transformar objectos e actividades de património local (tangível e intangível) em produtos de lazer e turismo

Pela intervenção de outros saberes locais capazes de apoiar a criação de roteiros de lazer de resposta integrada: saúde, cultura e descanso” (Salgado, 2009).

Lavado (2008) reforça esta utilidade dinâmica defendendo que as actividades culturais são de extrema importância para a dinâmica territorial pelo que permite e incentiva o seu conhecimento como um todo que inclui o “ lugar, gente, vivências e mundividências” (6), promovendo estes espaços como lugares de retorno e conhecimento e não apenas lugares de passagem, onde pessoas, saberes e produtos locais são validados e valorizados como portadores de “memórias, saberes específicos e património(s)” (5).

3 - Da Organização Colectiva à Acção

A actualidade caracteriza-se por uma sociedade de informação e conhecimento, onde se desenvolvem redes de parceria e comunicação que alargam à escala planetária a distribuição da produção e consumo, de padrões sociais, políticos e culturais; nivelando hábitos, comportamentos, gostos, valores e contravalores.

Esta organização social revela-se pela “capacidade de identificação, produção, processamento, transformação, disseminação e utilização de informação para criar e aplicar conhecimentos necessários ao desenvolvimento humano” (UNESCO, 2005: 41); permitindo que a mudança seja constante e muito rápida, pois o que é descoberto, reinterpretado ou realizado, é comunicado e absorvido em larga escala por grandes massas.

Assim o que a caracteriza é uma rápida expansão que ocorre entre pessoas, povos e nações no planeta; ainda que esta se desenvolva de forma assimétrica, porque os seus efeitos e impactos são sentidos de forma diferente, no local onde são acolhidos.

A este fenómeno social que traz consigo “uma civilização aberta a todos”,

damos o nome de globalização, e, esta passa pela “integração de todas as sociedades humanas num sistema único” (Teune, 2005: 266).

Santos (2005: 287) afirma que “as verdadeiras causas da globalização são este agora, em termos de tempo, e este aqui em termos de distância”, pois a facilidade de deslocação e contacto é grande.

A maior parte das inovações que surgem com este fenómeno vêm corresponder às necessidades que despontam no quotidiano, mas as mesmas conduzem a novas problemáticas, assumindo ambas (resposta às necessidades e problemáticas) tanto a uma dimensão local ou nacional, como uma extensão global, porque não nos podemos esquecer que aquilo que se torna global, iniciou-se num ponto local e foi-se estendendo a quantos a abraçaram.

Por isso, a mudança e inovação provocada pela globalização gera tensões com o contexto local, essencialmente derivadas de um acesso desigual às fontes, conteúdos e infra-estruturas; criando grandes fossos entre os que detêm mais poder económico, financeiro, político ou social, perante os restantes mais desfavorecidos.

Esta situação abre possibilidade, a desigualdades sociais tão conhecidas tais como: a exclusão social, precarização do trabalho, o aumento do desemprego, a pobreza, falta de rendimentos estáveis per capita, a sobrepopulação, conflitos entre povos, a (e)migração crescente, envelhecimento da população, a catástrofe ambiental, proliferação de guerras de estado ou entre estados...o que se torna controverso com a filosofia inerente ao processo de globalização, que surge como forma de melhoria de vida e bem-estar, através da investigação e inovação tecnológica aplicada à saúde, educação, habitação, emprego, lazer, meio ambiente...

No entanto, é de referir que algo que um cidadão/ actor promove, interfere com um elevado número de pessoas, e alastra as suas consequências a muitas mais. Isto torna cada um consciente, dos laços que as unem a outras pessoas e a problemas mundiais, que afectam a sua vida quotidiana, uma vez que o seu impacto se reflecte na vida pessoal e contexto local “é a dimensão que, mesmo quando limitada, tem relações e reflexos *planetários*” (Martins, 2001: 91).

Assim, a exposição destes problemas sociais surge como forma de acção e reivindicação da sociedade civil, que se pretende organizar fazendo chegar as suas exigências às instituições de estado, no sentido de transformar as suas políticas

sociais (Garcia, 2005).

Neste contexto irrompem modelos de intervenção na resolução dos referidos problemas de integração social, com base numa cultura de responsabilidade cívica, pela prática de democracia participativa, com uma gestão de interesses públicos, através de acções colectivas que são representadas por: *novos movimentos sociais* (identificam problemas sociais e adversários, propondo alternativas de organização societal); *movimentos de solidariedade* (facilitam a oferta de bens e serviços de acordo com os rendimentos e modo de vida), *movimentos de auto-ajuda* (fomentam a orientação reflexiva das acções e gratuidade na prestação de serviços) e *movimentos heterogéneos de instituições* (promovem o desenvolvimento local com identificação territorial) (Guerra, 2006).

Estes movimentos, não têm em si a preocupação de produzir e distribuir informação mas antes de reinterpretá-la, gerando significados e comunicando os mesmos, referentes à informação já existente, (Melucci, 1995; em, Martins 2001: 90). Parafrazeando Eder (1995 cit: Martins, 2001: 93), “*é pôr no centro a capacidade de gerar definições colectivas de interesses, normas e valores concretizadas através da mobilização colectiva*”.

Para além disso, são entidades primordiais porque se aproximam do cidadão/actor local, correspondendo às reais expectativas sociais de forma mais efectiva e real, do que os poderes de estado, pela interacção que promovem entre a globalização induzida pela tecnologia e o poder de identidade impellido por redes.

Para Benko (1999) uma rede consiste na “dinâmica espacial de uma forma de regulação das relações entre unidades produtivas, e governância ao modo de regulação das mesmas relações, que é genericamente a combinação de diversas formas: hierarquia, subcontratação, pareceria, atmosfera, organismos públicos ou para-públicos” (129).

Veiga (2005) na sua abordagem sobre o actor-rede, afirma que estes conceitos são de *centros de tradução* e de *acção à distância*, como capacidade transformadora, que assegura resultados provindos do trabalho dos outros, o que por sua vez, prenuncia uma díade relativa a dominação/dependência, que se desenvolve em torno da solidariedade e convergência.

Putnam (2000 cit: Simplicio e Rêgo: 2004) distingue a relação de actores

numa rede mediante a sua distância, apelidando-a quando se desenvolve no interior da comunidade, de *bonding capital*, e quando se desenvolve entre lugares/comunidades à distancia de *bridging capital*.

Importa salientar ainda, que, “o poder (...) já não se concentra nas instituições (o Estado), nas organizações (sociedades capitalistas) ou nos mecanismos simbólicos de controlo (empresas mediáticas, igrejas). Pelo contrário, difunde-se em redes globais de riqueza, poder, informação e imagens, que circulam e se transmutam” (Castells, 2003: 439).

A propagação e vivência dos princípios democráticos que os orientam, conduzem por sua vez a uma autonomia local cada vez maior, com afirmação de competências e recursos endógenos, na base de uma partilha de aprendizagens e conhecimentos, sustentado na reciprocidade; que se assume como uma forma de resistência perante a mudança e inovação doadas pela globalização.

“Para a UNESCO, a construção de sociedades do conhecimento abre caminho para a humanização do processo de globalização” (2005:42), no qual se pretende alcançar a estabilidade, a segurança, a coesão social e padrões de vida dignos para todos.

Assim, podemos afirmar que a ocorrência e complexidade de problemáticas actuais e desigualdades sociais bem como a crescente crise de legitimidade dos poderes de estado e a reivindicação dos actores; leva à defesa de novas formas de decisão e acção colectiva que tentam conduzir à eficácia e democracia participativa, rumo à mudança social. Os novos movimentos sociais “dão centralidade ao recurso de informação, como recurso primordial, nas acções e conquistas colectivas” (Martins, 2001: 116)

Ainda que, a globalização faça gerar tensões com o contexto local, também tem potencial para disseminar informação e conhecimento necessário ao desenvolvimento humano, cujas utilizações podem inspirar novos modelos e estratégias noutros locais e entidades, com a especificidade dos seus factores endógenos.

Para definir novos equilíbrios perante os conflitos com base em modelos e estratégias de acção, abertos à inovação e construção social, é necessário atingir objectivos concretos através da interacção e cooperação.

Uma das formas de organização colectiva presente em todo o globo, é cooperativismo, e a Assembleia Geral da ONU declarou o ano 2012, como o Ano Internacional das cooperativas destacando a sua importância para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades e cooperadores onde actuam, para reduzir a pobreza, gerar emprego e criar melhoria das condições de vida sócio-económica e integração social.

Os objectivos desta declaração inédita, passam por consciencializar as pessoas para a importância destas entidades no crescimento económico; promover formação e crescimento das cooperativas; incentivar os governos a estabelecerem políticas, leis e regulamentos propícios à formação, crescimento e estabilidade das cooperativas.

O secretário-geral das Nações Unidas, general Ban Ki-Moon³ afirma que “as cooperativas lembram a comunidade internacional de que é possível conseguir alcançar tanto a viabilidade económica como a responsabilidade social”.

As cooperativas são associações voluntárias de pessoas que se unem para satisfazer as suas necessidades económicas, com vista a uma melhoria de condição de vida, realização de aspirações sociais e culturais, cuja gestão é democrática e assente na troca de ideias e partilha de conhecimentos, onde quem participa tem o controlo sobre políticas internas, produção e as decisões. “Não haverá cooperação sem participação; participar é algo intrinsecamente ligado ao acto de cooperar, ao projecto cooperativo...A participação é, assim, empenhamento (commitment, em inglês; engagement, em francês)” (Leite, 2011: 17).

Os princípios orientadores são a ajuda mútua, solidariedade humana, cooperação, honestidade e esforço; e a doutrina que deve nortear o funcionamento de uma cooperativa baseiam-se em sete princípios⁴ sendo estes: *adesão voluntária e livre* na qual todos poderão utilizar os seus serviços e responsabilidades como membros; *gestão democrática* no qual os membros tomam controlo com participação activa na formulação de políticas e escrutínio de decisão; *participação económica dos membros*, de modo equitativo, cujos excedentes se destinam a objectivos de

³ Tradução de “Cooperatives are a reminder to the community that it is possible to pursue both economic viability and social responsibility”

⁴ Código cooperativo português, lei nº 51/96

desenvolvimento, benefício dos membros ou apoio a outras actividades aprovadas pelos membros; *autonomia e independência* pois são controladas pelos membros e caracterizadas pela ajuda mútua; educação formação e informação, dos membros de forma, a que possam contribuir com os seus conhecimentos adquiridos no desenvolvimento da cooperativa a que pertencem; intercooperação com actuação em conjunto com outras cooperativas em representações locais, regionais e internacionais.

O sector cooperativo compreende os seguintes ramos: consumo, comercialização, agrícola, crédito, habitação e construção, produção operária, artesanato; pescas; cultura; serviços; ensino; solidariedade social, “É admitida a constituição de cooperativas multisectorias, que se caracterizam por poderem desenvolver actividades próprias de diversos ramos do sector cooperativo...” (artigo 4º, lei nº 51/96).

As cooperativas podem ser de primeiro grau ou de grau superior (as primeiras são representadas por pessoas singulares ou colectivas; e as segundas uniões, federações e confederações de cooperativas.

Nesta organização colectiva todos os cooperantes têm direitos e deveres, a nível individual, resumindo-se os benefícios na participação em todas as actividades da cooperativa; votando e sendo votados; receber o retorno económico das actividades produzidas; poder dar opinião, defender as suas ideias e poder propô-las à direcção; poder convocar assembleia sempre que necessário; consultar todos os documentos referentes à cooperativa pedir esclarecimentos à administração fiscal. As obrigações dos cooperantes traduzem-se na participação de todas as assembleias; colaborar com a cooperativa e cumprir os seus compromissos; pagar as suas cotas e aumentar o seu capital; zelar pela imagem da cooperativa; votar nas eleições e acatar as decisões da maioria.

A nível colectivo são representados pelos dirigentes, não podendo estes tomar decisões sem a aprovação da assembleia-geral dos cooperantes em planos de trabalho da cooperativa; devendo prestar contas do concelho de administração e parecer do concelho fiscal; aprovar a distribuição de sobras; aumentar o capital da

cooperativa; reformular o estatuto; fazer a dissolução voluntária da cooperativa e nomeação dos liquidantes; aprovar contas dos liquidantes; adquirir ou vender bens móveis e imóveis; fundir, incorporar ou desmembrar a cooperativa.

Para melhor compreender as dinâmicas das cooperativas devemos reter que a sua essência consta na intenção de se moderarem excessos de mercado e de introduzir valores de solidariedade, responsabilidade e melhoria das condições de vida “A experiência, desenvolvida ao longo de décadas de história da cooperação, mostrou que existe uma apertada e virtuosa relação entre desenvolvimento económico e coesão social. Uma redução na coesão pode significar maior vulnerabilidade no desenvolvimento; por outro lado, crescimento económico livre de qualquer melhoria nos níveis de vida não cria coesão. Tal significa trabalhar pela participação e pelo espírito empreendedor (Barberini, 2009: 17).

Perante o fenómeno de globalização, colocam-se novos desafios às cooperativas que lhes provoca um grande dilema a nível organizacional, pois sentem necessidade de se manterem fiel aos seus princípios, doutrina e origens; mas também têm de se actualizar e reestruturar para fazer face às exigências do mercado de trabalho.

Mas parece que a solução encontrada foi de ir ao encontro de parceiros associativos que se coadunem com os interesses da cooperativa, com a qual pretendem fazer um trabalho conjunto que beneficie todos. “O argumento é duplo: estas formas societárias, especialmente a de sociedade anónima, serão mais eficazes numa sociedade globalizada, mais rápidas em função do processo e tempo necessários a uma decisão comercial; essas formas só deverão ser aplicadas se for garantido o controle cooperativo (entenda-se por parte da cooperativa ou cooperativas que estão na sua origem) na gestão, mas isso nem sempre tem acontecido ou têm-no conseguido” (Leite, 2010: 55).

Tanto as cooperativas como as entidades associativas pertencem ao terceiro sector no sistema de produção e distribuição de bens e serviços, que se destacam do sector de *gestão pública* ou de *Estado*, também denominado pelo primeiro sector; e de *gestão privada*, conhecido por segundo sector; pelos seus princípios e valores de gestão económica social e solidária.

As entidades e pessoas confinadas ao Terceiro Sector apresentam-se como uma alternativa ao modelo dominante, porque são uma expressão de movimentos heterogéneos de instituições, que partilham a perspectiva e as implicações metodológicas inerentes ao desenvolvimento local sustentável; tendo uma actuação de intervenção, a nível local, contextualizada num território, com uma acção flexível que se adapta à realidade do meio, descobrindo potencialidades e recursos endógenos, para levar a cabo a resolução de muitos problemas, com metas duradouras de médio e longo prazo.

Estas iniciativas de desenvolvimento local sustentável geridas por grupos da sociedade civil, pretendem ser uma forma de resistência, assumindo como principal preocupação o desenvolvimento e emancipação humana, através da justiça social e mais equitativa na distribuição da riqueza, a partir de uma visão integrada de sustentabilidade natural, territorial e de recursos locais.

O seu trabalho é essencialmente militante, voluntário e não remunerado, de colaboradores, sendo movido por interesses colectivos, que fazem parte de um processo de mudança, onde adquirem competências que têm a ver com o desempenho de uma missão. “As organizações devem basear-se no conhecimento, convertendo cada colaborador num especialista qualificado para as suas tarefas, no conceito de que a aprendizagem é contínua para que possa alcançar a eficiência” (Amado, 2007: 53), e deste modo contribuir para a concretização da estratégia da entidade e, melhor corresponderem às necessidades da comunidade, que abrange a sua actividade e pessoas nela envolvidas.

Uma entidade de terceiro sector cria estratégias para se tornar auto-suficiente, mas subordina a economia a uma finalidade social, “no qual o capital deixa de ser factor de poder e se afirma como instrumento facilitador” (Ricardo, 2007: 63). Com esta coesão económica é possível promover a coesão social, tão necessária no combate aos problemas quotidianos, com a criação de oportunidades que visem a inclusão das pessoas em circuitos democráticos, económicos, sociais, políticos...

Mas, o planeamento estratégico para a sustentabilidade de uma instituição envolve os seguintes passos para a captação de recursos (Pelluzo, 2000), que se encontram acompanhados de algumas questões orientadoras que os esclarecem:

Missão (quem se identifica com a nossa missão?), *Visão* (onde queremos estar em três ou cinco anos? Isso interessa aos nossos doadores?), *Grupos de interesse - stakeholders* (quem nos apoia agora? Quem deveria apoiar?), *Posição estratégica* (O que é peculiar na nossa organização?), *Valores e cultura* (Valorizamos e procuramos reconhecer a importância dos nossos apoiadores?), *Avaliação situacional* (estamos informados? Como reagimos a ameaças? Como reagimos a oportunidades?), *Questões estratégicas* (que questões devemos abordar para obter sucesso?), *Objectivos estratégicos* (onde queremos estar em três anos?), *Estratégias* (como chegaremos aonde queremos estar?) e *Benefícios para doadores* (o que oferecemos aos doadores?).

Amado (2007: 52) resume e especifica o que distingue o Terceiro Sector dos restantes, através de cinco enunciados:

- “1.Os lucros ou excedentes financeiros são reinvestidos integralmente na organização e seus serviços, não podendo reverter a favor dos seus dirigentes ou associados;
- 2.Possuem um número elevado de mão-de-obra voluntária, ou seja, não remunerada;
- 3.São organizações direccionadas para a satisfação de necessidades sociais e luta contra a exclusão social;
- 4.São organizações de desenvolvimento local, criação de emprego e estímulo à participação;
- 5.Os seus clientes são segmentados, não atractivos e em regiões mais deficitárias”.

Amaro (2009) por sua vez, demonstra a multidimensionalidade da economia social e solidária, destas entidades através da explicitação de oito pilares nos quais assenta este trabalho de entre-ajuda, cooperação, acção e reivindicação dos problemas, numa identidade e perspectiva de projecto.

O primeiro caracteriza esta economia social ou solidária como um *projecto económico* na base da reciprocidade porque “cria emprego, distribui rendimento, satisfaz consumos, gera poupanças e estimula investimentos”.

O segundo coloca esta gestão como um *projecto social*, pois gera oportunidades, para aqueles que se encontram sem meios de aceder ao mercado, para

superar os problemas sociais e satisfazer as suas necessidades de consumo.

O terceiro, assume-a como um *projecto ambiental*, pelo que assegura os meios de produção e consumo através de opções energéticas renováveis, matérias-primas recicláveis ou de matéria biológica, aposta no tratamento de lixos; explorando uma relação o mais harmoniosa possível com a natureza.

O quarto explora esta economia como um *projecto cultural*, porque se enraíza nos saberes, tradições, valores e identidades locais, como forma de desenvolver a actividade de produção seja ela gastronómica, artesanal, de acção social,...

O quinto demonstra que é um *projecto territorial* porque as dinâmicas de desenvolvimento, privilegiam as pessoas do território, envolvendo-as nesta relação económica e seus benefícios.

O sexto, revela-a como um *projecto de gestão* porque é inovadora, trazendo novos conceitos à prática, profissionalizante e eficiente.

O sétimo aborda esta economia como um projecto de conhecimento, pois as suas dinâmicas como inovadoras trazem novos modos de intervenção e participação, novas formas de actuação, diferentes resultados de aprendizagem e aquisição que precisam ser conhecidos, avaliados e disseminados.

O oitavo indica que se revela como um *projecto político*, porque assume uma democracia interna (nas tomadas de decisão da entidade organizacional) e externa (pela colaboração com parceiros).

O projecto assume uma importância vital para a acção pois este “traz-nos elementos de resposta (...e) aparece como uma primeira estruturação de intenções, tentativa de clarificação de um percurso possível por parte de um conjunto de indivíduos, focalizados num espaço de acção cimentados num mesmo objectivo” (Guerra, 2006: 25).

Importa aferir que, a inovação deste sector, permite traçar novos rumos para o desenvolvimento através da aceitação de desafios partilhados, com base numa negociação capaz de construir lógicas e estratégias que são promotoras de oportunidades, com vista à melhoria das condições de vida e quebra de fragilidades.

Assim sendo, uma entidade do terceiro sector acumula muitas potencialidades para desenvolver as estratégias referidas anteriormente em prol do desenvolvimento colectivo que estabelece uma melhoria e fortalecimento estrutural, mas o objecto de

uma acção passa pelo desenvolvimento local sustentável e o seu planeamento estratégico, para se viabilizar; sendo que este processo, conta com a implicação das pessoas, suas relações sociais e, da construção negociada dos seus interesses, problemas e objectivos.

Podemos afirmar por outras palavras, que a economia social e solidária como forma de gestão, necessita de capital social, para criar tecido social e económico, capaz de tornar a sociedade mais forte e coesa, rumo ao desenvolvimento local sustentável.

Este capital social, consta nas pessoas que se envolvem em estratégias para a acção, se colocam como actores que actuam no campo das problemáticas inerentes às crescentes necessidades provocadas pelas dinâmicas da globalização, suas mutações globais e sistema dominante.

“A identificação dos actores e a sua chamada para a acção decorrem essencialmente da relação que têm com o sistema de acção” (Guerra, 2006: 26), uma vez que o processo de construção radica de um problema e se funda na procura de uma solução para o mesmo.

As estratégias nas quais os actores se reúnem, supõem a aquisição de competências para a acção; que significam por um lado, ter um objectivo que leva cada indivíduo a estar consciente dos problemas da actualidade e a tomar uma posição perante as mesmas; e por outro, um meio através do qual se procuram soluções em cooperação, para os erradicar ou minorar através de um conjunto de destrezas, de carácter reflexivo, aprendizagem contínua e comunicação dialéctica.

Segundo Vognsen (Uzzell, 1998: 41), “a competência para a acção deverá englobar as seguintes componentes: Capacidade de seleccionar do caudal de informação os conhecimentos factuais relevantes. *Qual a explicação fidedigna?* Capacidade de entender a coerência através da interpretação da informação e das circunstâncias reais. *Que coerência existe entre o problema em foco e os interesses sociais em geral?* Criatividade para descobrir e desenvolver possibilidades de acção actuais e em antecipação. *O que posso eu – e podemos nós - fazer?* Critérios conscientes para a escolha de acções e para assumir a responsabilidade numa sociedade democrática. *Que acções podem ser baseadas no diálogo e participação?*

Na perspectiva apresentada, os actores constroem-se a partir de um fenómeno

identitário, uma vez que a sua acção se formata e manifesta sob uma apropriação de sentido, significados e motivações, suas formas de apresentação e representação.

Assim, mobilizam-se no sentido de participarem nos processos comunitários com o objectivo de provocarem mudanças, para a melhoria, através da inclusão, construção de consensos, estabilidade, consciencialização, compromisso que conduza ao empowerment (emancipação e participação no direito a tomar parte nas decisões que dizem respeito à sua vida), que implica a admissão de novas responsabilidades e papéis.

A reprodução social destes papéis e responsabilidades, na consecução dos objectivos e sua operacionalização em metas de acção, necessitam de uma lógica associativa, inserida num processo de institucionalização, que apoie todas as actividades desenvolvidas e lhe atribua um estatuto legal.

A pareceria em rede surge como uma diversidade de formas organizativas de diferentes actores sociais e institucionais, cujos mecanismos de coordenação e interacção, accionam dinâmicas entre eles, que resultam da cooperação, não hierárquica de parceiros que se reconhecem, partilham interesses, negociam e trocam recursos (Guerra, 2006).

Esta pareceria em rede dota todo o sistema de partenariado; cujo conceito assenta na cooperação contratual, sobre um projecto comum e as tarefas que lhe são inerentes e, se configura das bases para o topo; envolvendo o conjunto com capacidade financeira, potencial de conhecimentos e a capacidade técnica, para viabilizar as suas propostas (idem).

Esta forma de organização de partenariado e pareceria em rede favorece todos os actores uma vez que cada um contribui com as potencialidades que tem, tornando algo que à partida se afigura inatingível, num processo facilitado entre todos, pela distribuição de poderes.

No entanto, o partenariado tem as suas fragilidades que bem geridas podem tornar-se em potencialidades; pois a participação não é um sinal de consenso; os actores são heterogéneos, o que supõe diferentes perspectivas e interesses que podem conduzir ao conflito; nem todos têm a mesma estrutura de relações sociais e reflexividade sobre as problemáticas; a cooperação desigual, na operacionalidade dos objectivos em que uns têm mais resposta interventiva, do que os restantes; a

limitação imposta por algumas instâncias de poder, que tentam influenciar os processos em detrimento das fragilidades dos restantes parceiros.

Por isso, a acção colectiva necessita de uma forte auto organização e capacidade de coordenação para resistir, uma vez que os seus serviços e actividades provêm de procedimentos de negociação, iniciados por uma identificação de problemas, discussão de alternativas e desenho de projecto, com acordos em programas de financiamento e gestão de parecerias, calendarização de intervenções, avaliação... processo que nem sempre é encarado de forma igual por todos, visto que tem constrangimentos estruturais desiguais, assentes nos interesses individuais, formação, escolaridade e iniciativa empreendedora de cada actor social. “Neste contexto de sobrevivência crítica, a criação de consenso desempenha um papel de contenção da ameaça estrutural para a desagregação. Não há sistemas que funcionem democraticamente sem um certo consenso”(Guerra, 2006:33).

Ainda que com embaraços, esta é uma acção colectiva e de regulação, com princípios legítimos, cuja negociação permite definir e estabilizar os conflitos através de mecanismos de comunicação e concertação, onde todos se conhecem para além das divergências e conflitos, tornando-se eficaz na chamada para a acção que promove mudança e desenvolvimento.

O mais importante a reter desta metodologia de trabalho colectivo, com processos de interacção múltipla, passa pela importância da negociação para obter consenso, ultimando em compromisso que advém da clarificação e identificação que cada um tem com o sistema de acção, de modo a conciliar os interesse particulares com os colectivos.

Evocando a participação e prática do voluntariado no contexto português, esta revela-se fraca comparativamente a outros países da Europa e mobiliza-se de forma desigual por todo o território nacional. Simplicio e Pedro-Rego (2004) reuniram de varios autores (Delicado, 2002 e 2003; Barreto 2002; Pedro-Rêgo, 2001) “a explicação para os baixos valores de participação cívica em Portugal tem sido encontrada na tardia democracia portuguesa, na persistência de uma incipiente cultura cívica, na estrutura sócio demográfica da população, nas características do mercado laboral, na fraca socialização familiar sobre as práticas de participação, na importância da participação cívica informal e na estrutura do terceiro sector

português pouco receptivo ao acolhimento do trabalho voluntário” (2).

Simplicio e Pedro-Rêgo (2004) verificaram que é mais intensa nos meios locais de pequena dimensão, onde as acções e interações assumem maior visibilidade e sentido de identidade, o que parece resultar de altos valores de capital social, que intensificam o seu desenvolvimento tanto em de redes de proximidade como de longa distância, com um sentido da centralidade dos lugares cujo intuito passa por servir a população local. No entanto, referem que ocorrem alguns conflitos decorrentes da participação, protagonismo e poder, nos espaços públicos de acção entre os voluntários, dirigentes associativos e o poder político local.

4 - Desenvolvimento Local Sustentável

O desenvolvimento é uma concepção recente que surge após a II Guerra Mundial cuja evolução se mostra gradual na sua complexidade e globalidade de conceitos. O seu enquadramento inicial é essencialmente económico, inovando em mecanismos de desenvolvimento local, posteriormente surgindo com preocupações de sustentabilidade que depois, convergem na perspectiva presente de actuação assumida como desenvolvimento local sustentável.

Esta mudança dá-se devido à não satisfação das necessidades, proveniente do modelo clássico, pois o progresso assente exclusivamente na economia gerava grandes problemas e desigualdades sociais. Para a melhor compreensão do conceito de desenvolvimento, apresentam-se os principais modelos na sua evolução sendo: o desenvolvimento económico (assente no progresso e bem estar material) dominante nos anos 60 do século XX, perdurando até aos 80, o que abre caminho aos restantes, mediante críticas que refutavam a falta de contemplação de domínios integrados e complementares tais como o social, humano, cultural, ambiental comunitário, político.

Os seguintes modelos foram surgindo paralelamente durante os anos 70/80 como propostas para suplantarem um modelo económico, cada qual evidenciando uma perspectiva particular de interesses, no qual o modelo de eco-desenvolvimento que mais tarde dá origem ao desenvolvimento sustentável (nos anos 90), revela sensibilidade ambiental; o desenvolvimento humano e social (referentes à satisfação

de necessidades básicas) que despertam o respeito dos direitos humanos; o desenvolvimento comunitário (de carácter endógeno); que evoluiu para o conceito de desenvolvimento participativo (inicialmente associado a práticas de Organizações não-governamentais); e desenvolvimento local (ligado a associações de base local) alusivo à consciencialização dos problemas e prática de cidadania activa (Amaro 2001).

O ano chave nesta viragem é 1972, no qual é publicado um relatório chamado *limites ao crescimento* onde se dá conta do ritmo insustentável que colocaria em risco os recursos estratégicos para a continuidade do crescimento. A primeira *Conferência das Nações Unidas pelo Ambiente e pelo Desenvolvimento* também aconteceu no mesmo ano, na qual apareceu o conceito de eco-desenvolvimento (Amaro, 2001). Outro documento de grande importância é o *Relatório Brundtland* que sobressaiu da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (W.C.E.D), em 1987, pois identificou os principais problemas ambientais e desigualdades sociais gerados pelo desenvolvimento económico, permitindo conciliar economia com ecologia, com base num compromisso de intervenção identificado como desenvolvimento sustentável. Mais tarde, na Cimeira de Copenhaga, em 1995, foi incluído o domínio de coesão social para complementar a dinâmica do desenvolvimento. Presentemente inclui-se uma quarta dimensão com vertente institucional que contempla formas de governação de instituições e sistemas legislativos que se reúne com a vertente económica, ecológica e social (Carvalho, 2009).

Todas as perspectivas, provindas da conjugação entre práticas e reflexão teórica, foram essenciais para delinear os contornos actuais do desenvolvimento local sustentável que se caracteriza por englobar todos esses conceitos. Relativamente a este respeito, Benko (1999) afirma que “é preciso de encontrar métodos e técnicas para gerir correctamente a prosperidade económica, levando-a a reverter em favor de toda a sociedade” (14) e Sachs (2009) diz que o “desenvolvimento é um conceito relacionado a critérios sociais e ambientais. Eles andam juntos em busca da viabilidade económica”.

É importante referir que nos anos 90, tempo de vigência do desenvolvimento local entretanto surgido para dar resposta a necessidades não satisfeitas pelo modelo clássico, antes de englobar a dinâmica sustentável, continua a ser alvo de aperfeiçoamento mediante o debate sobre a utilização conceptual de dualismos teóricos contidos na formulação acerca da definição de dinâmicas. A sua contestação assenta na enunciação de fenómenos como endógeno/exógeno [utilização de recursos exteriores ou específicos do espaço-território), social/natural (relativa à sustentabilidade ecológica e humana na relação da(s) sociedade(s)] local/não local (revelando sentido e origem da dinâmica) procurando uma visão mais abrangente, multidimensional e pluridisciplinar, que permitisse uma explicitação da situação empírica real, que não revelasse tanto extremo, mas uma acomodação entre a dicotomia, onde por vezes actuam uma em conjunto com a outra. “Como arena de confrontação de representações, interesses, estratégias, acções, os processos de desenvolvimento facilitam a análise de interacção entre os actores, entres estes e as estruturas e entre aspectos culturais entre si, destacando a acção do estado nestas interacções e de outras organizações e instituições” (Veiga, 2005:86).

Após uma breve abordagem à evolução do conceito de desenvolvimento passa-se a uma caracterização de dois paradigmas que concentram a natureza dos modelos anteriormente referidos, com os quais se compreendem melhor as dinâmicas que lhe são associadas, sendo que estes se opõem na sua natureza: o funcionalismo e territorialismo.

A perspectiva da sociedade, perante o desenvolvimento, era inicialmente encarada como um progresso provindo exclusivamente do crescimento económico, cujo modo de vida se traduzia na aquisição de uma quantidade acrescida e variada de bens e serviços a que as pessoas pudessem recorrer como forma de realização do seu consumo. Mas esta teve de se alterar perante diversos constrangimentos provenientes da estrutura produtiva, concentração de bens e serviços em grandes pólos de desenvolvimento, padrões de consumo e do surgimento de problemas ambientais severos.

Esta organização dos sectores de produção e consumo de bens e serviços cuja preocupação passava por racionalizar e maximizar recursos com vista à obtenção de lucros, com estímulo exógeno – modelo funcionalista - revelou-se centralizada, não verificava participação e o seu desenvolvimento acontecia de “cima para baixo” (restrito a alguns sectores de actividade económica, que propagam aos restantes); com efeitos e desequilíbrios resultantes da produção e consumo desenfreados que acarretaram críticas que procederam à mudança de paradigma.

A conjuntura descrita permitiu passar de um estilo de gestão insustentável para um sustentável, através de um modelo de desenvolvimento integrado porque o anterior, funcionalista também conhecido como exógeno, descurava vários domínios/dimensões do desenvolvimento que se destacam a nível social, cultural, ambiental, político, comunitário... que tentaram ser colmatadas pelo territorialismo, de carácter endógeno. Este último caracteriza-se pela sua perspectiva holística, com um desenvolvimento de baixo para cima, através da potenciação e valorização de recursos presentes no território, com o envolvimento e participação das populações, que planeiam e executam as suas estratégias porque identificam as necessidades que vivem e conhecem e afirmam identidades. O territorialismo é um processo aberto a recursos exógenos para defender e fortalecer estratégias de desenvolvimento que dinamizam a região e trazem benefício para toda uma comunidade, com aproveitamento simultâneo de um conjunto de especificidades do espaço-território; “passa precisamente pelo aproveitamento daquilo que cada região tem de característico sem, no entanto, esse aproveitamento estar exclusivamente condicionado ao objectivo de crescimento económico” (Rita e Mergulhão: 1997, 39).

Esta lógica territorial que trabalha a partir do que cada região tem de particular, único, diferente e característico, para a diferenciar das demais, é essencial para o seu próprio desenvolvimento, com particular atenção à utilização de recursos de forma a não esgotá-los, inova quanto ao conceito de sustentabilidade com especial atenção à capacidade de auto-regeneração dos próprios recursos.

Esta noção de sustentabilidade revolucionou o modo de produção e consumo porque liga o que tem de ser sustentado (*Natureza – Terra, biodiversidade,*

ecossistemas. *Sistemas de suporte vital* – serviços ecossistêmicos, recursos e ambiente; e *comunidade* – culturas, grupos e lugares) com aquilo que tem de ser desenvolvido (*Pessoas* – esperança de vida, saúde, educação, equidade - *economia* – sectores de produção, consumo, riqueza- e *sociedade* – instituições, capital social, territórios e regiões) (Kates, Parris e Leiserowitz, 2005).

Nesta perspectiva o desenvolvimento revela os limites colocados pela Natureza que não consegue absorver os efeitos das actividades humanas, abordando como resolução um crescimento económico que conta com a equidade na partilha de recursos conseguido pela participação e mobilização consciente.

A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável - SDC - afirma que a sustentabilidade funciona mas a diferença entre onde estamos e onde precisamos de estar, leva-nos a medidas de definição de uma sustentabilidade futura que é urgente e vital, pois as consequências estão à vista: aumento da degradação ambiental, perda de biodiversidade, esgotamento de recursos naturais, urbanização desenfreada, aquecimento global que conduzem a muito problemas e questões políticas. Andrew Lee⁵ revela que “o desenvolvimento sustentável é um estojo de ferramentas imensamente poderoso para encontrar novas soluções para problemas *antigos*” (SDC: 2011, 5)

O territorialismo sustentou uma nova forma de esboçar estratégias para a mudança, com processos que fomentam o desenvolvimento, tornando a economia, sociedade e ambiente domínios interdependentes através de boas práticas de actividade, no qual se concilia “a intervenção tecnológica com a capacidade ecossistémica do planeta de suportar essa intervenção”(Carvalho: 2009, 79) com novos padrões de produção e consumo que permitam uma gestão de recursos que suprimam as necessidades da geração presente sem as esgotar, para as próximas não ficarem comprometidas pois “uma natureza finita não poderia suportar um processo infinito de expansão da população e da economia” (idem).

⁵ Frase original: sustainable development is a hugely powerful tool kit for finding new solutions to old problems.

O desenvolvimento local sustentável é um processo pensado, planeado e induzido, delimitado por um conjunto de práticas de diagnóstico, planeamento e avaliação; proveniente da consciencialização, participação e mobilização de actores, do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas para promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida, explorando as capacidades e potencialidades específicas do contexto, assegurando a conservação dos recursos naturais, demonstrando igualmente integração económica no território: regional e nacional (Carvalho, 2009).

Amaro (2001) aborda o local como “resultado duma construção de identidades; há um grupo de interesses que se assume, que se identifica e onde são mobilizáveis acções de solidariedade concretas. Portanto, uma comunidade é algo que também se constrói como o projecto” e define o processo de desenvolvimento local sustentável com base numa metodologia, que pode ser explicitada a partir de seis conceitos (2009):

O primeiro consta na *sustentabilidade* do desenvolvimento que supõe uma nova relação com a natureza, onde a viabilidade económica e a coesão territorial não a colocam em risco através da sua degradação, numa perspectiva de continuidade e futuro comum, vendo-a como uma “companheira de casa”.

O segundo é o de *desenvolvimento local*, cuja prioridade se centra na comunidade, através de relações de proximidade que pretendem envolver todo o tecido social, no sentido de o tornar activo na consecução de benefícios para o seu quotidiano, segundo as suas lógicas associativas formais e informais, com base na responsabilidade social; incluindo o Estado ou organismos internacionais como parceiros, na mobilização de recursos e vontades.

O terceiro é o de desenvolvimento participativo, que implica o exercício da cidadania, reforço de competências e empowerment das pessoas da comunidade, nos processos de identificação, compromisso e acção para a mudança, no qual as pessoas interessadas se tornam protagonistas do processo de mudança, sendo implicadas em torno da discussão, definição de projectos, seu planeamento e na sua avaliação.

O quarto é relativo ao desenvolvimento humano, que propõe um procedimento através do qual os direitos humanos sejam respeitados, promovendo a

dignidade na melhoria das condições de vida.

O quinto passa pelo desenvolvimento social que aposta na garantia dos requisitos básicos e mínimos do bem-estar das pessoas.

E o sexto e último, reforça um desenvolvimento integrado que defende a conjugação dos processos nas diversas dimensões da vida quotidiana, tais como as componentes: económica, social, cultural, ambiental e política.

Este é descrito sob uma visão integrada, num modelo heptadimensional que conjuga a viabilidade *económico-financeira* das instituições de modo a asseverar os processos; a *coesão social* respeitando as diferenças inerentes a cada cultura, povo ou estrato social; a *preservação da natureza* numa perspectiva ecológica de salvaguarda dos ecossistemas; a *garantia da diversidade cultural* respeitando a identidade e património material e imaterial, perpetuando-o; a *coesão territorial* dos ecossistemas, sem comprometer o equilíbrio e a diferença quer do território, quer da cultura, quer do ambiente; a *fundamentação do conhecimento* que sendo actualizado possa dar lugar a novas políticas que correspondam a estes desafios, através da interacção entre investigação e acção; e a *dimensão política* que cria instrumentos e regula procedimentos, numa pareceria estratégica para o desenvolvimento sustentável.

A prática de desenvolvimento local sustentável tem sido exercida por organizações colectivas do terceiro sector cujas entidades conscientes da necessidade de equilíbrio entre os domínios da economia, sociedade e ambiente, têm fornecido informações valiosas para disseminar os seus contributos.

A educação inserida nas dinâmicas realizadas ao longo do processo de desenvolvimento local sustentável, seja pela realização de programas de análise de necessidades, competências e potencialidades segundo o esboço de projectos de intervenção na comunidade; ou pela disponibilização e o acesso da informação a todos; seja pela utilização de novas metodologias nos contextos de vida dos grupos sociais; revela-se como um importante instrumento de aprendizagem e formação que capacita cada um para a acção comunitária, reforçando vínculos sociais, reconstruindo práticas, favorecendo a integração e passando valores de respeito pela natureza e pela condição dos outros.

A educação anda lado a lado com o desenvolvimento local sustentável, culminando num processo único em que a educação se alimenta da vida dos sistemas

e da natureza neles presente, oferecendo-lhe igualmente novos dados potenciadores de perspectivas e enquadramentos renovados, transformando as condições de existência mediante os limites que o ambiente e o conhecimento impõem.

Por outro lado, ainda que seja uma preocupação crescente de políticas nacionais e regionais, estas têm-se revelado timidamente perante a emergência das problemáticas apresentadas, que ainda necessitam de reajustamento para ir ao encontro das especificidades do contexto local. Nesta óptica, torna-se muito importante a iniciativa do estudo a partir da ciência e tecnologia para contribuir com maior inovação, conhecimento e compreensão sobre mecanismos, dinâmica e estratégia do desenvolvimento local sustentável para o tornar mais credível, legítimo e relevante, para responsabilizar e moderar de modo eficaz os níveis e padrões de produção e consumo actuais.

2

OBJECTIVOS E METODOLOGIA

2.1 - Objecto de Estudo

O presente estudo centra-se na importância das estratégias locais da Cooperativa Terra Chã, como alternativa à fragilização dos espaços de vida na aldeia através do estímulo socioeconómico, numa perspectiva de um modo de vida com práticas de sustentabilidade, restituindo dinamismo através do turismo cultural e de natureza.

Esta investigação também pretende apreender os mecanismos e práticas de participação dinamizados pela Cooperativa, bem como a adesão dos habitantes da aldeia de Chãos, o seu exercício de cidadania activa e interesse comunitário.

Neste capítulo serão apresentados os objectivos desta investigação, a questão de partida e as questões orientadoras, bem como as opções metodológicas adoptadas:

2.2 - Objectivos:

- Perceber de que forma a Cooperativa Terra Chã pode contribuir para suprimir as necessidades da população local e promover a participação e cidadania activa;
- Averiguar práticas, estratégias e metodologias presentes numa acção para o desenvolvimento local sustentável, como processo de mudança;
- Verificar a presença dos princípios do desenvolvimento local sustentável nos serviços e actividades prestados pela gestão da Cooperativa Terra Chã.

2.3 - Pergunta de Partida:

Tendo por base os objectivos delineados e no sentido de lhes dar resposta, elaborou-se a seguinte questão de partida:

Que importância detém a Cooperativa Terra Chã, como entidade promotora de desenvolvimento local sustentável, para a comunidade onde se encontra inserida e que estratégias utiliza ao seu serviço?

Para operacionalizar a questão de partida, de modo a dar resposta aos objectivos do estudo, formularam-se as seguintes questões orientadoras:

2.4 - Perguntas Orientadoras:

- Que alternativas podem ser oferecidas pela Cooperativa Terra Chã?
- Qual a importância dos recursos locais e comunitários num processo de desenvolvimento local sustentável?
- Como se processa a negociação de interesses, consensos e estratégias, dentro do sistema de acção?
- Que formas de participação se verificam na Cooperativa Terra Chã?
- Quais são as expectativas da população para com a Cooperativa Terra Chã?
- Qual é a importância da Cooperativa Terra Chã para os habitantes da aldeia de Chãos?

2.5 - Metodologia:

A investigação na sua essência pretende responder a problemáticas que surgem na realidade, e o seu processo decorre da procura e reflexão de dados e informações que possam ser validados e permitam a produção de conhecimentos, para compreensão ou inovação no campo em estudo.

Quanto à tipologia, este projecto assume-se como um estudo de caso cuja natureza é descritiva e exploratória para a exposição de fenómenos e o seu contexto caracterizando-se como um estudo particular (porque se focaliza num fenómeno), heurístico (conduz à compreensão do fenómeno) e holístico (tem em conta a realidade como um todo).

Este estudo é essencialmente descritivo, uma vez que pretende verificar a

situação actual relativa a um sistema de organização colectiva (gestão da Cooperativa Terra Chã), a pessoas (população da aldeia de Chãos) e um conhecimento (metodologias participativas e estratégias de desenvolvimento local sustentável).

É ainda descritivo porque pretende ter uma posição exploratória, não reactiva, objectiva a partir do ponto de vista dos actores e participantes descrevendo e explicando resultados que provêm directamente dos dados recolhidos dentro de um contexto local específico que poderão não ter o mesmo efeito ou a mesma causa em qualquer contexto, pelo seu carácter flexível.

A metodologia desta insere-se numa abordagem que se revela predominantemente qualitativa embora recorra também a métodos de carácter quantitativo para conferir maior eficácia e objectividade, à produção de conhecimentos, de modo sistemático e orientado.

2.6 - Técnicas de Recolha de Dados

A recolha de informação é uma forma de adquirir compreensão, esclarecimento e descrição para avaliar uma acção, projecto ou verificar hipóteses. Ela baseia-se na obtenção de informação junto de fontes distintas, de modo a inovar ou ampliar o conhecimento da situação real e passar para um outro nível do seu domínio ou representação, com a garantia da sua validade mediante a acção deliberada, num processo organizado com carácter multilateral e objectivos claramente definidos; como metodologia na qual se vai esboçar uma estratégia com recurso a diversos métodos e técnicas (Ketele e Roegieres: 1993).

Para que a recolha de informação acerca de diferentes aspectos da realidade em investigação seja a mais completa possível e conferir um melhor conhecimento da mesma, proceder-se-á à combinação de diversas métodos e técnicas:

2.6.1 - Pesquisa Bibliográfica e Documental

A documentação disponível acerca da problemática da investigação permite saber o que foi feito até ao momento dentro do campo teórico e empírico, o que permite ao investigador/a ter um conhecimento prévio e exploratório do campo em que vai

entrar em acção, preparando-o para desenvolver uma atitude informada, reflectida e correcta acerca da realidade em questão e elaborar um conjunto de registos consistentes que justifiquem e fundamentem o seu estudo (Carmo e Ferreira, 1998).

A pesquisa bibliográfica e documental de literatura científica de carácter exploratório teve como finalidade a elaboração de um quadro teórico, a selecção de uma metodologia adequada e contextualização empírica do estudo, feita através de bibliografia de autores de referência obtidos em bibliotecas públicas, especializadas e livrarias, artigos publicados e via internet; bem como a consulta de arquivos com a selecção de documentos referentes à gestão da Cooperativa Terra Chã, do PNSAC, Censos 1991/2001 e a carta social de Rio Maior.

2.6.2 - Observação Directa

A observação directa consta na aceitação da presença do/a investigador/a, na participação da vida social do grupo ou comunidade com o objectivo de confirmar a coerência das informações obtidas através de outras técnicas e fontes e, conduzi-lo/a a uma acção social integrada (Carmo e Ferreira, 1998).

A função da observação consta sobretudo em recolher informação sobre o objecto de estudo tendo em vista comportamentos observáveis no momento presente, tendo como referencial um quadro teórico em função da problemática evidenciada, para depois ser interpretado dentro desse enquadramento e modelo de análise (hipóteses e conceitos).

Na observação directa o investigador procede à recolha de informações sem se dirigir aos sujeitos, sendo registada a partir da manifestação dos indicadores que se podem captar de modo espontâneo, não previsto e autêntico, pois eles não intervêm na produção da informação procurada. Esta técnica complementa a análise dos processos de acção e transformação social, cujos dados são proporcionados por outras fontes.

Este estudo em particular, recorre a esta técnica de modo a verificar o funcionamento, a utilização do espaço do Centro Cultural de Chãos e a estrutura das relações presentes na aldeia, para estabelecer coerência e fiabilidade de resultados, confirmando alguns dados obtidos por outras fontes. Permite

igualmente, apreender informações e resultados que não se encontrem estabelecidos nas questões de investigação, possibilitando construir novas reflexões acerca do objecto em estudo.

2.6.3 - Diário de Investigação e Conversas Informais

O diário de investigação consiste no registo e anotação de informação pertinente segundo as primeiras impressões, sob a forma de tópicos, esquematizações, ou lembranças que tenham a ver com situações observáveis de atitudes e comportamentos reveladores para a investigação; ou de temas e questões que tenham surgido dos agentes de acção, ao longo da pesquisa e trabalho em campo.

Neste podem ainda, ser colocadas reflexões pessoais do/a investigador/a que o/a ajudem a estruturar a sua linha de pensamento ou acção.

Este instrumento revela-se como uma ajuda preciosa para o/a investigador/a uma vez que se torna um importante auxiliar de memória para não perder elementos valiosos, que vão sendo escritos por ordem cronológica: todas as hipóteses, procedimentos, resultados observados ou acontecimentos relevantes que decorreram no processo de pesquisa (Carmo e Ferreira, 1998).

As conversas informais são uma forma através da qual as informações surgem de modo espontâneo, descontraído e informal, a partir de uma relação mais directa e estreita com os agentes da acção.

Esta técnica é essencial para o decurso deste estudo, pois permite consolidar informações acerca da Cooperativa Terra Chã, averiguar e compreender os motivos do envolvimento e participação ou falta da mesma nas dinâmicas da entidade, perceber a profundidade das relações entre a Cooperativa Terra Chã e a população da aldeia, apreender as percepções das pessoas para com a Cooperativa, e estabelecer analogias entre a realidade e os dados recolhidos.

2.6.4 - Entrevista Semi-Estruturada

A entrevista é uma recolha sistematizada de informação na qual se procede a uma interacção directa do/a investigador/a e o sujeito envolvido na acção, por forma ao primeiro extrair informação, que desconheça e tenha seleccionado previamente com a elaboração de um guião de perguntas abertas e flexíveis e seja de conhecimento fluente do segundo (Carmo e Ferreira, 1998).

Esta técnica consiste na aplicação de processos de comunicação e interacção humana com um contacto directo entre o investigador e o sujeito, que pode ir de um breve contacto formal até uma entrevista longa na qual o entrevistado pode expor livremente a sua opinião e até mesmo sugestões que lhe pareçam indicadas.

Recorre-se a esta técnica quando não se encontra informação disponível sobre a problemática, ou esta não pareça fiável, na qual o investigador pode direccionar a entrevista para os objectivos do seu estudo, contando com a sua neutralidade, respeitando sempre os quadros de referência do sujeito.

No contexto proposto por este estudo, a entrevista semi-estruturada foi administrada a um membro da direcção, fundador da Cooperativa Terra Chã que se encontra na qualidade de presidente, para perceber as estratégias, âmbito e raio de acção, desta entidade institucional, sua história e resultados até ao momento.

2.6.5 - Inquérito por Questionário

O inquérito por questionário é um dos instrumentos que apresenta uma formulação e ordenação rígida de perguntas com conteúdos de resposta limitado, para serem administradas junto a um grande número de pessoas envolvidas no processo de investigação, que permitem ao investigador a obtenção da informação de que necessita para poder completar a construção do seu estudo fazendo uma verificação dentro do seu contexto (Carmo e Ferreira, 1998).

Esta técnica tem como principal interesse a estandardização de questões para uma comparabilidade de dados que tornem passível sua generalização para a realidade social, no qual, se tem de ter em conta a presença e pertinência de

objectivos e hipóteses prévias; e validade das perguntas feitas e a fiabilidade dos resultados recolhidos.

A utilização do inquérito por questionário na população de Chãos teve como objectivo verificar por um lado, as utilizações e práticas realizadas no espaço do Centro Cultural de Chãos, sua frequência e participação; e por outro, as representações, perante a importância dos serviços e actividades implementados pela gestão da Cooperativa Terra Chã, sua emergência, e, o que gostariam de ver realizado.

A sua administração foi indirecta, num universo populacional de 150 pessoas das quais se tentaram inquirir setenta, conseguindo-se obter resultados de cinquenta e três inquéritos validados. Destes, trinta eram mulheres e vinte e três, homens; com idades compreendidas entre os 20 e os 75 anos. Tratou-se de uma amostra não-probabilística por conveniência, dado que inquiriu pessoas que se encontravam disponíveis para participar.

O questionário dividia-se em três grandes partes uma das quais sobre a utilização da Cooperativa Terra Chã; outra sobre bens serviços e actividades e, a última referente à caracterização da população, contendo no seu total vinte questões fechadas e três abertas.

2.7 - Técnicas de Tratamento de Dados:

A verificação empírica dos dados e informações recolhidas, confrontando hipóteses e resultados, tendo em conta os factos inesperados; é o objectivo do estudo de caso mediante a sua análise.

Este tratamento de dados é feito com referência ao quadro teórico identificado e explorado, recorrendo à especificidade do contexto com base nas reflexões sobre a sua problemática, determinantes de acção e implicação dos actores.

Para o efeito descrito procedeu-se à combinação das seguintes técnicas de análise:

2.7.1 - Análise Bibliográfica e Documental

Tendo em atenção a pesquisa bibliográfica e documental atrás referida, procede-se a uma selecção da informação mais pertinente para aplicar à realidade segundo o fenómeno e contexto em estudo, de forma a dar consistência à problemática levantada e aos resultados obtidos.

Assim procuram-se para esta investigação, estabelecer critérios e unidades de análise que correspondam aos eixos teóricos levantados sobre o terceiro sector, economia social e desenvolvimento local sustentável, abordando conceitos tais como território, identidade, património, rede, cooperativismo, associativismo, participação, cidadania, cooperação, pareceria, recursos endógenos e exógenos, sustentabilidade, mudança, empowerment e inovação, determinando as categorias mais relevantes para estabelecer unidades de análise.

2.7.2 - Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo revela-se como um estudo ordenado, sistemático, objectivo, integrado e quantitativo, com regras, categorias e frequência sobre informação significativa que surge.

Esta técnica de análise tem por base a inferência de conhecimentos, descrição e compreensão dos fenómenos para fazer o investigador chegar à sua explicação, previsão ou conclusão, sobre o objecto de estudo; mas esta técnica necessita do seu cruzamento com outras, para validar os conhecimentos (Carmo e Ferreira, 1998).

A análise de conteúdo é importante para a investigação porque permite estabelecer um quadro de referência apresentado na fundamentação teórica, no qual são parte integrante os objectivos, as perguntas de partida e orientadoras, escolha de metodologia e técnicas de recolha de dados, bem como a apresentação e interpretação de dados, viabilizando o conhecimento produzido em resposta à problemática em estudo.

Neste estudo, a análise de conteúdo é uma forma metódica de tratar informações e testemunhos provenientes de documentos, da entrevista e das perguntas abertas do inquérito por questionário, através de uma matriz de redução de

dados operacionalizada com categorias de análise.

2.7.3 - Análise Estatística

Os resultados dos questionários são descritos quantitativamente e sujeitos a uma análise comparativa para que se possa estabelecer uma tendência nos resultados para identificar tipologias.

Esta forma de análise é rigorosa, precisa, simplificada e sistematizada, uma vez que se procede a uma codificação das questões e suas respostas para a sua manipulação e introdução numa base de dados. Esta análise permite trabalhar grandes quantidades de informação e apresentados sob a forma de estatística descritiva

O tratamento dos dados recolhidos a partir das questões fechadas, no inquérito por questionário foram introduzidos e trabalhados a partir do Software Statistical Package for the Social Siences (SPSS), na sua versão 20, para uma maior clareza de resultados.

3

CONTEXTO DO ESTUDO

3.1 - Caracterização do Concelho de Rio Maior

A Cooperativa Terra Chã sobre a qual incide este estudo localiza-se no Concelho de Rio Maior, na Freguesia de Alcobertas, na aldeia de Chãos situada na vertente sul, em plena Serra dos Candeeiros.

Para melhor compreendermos a importância da sua dinâmica neste meio procede-se a uma descrição sumária da caracterização deste Concelho a nível geográfico, morfológico, demográfico, sócio-económico e patrimonial, integrando a exposição dos elementos mais identificativos do Parque Natural da Serra dos Candeeiros, que correspondem ao modo de vida serrano descritivo da realidade da aldeia de Chãos.

Integra-se ainda, de forma sumária e sintética uma caracterização populacional da Freguesia de Alcobertas, (para uma melhor compreensão da conjuntura estrutural) bem como o historial da Cooperativa Terra Chã (génese da entidade multi-sectorial, com princípios de economia social e solidária, numa perspectiva de intervenção local, contextualizada no território).

As informações apresentadas têm por base o estudo de dados disponíveis nos Censos 1991 e 2001; documentação do Município de Rio Maior; Diagnóstico Social do Concelho de Rio Maior; relatórios emitidos pelo PNSAC- Parque Natural de Serra de Aire e Candeeiros; e, documentos internos da Cooperativa Terra Chã.

3.1.1- Geografia

O Concelho de Rio Maior cujo território detém uma superfície de 272 km², insere-se no Distrito de Santarém, integrado desde 2002 na região estatística do Alentejo e na sub-região estatística da lezíria do Tejo. O posicionamento geográfico do Concelho define a zona de transição para a sub-região Oeste caracterizado pelo litoral.

A sua organização administrativa é dividida em catorze freguesias: Alcobertas, Arrouquelas, Arruda dos Pisões, Asseiceira, Assentiz, Azambujeira,

Fráguas, Malaquejo, Marmeleira, Outeiro da Cortiçada, Ribeira de S. João, Rio Maior, S. João da Ribeira e S. Sebastião.

Este confronta com os Concelhos de Alcobaça e Porto de Mós a Norte; Caldas da Rainha e Cadaval a Oeste; Santarém a Leste e a Sul estabelece adjacência directa com a Grande Lisboa pelo Concelho de Azambuja.

Rio Maior dista 75 km de Lisboa, 234 km do Porto, 50 km de Leiria, 30 km de Santarém e 24 km das Caldas da Rainha, com uma rede rodoviária que aproxima todas estas cidades com acessibilidades a partir do itinerário principal, IP6, autoestrada do Atlântico A15 que faz ligação à A1 e A8 e itinerário complementar IC 2 com estadas Nacionais EN 114 e EN 361.

3.1.2- Morfologia

Geologicamente, o solo é constituído por arenitos pouco consolidados, cascalheiras e aluviões, sendo o norte do concelho delimitado pela Serra dos Candeeiros com maiores elevações de natureza cársica e o sul mais dotado de planuras identificadas com características ribatejanas. O subsolo teve uma intensa exploração mineira na qual se retirou água magnesífera, água salina, alumínio, antracite, apatia, caulino, carbonato de zinco, carvão de pedra, cloreto, cloreto de sódio, cobre, enxofre, fosfato de cal, fósforo, lenhites, manganéz, magnésia, mitro, ouro, pederneira, pedras de gesso, pedras litográficas, petróleo, potássio, sal-gema, sal mineral, sais de potássio, silicatos calcários, manganéziferos, silicato de zinco, talco, teschites azotados, fosfatados, potássicos e silicatados, e tripoli.

3.1.3- Demografia e Socio-Economia

Os dados demográficos a seguir apresentados reportam-se aos dados, retirados dos *Censos 2001*, e apresentam uma síntese sociodemográfica da comunidade de Rio Maior, com informações por freguesia, segundo a concentração geográfica da população que são equiparados com os valores de 1991. Ainda se apresentam os dados de 2001 sobre a distribuição da população por famílias e alojamentos.

Quadro 1

Dados Demográficos do Concelho de Rio Maior				
Zona geográfica	População		Famílias residentes	Alojamentos
	1991	2001		
Alcobertas	2.091	2.333	680	795
Arrouquelas	612	608	249	376
Arruda dos Pisões	424	425	161	263
Azambujeira	539	528	189	247
Fráguas	1.016	945	331	374
Marmeleira	393	411	157	332
Outeiro da Cortiçada	715	829	317	423
Rio Maior	10.420	11.532	4.102	5.541
São João da Ribeira	915	887	332	451
Asseiceira	908	878	341	468
São Sebastião	586	564	236	300
Ribeira de São João	545	582	218	306
Malaqueijo	519	464	190	287
Assentiz	432	424	161	211
TOTAL	20.115	21.110	7.664	10.374

Verificamos pelo quadro que a sede de Concelho, possui o maior número de habitantes, com 11.530, seguindo-se Alcobertas, com 2.333 habitantes e Fráguas, com 945 habitantes.

Entre 1991 e 2001, o Concelho de Rio Maior registou um crescimento populacional de 4,9%, para o qual as freguesias de Rio Maior, Outeiro da Cortiçada,

Ribeira de S. João e Vila da Marmeleira, mais contribuíram.

No que diz respeito à distribuição de famílias por alojamento podemos verificar que há maior número de alojamentos o que poderá indicar um abandono do meio inerente ao processo de desertificação e melhoria das condições de vida, pela (e)migração.

Quanto à taxa de actividade do Concelho podemos verificar que em 1991, 41% da população se encontra activa e em 2001, 47,1%, o que revela um aumento significativo, quando cruzado com o valor da taxa de actividade por sexo, apuramos que a masculina se manteve estável com 54,8% e a feminina aumentou. Portanto pode-se afirmar que um maior número de mulheres entraram no mercado de trabalho, sendo esta procura mais elevada nas freguesias de Malaqueijo, Vila da Marmeleira e Vila de Alcobertas.

O sector de actividade mais predominante é o sector terciário com 54% seguido pelo sector secundário com 37%, sendo o primário o que demonstra menos expressividade com 9% de representatividade.

As freguesias que se diferenciam da tendência do Concelho quanto ao exercício da actividade primária são Alcobertas, Azambujeira, S.Sebastião e Malaqueijo cujos valores estão acima dos 16%.

As que se destacam quanto ao sector secundário, são as freguesias de Alcobertas (51,3%), Asseiceira (42,3%) e Fráguas (53,2%).

Quanto ao sector terciário, não se verificam variações significativas o que demonstra o seu equilíbrio em todo o Concelho e a sua importância para a subsistência da população.

3.1.4- Património

O Concelho de Rio Maior revela como recursos naturais diversas linhas de água que constituem a rede hidrográfica de onde proveio o nome da localidade; estas permitem abundar uma vasta vegetação (orquídea, narciso, alecrim, rosella pequena, pimenteira, funcho, salva, cavalinha, tomilho), florestação (pinhal, eucaliptal, sobral, olival e carvalhal, cerquinho, sorveira, medronheiro,) e terrenos cultivados (produtos frutícolas, hortícolas, cereal e vinha).

O valor paisagístico da Serra de Aire e Candeeiros reúne elementos naturais, arquitectónicos e culturais que revelam vestígios de diversos povos históricos que por ali viveram ao longo do tempo, que imprimem hoje muitas oportunidades de animação e dinamização nomeadamente pelo turismo cultural e de natureza, pelo seu carácter único a nível nacional.

- **Natural**

O clima aqui existente corresponde a uma transição entre o mediterrânico e o Atlântico, revelando-se húmido, com abundância de precipitação durante o período de inverno. Como o solo é calcário, a água infiltra-se rapidamente, não se verificando a formação de cursos de água à superfície, o que por sua vez origina galerias subterrâneas com formações sedimentares de estalactites e estalagmites.

As grutas e algares, permitem a fixação e nidificação de numerosas espécies animais entre as quais se destacam dez espécies de morcegos cavernícolas e a Gralha-de-Bico-Vermelho (segunda população mais numerosa no país) por serem espécies protegidas de destaque nesta área.

Entre a fauna existente, verifica-se a totalidade de 204 espécies inventariadas, das quais podemos enumerar 136 aves, 38 mamíferos, 17 répteis e 13 anfíbios.

No que diz respeito à flora, encontram-se árvores, arbustos e ervas, no território do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros revelando cerca de seiscentas espécies, de crescimento espontâneo, o que representa 1/5 das existentes em Portugal.

Entre estas espécies vegetais destacam-se cem com necessidade de elevada preservação, sendo de evidenciar entre as mesmas dez que existem apenas no nosso país, dezanove proliferam na Península Ibérica, e onze na Europa, o que lhes confere um estatuto de raridade em termos de conservação da natureza, revelando uma grande importância para a investigação científica.

- **Construído**

A acção humana também se torna muito presente em algumas zonas do Parque Natural com a presença de vestígios arqueológicos cuja importância se encontra ligada à época, modo de vida e necessidades ligadas ao quotidiano e subsistência.

Estes vestígios demonstram ainda a sustentabilidade nos modos de produção e consumo porque revelam a utilização de matéria-prima e aproveitamento de recursos provindos da serra. São de destacar as formas arquitectónicas ligadas à economia das populações (lagares, azenhas e moinhos) e às formas de recolha, transporte e armazenamento de água, bem como na região (reservatórios e cisternas). A tipicidade das habitações serranas revela dimensões modestas, de um só piso com pátios, eiras e covas de bagaço; os moinhos de ventos para transformação de cereais em farinha, também abundam na paisagem e se focarmos os lugares do Concelho de Rio Maior, adjacentes à serra podemos destacar o sítio da Marinhas do Sal, com picota de origem Muçulmana que conduz a água (sete vezes mais salgada que a do mar) por regueiras até aos talhos (compartimentos de pedra pouco fundos, onde a água permanece exposta ao sol de modo a evaporar deixando depositado cloreto de sódio - sal), a estrada romana na Fonte da Bica actualmente conhecida como estrada D. Maria II; o forno cerâmico medieval de Alcobertas, os silos muçulmanos para armazenamento de alimentos, o castro de S.Martinho, o dolmén-capela de Alcobertas e a gruta de Alcobertas como necrópole do Paleolítico Superior e sítio para interpretação subterrânea. É ainda de destacar a proximidade da sede de Concelho, na qual se encontram vestígios de uma villa romana (Rio Maior).

- **Cultural**

Este tipo de património destaca particularmente o modo de vida serrano cujas práticas e tecnologias ancestrais, promovem uma valorização de recursos, através da sua transformação/confecção e integração em hábitos, linguagem e organização colectiva.

A gastronomia serrana aposta nos queijos, o mel, o azeite, os enchidos e os condimentos derivados das plantas aromáticas, bem como alguns pratos tradicionais, resultantes das actividades económicas tradicionais. O artesanato, centra-se na tecelagem, a exploração salífera, a cerâmica e os artefactos em pedra.

A representação popular é evidenciada por danças, cantares, trajes, alfaias agrícolas, expressões e toponímia local.

3.2 - Descrição da Freguesia de Alcobertas

A localização da Vila de Alcobertas dista a cerca de 12 Km da sede, posicionando-se a norte do Concelho de Rio Maior. Esta Freguesia tem uma área de 31,9 km², ocupando 11,8% da área do Concelho, com representação de 9,6% da sua população o que corresponde a 2333 habitantes.

A densidade da população residente da Freguesia de Alcobertas viu-se reduzida uma vez que em 1991 era de 65%, passando em 2001 a 63,2%, subtraindo 2,8% dos habitantes. As causas destes valores assentam na diminuição do número de nascimentos, no entanto esta freguesia caracteriza-se como sendo a mais jovem do Concelho pois 17,6 % das pessoas têm menos de 14 anos de idade, e 17,7% tem mais de 65 anos (valor inferior à média do concelho de 18,3%).

A subsistência socioeconómica desta freguesia, até aos anos 70 do século XX, provinha essencialmente da agricultura e pastorícia. A partir desta data dedicaram-se a unidades de produção animal intensiva, nomeadamente a suinicultura o que acarretou consigo vários problemas ao nível da poluição ambiental e da descaracterização do património cultural.

Actualmente, a agricultura continua a ser um meio de subsistência para algumas pessoas mas sobretudo numa perspectiva de auto consumo dos quais se destacam a produção de cereais, feijão, batata, olival e produção vinícola. O sector de actividade profissional actualmente decorre do sector secundário: extracção e transformação de pedra, indústria, oficina e construção civil.

Aprofundando o estudo dos valores sobre a Freguesia de Alcobertas, constata-se que 18,6% da população se dedica a actividades ligadas ao sector

primário (sendo o valor para o restante concelho de 9%), e 51,3% ao sector secundário. No que diz respeito ao sector terciário, a população empregada não ultrapassa os 30,1%. A taxa de actividade totaliza o valor de uma taxa de actividade de 42,4%, que é inferior aos valores apresentados para o Concelho de 47,1%.

3.3 - Historial da Cooperativa Terra Chã

Um grupo de jovens na aldeia de Chãos, pertencente ao Rancho Folclórico, pretendeu criar alternativas para este lugar, a partir daquilo que o caracterizava, o seu património *natural* (localização, paisagem, fauna, flora), *material* (moinhos, cisternas, eiras, covas de bagaço, artesanato, gastronomia) e *imaterial* (danças, cantares, sabedoria popular, tradições) na tentativa de recuperar densidades, práticas e actividades, através de novos desafios para criar uma economia social e solidária

A primeira iniciativa, surgiu em 1985 com a criação do Rancho Folclórico de Chãos, que pretendia recuperar danças, cantares, trajes e alfaias agrícolas do Rancho Folclórico fundado em 1966, pelo guarda florestal, que terminou por altura da sua morte, passados três anos. O grupo de 1985, converteu-se numa associação juvenil, cujo objectivo passava por formar um espaço de convívio e socialização, com o seu funcionamento através de uma planificação, avaliação e realização de actividades anuais e intercâmbios associativos nacionais e comunitários, mas evoluiu rapidamente nas suas pretensões.

Em 1994 surgiu um projecto que consistiu na construção de uma infraestrutura, o Centro Cultural de Chãos. A obra deu início em 1997, depois de ter sido justificada a necessidade do empreendimento e aceite licenciamentos e candidaturas para financiamento, procedendo-se em duas fases.

Na primeira fase de edificação contribuíram diversas parcerias com outras instituições nomeadamente o PNSAC cujos técnicos esboçaram o projecto de arquitectura; IPJ com financiamentos, diversas empresas da região com a cedência de materiais e facilitação de crédito.

Na segunda fase (1999), para a sua conclusão foram essenciais a participação de financiamentos da CCR de Lisboa e vale do Tejo, o programa LEADER, através da APRODER, a Câmara Municipal de Rio Maior e a Junta de freguesia de Alcobertas.

A par e passo com a construção do edifício, os jovens do Rancho Folclórico de Chãos realizaram diversas iniciativas entre as quais se destacam as que dizem respeito à formação e criação de emprego com o estabelecimento e a abertura da oficina de tecelagem de Chãos (1999-2000), que tinha sido apoiada pela equipa de trabalho do professor Rogério Roque Amaro e coordenada pela associação do Rancho Folclórico de Chãos. Em 2000 o Centro de Emprego de Santarém/IEFP começa a dinamizar um curso de cozinha regional e calendariza um curso de serviço de mesa e bar e o CEARTE aprofunda a formação em tecelagem.

A obra foi concluída no ano 2000 disponibilizando um edifício cujo espaço servia alojamento, restaurante, bar, salas e um auditório / salão polivalente.

Mas para o centro funcionar em pleno, verificou-se a carência de uma estrutura empresarial para executar a gestão e desenvolvimento do projecto. Para a sua dinamização o Centro Cultural de Chãos teve a ajuda de pessoas ligadas ao movimento de desenvolvimento local sustentável, da ANIMAR que permitiram ampliar os horizontes e dilatar o âmbito de acção e sua visão.

A partir de 2001, o Rancho Folclórico alugou o espaço do Centro Cultural de Chãos à Cooperativa Terra Chã de Desenvolvimento Local, Artesanato e Serviços, CRL que integra alguns membros do Rancho. Esta baseia a sua intervenção e trabalho em princípios de economia social e da cooperação, colocando as pessoas como centro de desenvolvimento económico e social, através de uma metodologia participativa onde se enquadra a avaliação, o planeamento e a execução dos planos de desenvolvimento; assegurando a gestão e funcionamento do Centro Cultural de Chãos.

4

**APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO
DE RESULTADOS**

4.1 - A Cooperativa Terra Chã e as suas Actividades

A Cooperativa Terra Chã caracteriza-se como uma entidade multi-sectorial que cria oportunidades e actividades que se complementam coligando agricultura, ambiente e cultura. O seu trabalho assenta essencialmente na revitalização da produção agrícola com base na procura de produtos locais de qualidade e na diversificação de actividades geradoras de riqueza a partir do património rural, social e cultural da aldeia, com atractivos de turismo cultural e de natureza, direccionados para a área protegida do Parque Natural da Serra dos Candeeiros. Todo este serviço assenta numa perspectiva de identidade colectiva, num trabalho de cooperação que responde a expectativas, desejos e problemáticas presentes no contexto local, através da inovação com princípios de economia social e solidária.

A Cooperativa Terra Chã desenvolveu no Centro Cultural de Chãos, um pólo de animação turístico e um conjunto de projectos que visam englobar a população de forma integrada, de modo a contribuir para a valorização territorial, ambiental e cultural da aldeia.

Esta entidade foi um dos quatro candidatos pioneiros, da Bolsa de Valores Sociais no final de 2010, e encontra-se cotada devido à sua inovação e empreendedorismo social, de benefício local e regional, pois esta bolsa analisa a viabilidade e o impacto social dos projectos; sendo que Portugal é o segundo país do mundo (surgiu no Brasil), e o primeiro na Europa (projecto piloto) a ter Bolsa de Valores Sociais.

Cada acção tem o valor de um euro e a aquisição mínima é de dez euros, sendo estas adquiridas por empresas ou particulares cujos investimentos revertem a favor da entidade em lista de cotações a quem doam, de modo a injectarem fundos na sua gestão.

A participação da Cooperativa Terra Chã nesta iniciativa tem por objectivo juntar o dinheiro provindo das cotações em bolsa para a construção do centro de interpretação da abelha e da biodiversidade, que se concilia com uma central meleira comunitária para extracção, processamento e comercialização de produtos de colmeia (própolis, polén, geleia real, bebidas à base de mel) com capacidade para 25

mil toneladas de mel, de mil colmeias a partir de vinte apicultores-cooperantes.

Para a preparação deste projecto foram realizadas reuniões e encontros para definição de estratégias de trabalho com apicultores, diversos cursos de formação nos quais são tratados temas como a multiplicação do enxame, sanidade apícola, produção biológica e tratamento do mel, com intuito de melhorar o maneio das colmeias.

Em 2008, a Cooperativa Terra Chã estabeleceu protocolo com a Quercus e a Vodafone num projecto de conservação da gralha-de-bico-vermelho, no âmbito do programa *criar bosques, conservar a biodiversidade 2008-2012*. O PNSAC tem participação como entidade responsável pela área protegida com apoio técnico e logístico, na vigilância e monitorização das espécie e habitats de intervenção e; a Cooperativa Terra Chã assume-se como parceiro local, que actua no terreno criando condições para a dinamização do projecto que consta na criação e manutenção de um rebanho colectivo de gado caprino.

O pastoreio possibilita a recuperação dos habitats desta ave, porque cria áreas de menor densidade arbustiva e aproxima invertebrados permitindo à Gralha-de-Bico-Vermelho nidificar e alimentar-se de bagos, sementes e dos animais referidos.

A par deste projecto, procedeu-se à construção de um estábulo, no qual se pretende estabelecer uma sala de ordenha e queijaria, bem como obter a certificação do cabrito serrano, leite, queijo, plantas aromáticas e medicinais.

Em 2004 a Cooperativa Terra Chã, em parceria com o Rancho Folclórico de Chãos e o PNSAC, criaram o Centro de Interpretação Subterrânea da Gruta de Alcobertas cuja extensão é de duzentos e dez metros de comprimento e nove metros de altura em alguns locais. Para além do seu interesse natural e espeleológico, também revela importância arqueológica, pois foram encontradas ossadas humanas do Paleolítico Superior que datavam cerca de quinze mil anos, época vigente do Homo Sapiens Sapiens. Actualmente, querem adaptar a gruta a multi deficiências, de modo a que possam permitir visitas interactivas a todas as pessoas sem excepção.

No mesmo ano colocou-se em execução um projecto financiado pelo programa AGRIS que envolveu a recuperação de património rural e de infra-estruturas situadas nas imediações do Centro Cultural de Chãos, visando a

revitalização das estruturas tradicionais ligadas à agricultura para integrá-las nas actividades e oferta de animação turística da Cooperativa Terra Chã, como afirmação da memória e herança colectiva da aldeia de Chãos. Assim a eira, cova do bagaço, cisternas, fachadas e telhados de casas típicas com pátios serranos, arranjos de espaços como a capela de S. Francisco, a melhoria de estradas e caminhos, têm sido efectivados de forma a promover o potencial turístico da aldeia e possibilitar mais alojamento e animação de festas ligadas ao ciclo produtivo.

A importância destas festas prende-se com o facto de apelarem à transformação do rural, explorando técnicas, saberes e valores, reproduzidos durante gerações como forma de gestão de alimentos e bens naturais para providenciar sustento familiar. Permite ainda, reflectir sobre os padrões de produção e consumo actuais numa perspectiva de exploração e sustentabilidade.

A Cooperativa Terra Chã disponibiliza ainda actividades ligadas à natureza, para grupos de empresas escolares ou de campos de férias, com a possibilidade de escolha entre diversos percursos pedestres (explora o património e espaço envolvente das Marinhas do Sal, Alcobertas e a gruta), passeios temáticos (entre o calcário e basaltos, caminhos de vento e sal, à descoberta das orquídeas e a rota do pastor) que podem ser efectuadas a pé ou de B.T.T. Podem ainda, recorrer a multi actividades que se encontram disponíveis, com técnicos qualificados e preparados para actividades, desportos de natureza e montanhismo tais como a escalada, rappel, slide, espeleologia e orientação.

Os jogos tradicionais e oficinas de experimentação de artes e ofícios também são propostos pela Cooperativa Terra Chã, como forma de divulgar património e procura de diversão e lazer.

O espaço de alojamento e restauração com o serviço de mesa e bar, complementa o complexo de turismo da natureza presente na aldeia, bem como o seu centro de artes e ofícios que no momento disponibiliza uma exposição de teares e produtos artesanais de tecelagem, onde se pretende vir a ter artesãos a manufacturar e guiar os passos da técnica artesanal.

4.2.1 - Caracterização da Aldeia e População de Chãos

A aldeia de Chãos situa-se na freguesia de Alcobertas, a norte do Concelho de Rio Maior, na vertente sul da Serra de Aire e Candeeiros, com uma população que conta com cerca de 150 habitantes.

O modo de vida das pessoas nesta aldeia foi-se modificando ao longo das últimas décadas, devido à mudança de conjuntura na economia de subsistência, pois esta população dedicava-se essencialmente à produção agrícola e animal, nomeadamente a pastorícia e a suinicultura.

Júlio Ricardo, membro da direcção da Cooperativa Terra Chã revela que esta “ é uma população que vive em meio rural, mas a maior parte das pessoas da aldeia já não vivem da agricultura que caracterizava esse meio rural...as pessoas naturalmente tiveram de começar a sair da aldeia para procurarem empregos no meio industrial e em alguns serviços e comércio. Primeiro começaram a sair os homens que iam trabalhar para actividades ligadas à construção civil, à serralharia e serviços indiferenciados e entre 1990-1995, começaram as mulheres também à procura de novos rumos...”

A população existente necessitou de procurar uma actividade económica ligada a outros sectores e fora dos limites da aldeia porque não tinham meios de provir a sua estabilidade económica na mesma. Reis (1998) afirma que uma das causas desta problemática se ficou a dever à integração na União Europeia e sua organização da economia, que contemplou um imediatismo económico de trocas distante dos actores, sem reforçar a qualificação. Ele apresenta como solução uma reestruturação colectiva e local a partir inter-relações que adensam e consolidam o processo de desenvolvimento.

Júlio Ricardo refere que a população de Chãos se apresenta com “relações de parentesco, pois há algumas famílias nucleares em Chãos, também se verificam relações normais de vizinhança com o seu sentido de solidariedade, quando ela é necessária. Mas também com os seus conflitos... É a relação de uma comunidade que durante muito tempo foi fechada sobre si própria, que ainda sabe ter essa relação

de proximidade”, de onde podem surgir contextos de acção e iniciativa, nas quais as pessoas se reconhecem e identificam.

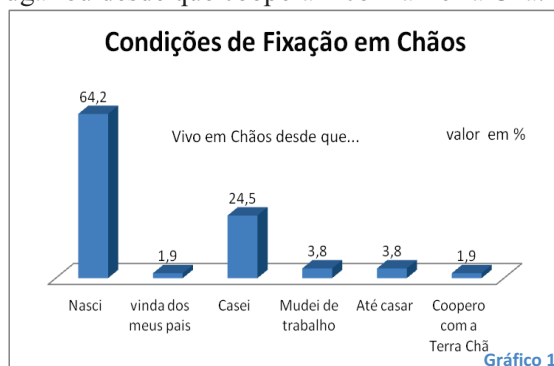
Este membro da direcção da Cooperativa Terra Chã revela ainda que “...há comissão de melhoramentos na aldeia de Chãos... uns caçadores... o Pão por Deus, em que há grupos que se visitam mutuamente de casa em casa... agora grupos informais que se organizam por causa de actividades, acaba por não haver”.

Estas relações de parentesco e proximidade têm permitido a fixação de casais jovens na aldeia e “o número de crianças por casal anda à volta dos dois, dois vírgula dois, que é maior do que a média nacional... portanto a população de Chãos é estável” (Júlio Ricardo) na sua densidade.

Com estes dados podemos identificar três elementos que caracterizam esta realidade: a situação (abandono de produção agrícola e animal; falta de estímulo económico e de emprego), a causa (mudança de conjuntura e organização económica) e a consequência (fragilização dos espaços de vida e dinâmicas da população; procura de actividade profissional de subsistência, fora da aldeia)

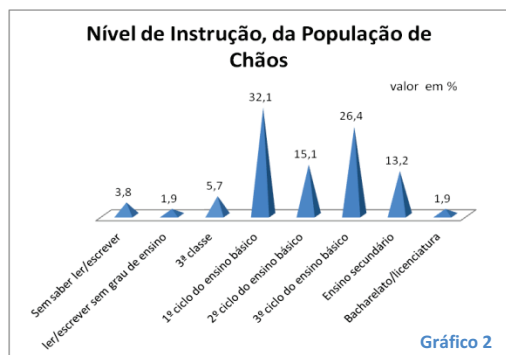
As pessoas da população de Chãos, que colaboraram na investigação, para caracterizar a população, suas práticas/utilizações, expectativas e percepções sobre a Cooperativa Terra Chã, respondendo ao inquérito por questionário, permitiram apreender que na sua maioria, 64,2% residem na aldeia desde que nasceram, 24,5% residem desde que casaram, 3,8% até casar ou desde que mudaram de trabalho e 1,9% com a vinda dos pais para este lugar ou desde que cooperam com a Terra Chã.

Estes valores revelam permanência das pessoas, sendo que a maioria da população é a proveniente da aldeia verificando a fixação dos restantes por motivos de mobilidade (desde que casaram ou mudaram de trabalho).



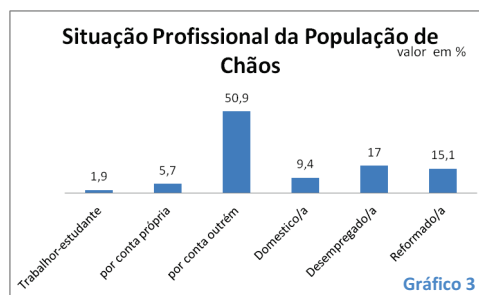
Um número significativo de pessoas, detêm como grau de habilitação escolar obtido, a 4ª classe (32,1%), 9ºano (26,4%), 6º ano (15,1%), 12º ano (13,2%). No

entanto, em conversa informal foi possível perceber que o grau de instrução de 9º e 12º ano de escolaridade foi obtido recentemente através da educação e formação de adultos, nomeadamente pelo reconhecimento e validação de competências, pelo que no seu percurso escolar, a escolaridade obrigatória era da 4ª classe e 6º ano.



É ainda de salientar, que há pessoas sem instrução (3,8%); que apenas sabem ler e escrever (1,9%), que frequentaram até à terceira classe (5,7%) entre as pessoas de mais idade e, o grau de licenciatura (1,9%) entre a população mais jovem.

No que diz respeito, à situação profissional, o valor mais expressivo de 50,9% revela que as pessoas trabalham por conta de outrem, contrastando com o valor de 5,7% de trabalhadores por conta própria. Verificam-se 17% desempregado/as e 9,4% de doméstico/as sem saída profissional e sem possibilidade de realizar um projecto de empreendedorismo e 15,1% reformado/as e 1,9% de trabalhadores-estudante.



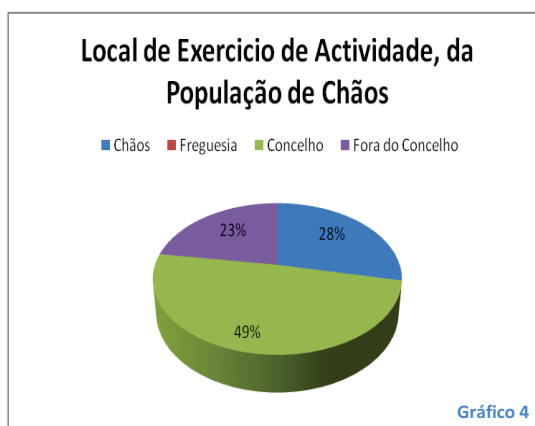
O seguinte quadro revela a actividade profissional exercida quer no momento, quer antes de se encontrarem no desemprego e, verifica-se uma diversidade de actividades, entre as quais se destacam a actividade fabril, que supera as restantes, seguindo-se a actividade agrícola, o serviço doméstico e a actividade comercial como forma de rendimento mais frequente.

Quadro 2

Actividade Profissional (inclui última actividade dos que se encontram desempregados)	
Sugestão	Contagem
Comercio/lojista	4
Serviço de mesa e bar	2
Pasteleiro/a	1
Electricista	1
Encarregado na Pedreira	1
Empregado fabril	13
Funcionário público	3
Rodoviária do Tejo	1
Transportador	3
Gestor de stocks e aprovisionamento	1
Serralharia civil	1
Marceneiro	1
Jardineiro	1
Limpezas	2
Ajudante de acção directa	1
Auxiliar de serviços gerais	1
Técnica de animação sociocultural	1
Distribuição de electrodomésticos	1
Mecânico	1
Construção civil	3
Agricultor/a	5
Doméstico/a	5
Apanha de frangos	1
Abstenção : 0	

O exercício da actividade profissional da amostra indica que a maioria (49%) desloca/va-se para o local de trabalho dentro dos limites do concelho, 28% trabalha na aldeia de Chãos e, 23% precisa de se deslocar para fora do concelho.

As pessoas que trabalham na aldeia revelam profissão por conta própria ligada a oficina (mecânica, serralheira), agricultura, comércio (café/restaurante) ou trabalhador por conta de outrem em postos de trabalho na pedreira ou desenvolvidos na Cooperativa Terra Chã.



4.2.2 - Recursos Locais e Opção Estratégica

A forma de contrariar a tendência descrita, passa pela consolidação de espaços produtivos e a estruturação de novas intencionalidades no modo de vida existentes, bem como a gestão de solidariedades territoriais, através da valorização de meios e recursos existentes na comunidade.

Em Chãos, podem ser reconhecidas como meios para um contexto de acção: a riqueza natural, o capital social, o património cultural e os recursos materiais.

Dos mencionados podem ser destacados a serra, a paisagem e inserção no parque natural; as pessoas presentes no território e as sinergias criadas; saberes, tradições e práticas tradicionais; as eiras, covas do bagaço, cisternas e moinhos.

Júlio Ricardo afirma que “os meios oferecem sempre as oportunidades que as pessoas são capazes de aproveitar e de ver, geralmente as pessoas quando estão em meio rural falam sempre mais em obstáculos e em problemas do que falam em recursos que depois podem potenciar as oportunidades...se nós estamos sempre a pensar nos constrangimentos, nunca vemos as oportunidades que esses constrangimentos às vezes deixam escapar e escondem”.

O capital social tornado agente de mudança no meio local de Chãos, foram os jovens pertencentes ao Rancho Folclórico, que fizeram um percurso de amadurecimento desde a sua génese, cujo intuito passava pela ocupação de tempos livres, evoluindo para preocupações de educação e formação, chegando a uma encruzilhada onde manifestaram vontade em ir mais além, “porque o trabalho que o Rancho fez junto deles permitiu-lhes portanto fazer ver outras coisas. Eles confrontaram-se a si próprios com outras possibilidades de vida,” (Júlio Ricardo). Esta conscientização aconteceu pois começaram “a notar que havia jovens a sair da aldeia porque não havia oportunidades, não havia criação de emprego nem uma actividade de base económica que sustentasse a vida da aldeia”(idem).

A dinâmica descrita demonstra o fortalecimento do tecido social, reestruturação de massa crítica, sua formação que levou à sua capacitação e potenciação na procura de soluções alternativas para os problemas existentes, meios tão essenciais para promover os espaços de vida em declínio, restabelecendo o seu equilíbrio estrutural a partir de compromissos e funções que renovassem o sentido e funcionalidade.

Mas para que todo este processo tomasse lugar, foi essencial a mediação de recursos exógenos de técnicos sociais que ajudassem a potenciar o desenvolvimento em colaboração com os participantes locais, numa lógica de pareceria. Esta mediação externa permitiu construir uma metodologia, assente na investigação, que pôde conduzir à inovação e esboço de estratégias, cuja aplicação iriam reestruturar o território. O apoio de uma entidade exterior para colaborar em pareceria com actores locais permitiu empreender de forma a pensar e agir colectivamente em termos de projecto.

A ANIMAR e o professor Rogério Roque Amaro, através do PROACT tomaram o papel de mediadores e ajudaram muito estes jovens a realizar um processo reflexivo com o levantamento de problemáticas existentes no lugar de Chãos: o declínio da agricultura que deixou de assumir uma função estruturante; a qualificação dos jovens a nível escolar, que permitiu a ascensão a novos empregos, o que os levava a sair da aldeia; a necessidade em criar empregos que permitissem a fixação das pessoas na aldeia; a urgência em desenvolver actividades inovadoras, a partir dos recursos existentes para estimular a criação de riqueza para o meio; carência em valorizar recursos endógenos em termos naturais, patrimoniais e culturais; a inserção numa área protegida de território do PNSAC que levava a controvérsia ao considerar valores e prioridades a nível ambiental e de sustentabilidade; carecimento de uma gestão colectiva voluntária capaz de canalizar esforços, estratégias, recursos para a dinamização do desenvolvimento integrado.

Este processo, conduziu o grupo a esboçar um plano, com metodologias activas e participativas que se traduziram em formação, valorização do património e construção de um equipamento colectivo (Centro Cultural de Chãos) para sede da

Associação do Rancho Folclórico, que depois evoluiu para um pólo de dinamização turística para o desenvolvimento local sustentável.

Júlio Ricardo quanto a isto refere: “percebemos como Associação que tínhamos de ter qualquer coisa que nos permitisse criar riqueza dentro da Associação. Porque para haver desenvolvimento não podíamos ser só a cultura, o património e as tradições e, a evolução educativa da aldeia e dos próprios jovens, mas também ter uma componente económica”.

Júlio Ricardo continua relatando a viabilidade das suas intenções afirmando que “já tínhamos aprendido muitas coisas desde gastronomia com o Rancho, desde visitas de pessoas à Serra dos Candeeiros...pensamos que isso podia ser um caminho. Trabalhar com os pastores em tempos de visitaçao, levar as pessoas a ver os moinhos e as azenhas da serra, levar as pessoas a fazer turismo na natureza e para isso criamos a Cooperativa Terra Chã que era como que a componente económica com uma base social muito forte de todo o trabalho que o Rancho tinha feito até aí, assim, portanto a Cooperativa foi criada pelas próprias pessoas do Rancho”.

Se verificarmos a tendência deste grupo, apercebemo-nos da sua noção de territorialidade e a tentativa de explorarem os seus conhecimentos, saberes práticos e de senso comum para difundirem aquilo que tinham de único e exclusivo, se traduziu num jogo estratégico, esboçado a partir da sua identidade e património, para obterem meios de subsistência e melhoria de vida.

Na óptica de turismo cultural e de natureza Júlio Ricardo afirma que “tentamos conciliar o património e a nossa marca com novas actividades usando esse património”, “valorizam aquilo que é a cultura do local, aquilo que é o nosso património, aquilo que é a serra como espaço de ambiente e de natureza”.

4.2.3 - Metodologia de Intervenção da Cooperativa Terra Chã

A opção estratégica delineada pela Cooperativa Terra Chã é efectuada numa lógica integrada de projecto, com valores e princípios de desenvolvimento local, que tomam o turismo cultural e de natureza como atractivo, para o estímulo económico recorrendo a práticas e tecnologias sustentáveis.

António Frazão, membro dirigente, explicita (em conversa informal) que a sua “acção se desenvolve sobre o património natural, construído e cultural, para o desenvolvimento económico, social e humano”. Júlio Ricardo complementa esta abordagem de utilização dos recursos para diferenciar o meio, de forma a não esgotá-los, afirmando “que aquele território nos seja favorável para vivermos, mas também evitarmos fazer disparates que ponham em causa a sustentabilidade das gerações futuras”. Refere ainda que a intervenção da Cooperativa Terra Chã assenta “essencialmente na criação de emprego de base local, criação de riqueza, levar pessoas a Chãos e, permitir portanto que em muitas áreas, as pessoas consigam vender” a sua produção e artesanato de modo a permitir a sua melhoria de vida.

Para a viabilização do projecto, têm de recorrer a diversas fontes para a sustentar. Uma delas é o financiamento. António Frazão refere que muitas actividades são projectadas de acordo com a oportunidade de financiamentos e programas a que se tentam candidatar, mas só o fazem quando as candidaturas vão ao encontro dos seus princípios e valores e beneficiam os seus interesses.

Júlio Ricardo aborda este recurso da seguinte forma: “a delimitação de projectos surge da metodologia de trabalho que nós temos, não vamos fazer um projecto só porque há financiamento, vamos fazer um projecto dentro de um financiamento se aquilo corresponder a uma necessidade que temos aqui na Terra Chã. Se bem que os projectos são todos muito formatados nos seus objectivos e nas áreas de intervenção que têm, mas nós tentamos sempre puxar o projecto para aquilo que é a nossa necessidade e não ao contrário como muitas das vezes acontece... Os projectos que nós fazemos para a Cooperativa Terra Chã de investimentos

comunitários têm sempre esta questão, fazemos porque é útil e se integra no nosso projecto”.

Outra forma de delinear projectos provém da relação com os parceiros que possibilitam a sua efectivação. Neste ponto, refere António Frazão que, a Cooperativa pede financiamento para uma actividade e coloca como entidade executora o parceiro, por exemplo no que diz respeito à formação, quem a coordena e realiza é uma entidade da Serra dos Candeeiros, ainda que as actividades decorram nas instalações do Centro Cultural de Chãos e a pedido da Terra Chã.

Júlio Ricardo por sua vez indica que” tem parceiros de acção associativos e institucionais significativos o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, a Camara Municipal [de Rio Maior]... Ministério da Agricultura...ANIMAR... temos parcerias com associações congéneres que ou estão certificadas para a formação ou têm outras competências com quem interagimos... neste momento trabalharmos com empresas de turismo de natureza com quem estabelecemos protocolos, eles vêm com os seus clientes dinamizar actividades no espaço que temos. A importância do parceria é dar apoio, desenvolver actividades e canalizar para Chãos clientes para os nossos serviços”.

A metodologia de trabalho assenta no diálogo e participação da população e dos parceiros a qual é descrita por António Frazão da seguinte forma “divulgamos a acção, convoca-se uma reunião onde as pessoas participam para identificar e solucionar problemas”. Júlio Ricardo por sua vez, afirma que “sempre que chega alguém à Cooperativa e tem alguma ideia para desenvolver nós acolhemos essa pessoa para andar para a frente e criar algo de útil com a sua ideia” e “isso sempre foi feito em grande grupo com as pessoas a discutir e a participarem e quando conseguimos ter as pessoas, que percebam e visualizem o problema que têm...empenham-se na sua resolução. A questão é depois de nós criarmos as condições, os serviços, ou as ferramentas para que o problema se possa resolver... há um problema, tenta-se clarificá-lo percebê-lo melhor, perceber as suas raízes e como é que ele pode ser resolvido e depois construir soluções para isso. Também tem muita importância a avaliação, em qualquer actividade que fazemos ela é avaliada

com os participantes que estão envolvidos e também com os utentes... depois tentamos melhorar com aquilo que nós fazemos".

O móbil primordial do seu trabalho passa por preparar e formar as pessoas para as capacitar de funções que lhes permita superar em conjunto, problemas com que se deparam individualmente “é nesse sentido que as pessoas participam, se envolvem e depois gostaríamos que também elas liderassem os próprios processos”(Júlio Ricardo).

A continuidade da Cooperativa Terra Chã no “futuro passa por apostar no aparecimento de novas pessoas que continuem o projecto. Já temos jovens na aldeia com capacidade para dinamizar o projecto, não podemos estar à espera que sejam as pessoas que vêm de fora que consigam perceber o que é que é o projecto para a aldeia e acho que neste momento há condições para que novos jovens que têm feito algum percurso de vida na própria Associação, no Rancho e na Cooperativa possam eles próprios tomar sobre si a dinamização do projecto de trabalho que temos”.

4.2.4 - A Procura de Serviços e Actividades no Centro Cultural de Chãos

A procura de serviços e actividades da Cooperativa Terra Chã, tem dois potenciais público-alvo: o turismo cultural e de natureza e a população local.

Uma das trabalhadoras do serviços de restauração e dormida, referiu que “o movimento é mais frequente ao fim de semana e para a procura de almoços ou jantares, por parte de pessoas que são de longe”.

Júlio Ricardo vai ao encontro desta percepção quando afirma que: ”temos público que vem das cidades pelo factor ambiental que a Cooperativa envolve, pela gastronomia e trabalhos e, também por associarem aquele projecto a uma situação alternativa em termos de economia social. E depois temos as pessoas da região que quando há por exemplo baptizados, aniversários procuram o espaço da Terra Chã

para lhes fornecermos os serviços portanto 60 a 65% dos nossos utentes são exteriores 35, 40% são pessoas de Chãos e das aldeias vizinhas”.

As pessoas da população também têm a mesma percepção, porque veem muitos carros ao fim-de-semana a dirigirem-se à Terra Chã alguns dos quais abrandam para perguntar onde se encontra a infra-estrutura e se “lá se come bem”.

A ideia geral da população é que a comida é típica e de qualidade e feita com muita higiene, mas que os preços para as pessoas locais são um pouco acima da média, que será mais acessível a pessoas que vêm de fora, procurar conhecer um espaço onde possam contactar com a natureza e verificar outro modo de vida.

No entanto, referem ainda que muitas pessoas nas redondezas realizam festas de aniversário e baptizados porque é um espaço agradável, com privacidade, onde podem estar à vontade.

No que diz respeito, à ida das pessoas locais ao Centro Cultural de Chãos, 98,1% dizem que já estiveram na infra-estrutura e destas, a maior tendência revela 24,5% que vão algumas vezes por semana, 22,6% uma vez por semana, e com menor frequência 18,9% algumas vezes por ano, 9,4% uma vez por ano e 7,5% refere que podem ir de dois em dois anos e destes, alguns afirmaram que apenas foram uma vez na vida.

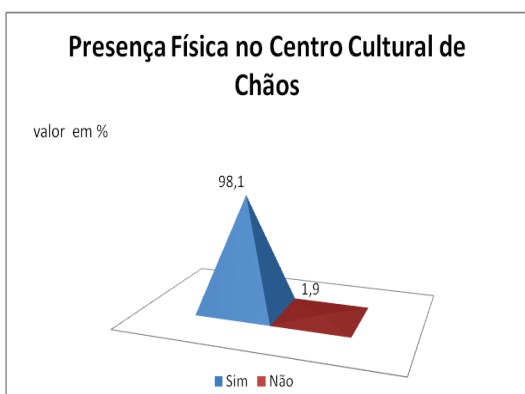


Gráfico 5

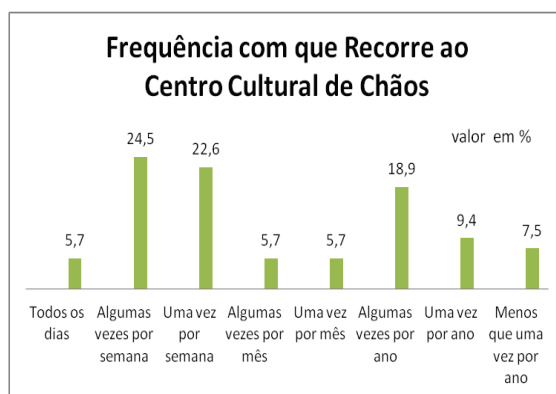


Gráfico 6

A maioria das pessoas vai acompanhado (65,5%) com a família (79,2), algumas das pessoas que vão sozinhas disseram que é para ir ao encontro de alguém da família sendo aquele o local combinado para se verem e tomarem um café.

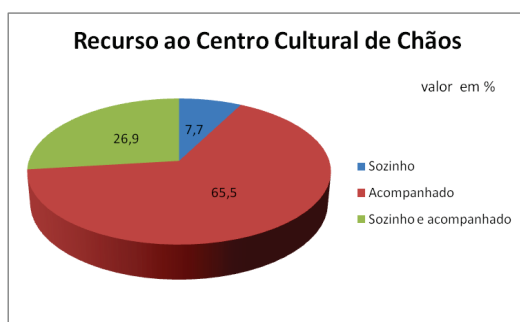


Gráfico 7



Gráfico 8

Mais à frente, referem-se os serviços e actividades a que recorrem no Centro Cultural de Chãos e quais consideram mais importantes para a aldeia.

4.2.5 - Envolvimento e Participação das Pessoas nos Projectos da Cooperativa Terra Chã

Os membros da direcção da Cooperativa Terra Chã abordam a adesão da população aos projectos de forma muito pragmática, olhando para a quantidade de voluntários (10) de associados/cooperantes (32) e trabalhadores dependentes da Cooperativa (5). Para além destas pessoas, ainda se encontram os que vendem produtos agrícolas à Cooperativa Terra Chã e beneficiam da venda de produtos artesanais.

Ainda assim, verificam constrangimentos pois Júlio Ricardo diz que “neste momento não é tanto com a população da aldeia, mas mais com os cooperantes da Cooperativa Terra Chã” que verificam maior envolvimento. No entanto, refere que a dificuldade também parte da gestão da própria Cooperativa, reconhecendo que “antes no Rancho Folclórico de Chãos nós tínhamos a capacidade de motivar a participação e o envolvimento das pessoas, com os grupos de trabalho que criávamos, neste

momento, já implica muito trabalho de gestão e muitas horas perdidas para a sua administração. Nós às vezes já não conseguimos fazer a ponte com a aldeia e notamos que há algum distanciamento...”

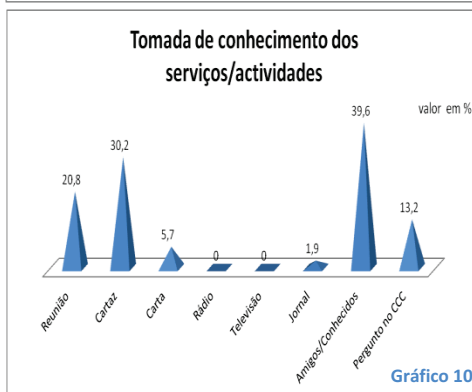
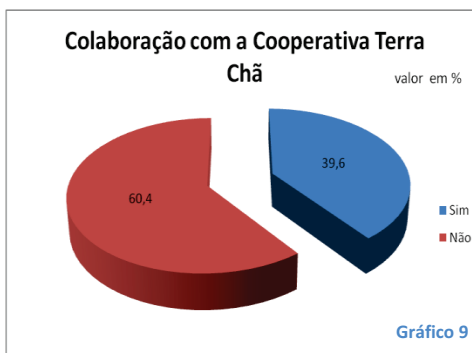
António Frazão aprofunda esta contrariedade afirmando que “as pessoas querem resultados imediatos, mas os processos são lentos e morosos, a participação das pessoas e o seu envolvimento ressentem-se”.

Júlio Ricardo revela ainda que, “apesar de muitas vezes as pessoas criticarem o que a Cooperativa faz, as pessoas identificam-se com o nosso trabalho, e com aquilo que temos feito... ..se temos trinta e dois associados e destes quinze a dezassete pessoas são da aldeia de Chãos, já a comunidade está envolvida, agora numa comunidade como Chãos há sempre as pessoas que aderem ao processo e que se envolvem e há aqueles que em certa medida são os críticos, só pelo prazer de criticar”.

Para compreender a perspectiva da população foram colocadas três questões, uma acerca da sua colaboração, outra sobre o modo como e quando tinha conhecimento das actividades, para apreender se era por falta de informação que aderiam ou não.

No que diz respeito à colaboração com a gestão da Cooperativa Terra Chã, 60,4% não se envolvem na concepção e desenvolvimento a actividades, 39,6% respondem que sim.

As pessoas tomam maior conhecimento das actividades por meio de amigos/conhecidos (39,6%) pelo que a aldeia é pequena e passam muito a palavra. 30,2% revela que sabe por cartaz, 20,8% por reunião, 13,2% porque pergunta no Centro Cultural de Chãos, 5,7% por carta e 1,9% pelo jornal local.



Cruzando dados das pessoas que disseram que colaboram com a Cooperativa Terra Chã e, as que participam nas reuniões de conhecimento de actividades, apreendemos que 20,8% são as que colaboram frequentemente e 18,9% são as que se envolvem na preparação de algumas actividades, nomeadamente o Festival Anual do Rancho Folclórico, ou outra actividade quando são solicitados para ajuda. Algumas pessoas mostraram vontade em aderir mais às iniciativas da Cooperativa Terra Chã, caso fossem mais requisitados.

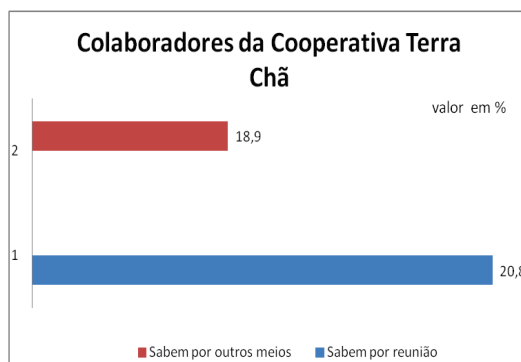


Gráfico 11

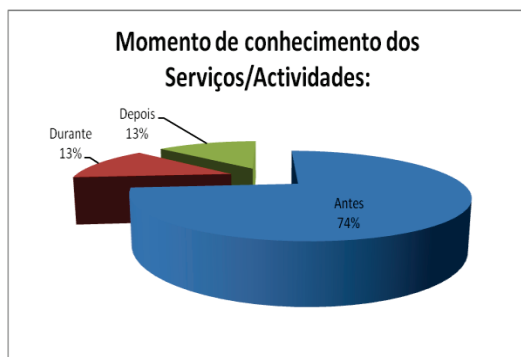


Gráfico 12

Na sua maioria (74%), as pessoas sabem habitualmente das actividades antes de decorrerem o que faz depreender que estão informadas, podendo optar aderir ou não com a sua participação nas mesmas.

A Cooperativa Terra Chã, reconhece que o conhecimento das actividades advém essencialmente da informação informal, e apostam no poder da palavra através da “divulgação boca a boca. Fazemos uma actividade, levantamos a nossa lista de contactos, estes outros contactos têm. Às vezes aparecem pessoas de sítios incríveis que vêm à Terra Chã fazer actividades ou porque viram na televisão, ou porque vinha no jornal ou uma amiga disse ou uma amiga falou. Portanto, vai muito pelo contacto indirecto e por quem já veio que divulga, a quem deseja vir ou não conhece e por outro lado, alguma divulgação quer seja através do site, quer seja através doutros meios vamos sempre divulgando as nossas actividades”.

4.2.6 - Expectativas e Sugestões da População Para a Aldeia de Chãos

As condições do Centro Cultural de Chãos são encaradas de um modo geral de bom grado, visto que 13,2% afirmam que são muito boas, 69,8% que são boas, 1,1% nem boas, nem más e 1,9% que são muito más.

As pessoas de um modo geral revelaram que a infra-estrutura existente tem boas condições, mas que poderiam estar mais completa a nível de equipamentos colectivos, ou que esperavam outras funcionalidades do espaço existente, mais adaptadas à população local.

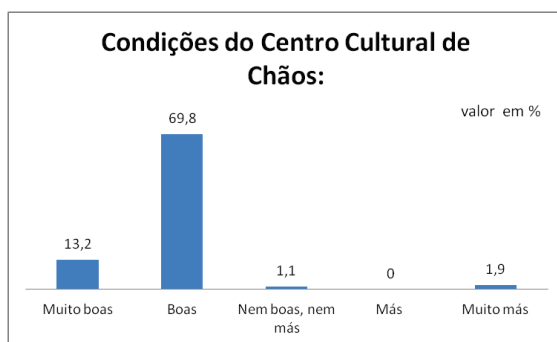


Gráfico 13

Numa pergunta aberta sobre o que as pessoas gostariam de ver realizado no Centro Cultural de Chãos (ver anexo7), as pessoas declararam expectativas referentes a cinco áreas de actuação: promoção de emprego e estímulo económico; lazer e união da população; infra-estruturas colectivas; educação e formação; mostra e dinamização para turistas.

Entre as suas preocupações, destaca-se como sendo a mais eminente a de criação de mais situações socioeconómicas para a produção de emprego, nomeadamente a partir de uma fábrica que concentraria um maior número de pessoas activas. Ainda presente na tónica de desenvolvimento económico, há pessoas que esperavam ver um ponto de venda de excedentes agrícolas, e um espaço de exposição de trabalhos e ideias. Também foi atribuída importância à formação para facilitar o acesso ao emprego, sugerindo-se mais oportunidades de aprendizagem formativa com carácter de educação ao longo da vida.

Algumas pessoas revelam como gostariam de ver colmatada a divisão das pessoas na aldeia e falta de envolvimento da população nas actividades da Cooperativa Terra Chã. Existe uma variedade de propostas concretas que poderiam unir as pessoas e dinamizar a população da aldeia, criando ocupação e lazer, entre as quais se colocam sessões de cinema, workshops, dança, serões com fados e artistas convidados.

Também foi levantada a questão de completar a infra-estrutura Centro Cultural de Chãos, incluída no projecto inicial das instalações, com um anfiteatro/salão polivalente. Foi ainda sugerido um campo de futebol que pudesse dar lugar a iniciativas desportivas na aldeia e com as vizinhas.

Houve igualmente preocupação para com os jovens e crianças com a expectativa de haver um ATL ou creche a funcionar, sobretudo nas férias escolares para ocupação dos filhos em horário laboral e, melhoria do parque de diversão adjacente à antiga escola básica de 1ºciclo. A rede sem fios para internet (wireless) com acesso por toda a aldeia, foi facultada como sugestão, uma vez que existe na Cooperativa Terra Chã e se poderia aumentar o seu sinal.

Verificou-se ainda, simpatia para com os visitantes que permitem a dinamização de Chãos, sugerindo um parque temático sobre a serra com animais para serem visitados e, uma maior animação ao fim de semana, que os fizesse procurar regularmente a terra.

Quando se questionou se já tinham dado alguma sugestão à Cooperativa Terra Chã, 57% diz que não e os restantes 43% refere que sim, ainda que não tenham sido ideias como as abordadas no questionário, fizeram reparos pontualmente sobre o contexto em que estavam inseridos.



Gráfico 14

Podemos ter em conta que, o levantamento de sugestões realizado a partir do inquérito à população, é uma colaboração dos habitantes para com a Cooperativa Terra Chã; uma vez que a investigação incorreu nesse sentido. Portanto, a abordagem poderá potenciar novas acções, ainda que adaptados aos princípios estratégicos e objectivos da organização institucional, sob uma reflexão mais aprofundada.

4.2.7 - Importância do Centro Cultural de Chãos e do Projecto da Cooperativa Terra Chã para a População.

Foi possível verificar com clareza uma tipologia, estabelecida pela faixa etária no que concerne à importância dada à presença da Cooperativa Terra Chã na aldeia de Chãos e sua utilização:

As pessoas com idade acima dos 70, demonstraram pouco interesse nas actividades desenvolvidas e serviços prestados, pois nunca sentiram necessidade das mesmas e não influencia directamente a vida delas;

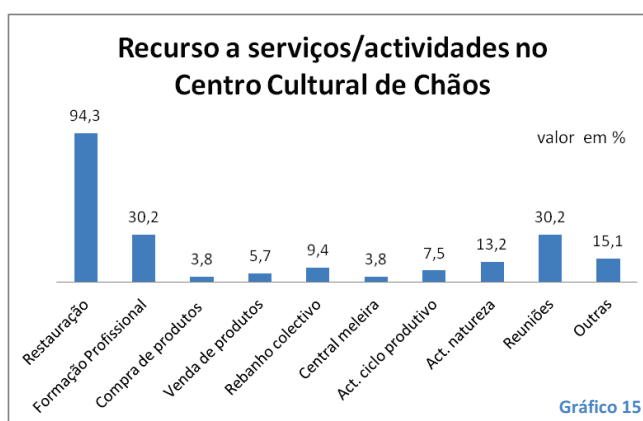
As pessoas entre 50 e 70 anos evidenciaram duas tendências: uma na qual mostram expectativas relativas à criação de emprego que permita realizar a fixação e melhoria de vida para os seus filhos e netos na aldeia de Chãos, uma vez que a sua está estabelecida e não traz nenhum benefício em particular. Vão à Cooperativa Terra Chã uma/duas vez(es) por ano ou menos do que uma vez por ano, por altura da Festival do Rancho Folclórico ou aniversário/baptizado de algum familiar. A outra tendência engloba pessoas que vão com mais frequência ao Centro Cultural de Chãos (todos os dias/ algumas vezes por semana/ uma vez por semana) que por sua vez são cooperantes ou familiares de alguém que coopera/trabalha na Cooperativa Terra Chã;

As pessoas entre os 30 e 50 anos têm uma postura mais crítica, apontando diversos benefícios e limitações da gestão da Cooperativa Terra Chã, porque estiveram envolvidas no processo de génese, construção, abertura e estabelecimento; através do Rancho Folclórico ou como cooperantes, sentindo de forma pessoal as suas vitórias e falhas, porque acreditavam muito no projecto. Este é o grupo etário

que revela mais expectativas e desilusões para com as opções de gestão e funcionamento; no qual há duas tendências: um subgrupo que vai frequentemente ao Centro Cultural de Chãos (todos os dias; uma vez por semana; algumas vezes por mês) e outro subgrupo que ocorre ao local para preparar, dinamizar ou participar no Festival Anual do Rancho Folclórico (algumas vezes por ano; uma vez por ano);

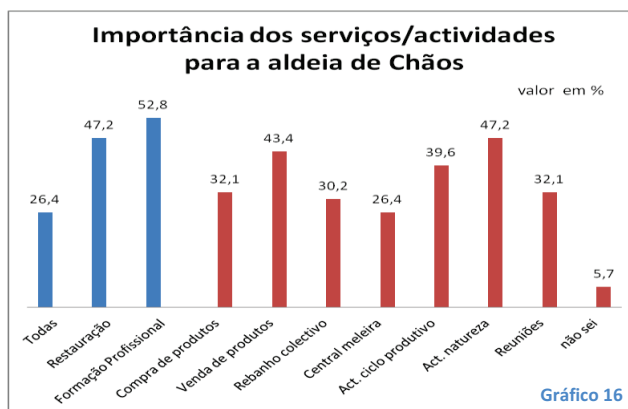
As pessoas entre os 18 e 30 anos, mostram-se como uma nova geração que revelam entusiasmo e interesse na Cooperativa Terra Chã, mas esperam mais dinamismo da sua actuação, nomeadamente para a população jovem da aldeia. Entre estes jovens há um subgrupo que vai ao Centro Cultural de Chãos algumas vezes por semana e outro que vai algumas vezes por ano.

No que diz respeito a serviços e actividades em que participam no Centro Cultural de Chãos ainda que as respostas sejam variadas devido à possibilidade de escolha múltipla, 94,3% das pessoas destacam a restauração, sendo que 42,5% optam exclusivamente por este e os restantes 52,5% ainda participam em outras actividades tais como a formação profissional (30,2%), venda de produtos locais (5,7%), actividades na natureza (13,2%) e reuniões (30,2%). 7,5% abordaram a participação em actividades ligadas ao ciclo produtivo e 9,4% no rebanho colectivo e 3,8% encontram-se no processo de preparação e aprendizagem da produção apícola, ligada à futura central meleira e compra de produtos locais. É de acentuar 15,1% que se dedicam a outras actividades que não se encontram referenciadas, que depois especificam como sendo o Festival Anual do Rancho Folclórico.



Quanto à importância atribuída às actividades realizadas no Centro Cultural de Chãos pela gestão da Cooperativa Terra Chã, para a dinâmica da aldeia, as respostas são igualmente dispersas podendo no entanto, se destacar uma tendência em cerca de 26,4% de inquiridos em afirmar que são todas relevantes.

As mais valorizadas pela população são: a formação profissional contando com 52,8%, a restauração e actividades da natureza, ambas com 47,2 e a venda de produtos com 43,4%. É de referir que 5,7% não sabe o que responder.



No inquérito por questionário, foi realizada a seguinte afirmação “a Cooperativa Terra Chã é importante para a aldeia” e, constatou-se que 18,9% concordou totalmente, 64,2% concordou, 15,1% nem concordou, nem discordou 0% discordou e 1,9% discordou totalmente.

Na pergunta aberta que aprofundava a importância da Cooperativa Terra Chã para as pessoas da aldeia, podem ser explicitados quatro campos de acção: o do desenvolvimento do lugar; estímulo económico e de emprego; conhecimento e divulgação; e dinamização turística. As suas respostas (ver anexo 8) de um modo geral, revelam que sentem a sua aldeia valorizada porque é um impulso para o crescimento e desenvolvimento da aldeia, preserva costumes e tradições, divulga produtos locais e o seu modo de vida, atrai visitantes que movimentam a aldeia e

promove algum emprego e estímulo económico, com a oferta de diversas actividades associadas ao turismo.

No entanto, algumas pessoas (que reponderam discordo ou nem concordo nem discordo) mostram outra perspectiva afirmando que a Cooperativa tinha meios para ir mais longe na sua acção, contribuindo com oferta de actividades para a população, ajudando-a mais e criando maior união. Há quem declare que a instalação da Cooperativa Terra Chã dividiu as pessoas da aldeia que inicialmente era mais unida enquanto existia apenas o Rancho Folclórico.

Também há quem revele que a Cooperativa Terra Chã e as suas actividades não lhe interesse pois se encontra centralizada em torno de algumas pessoas e não se sentem parte implicada.

Noutra alegação, relativa à falta que a Cooperativa Terra Chã faria se deixasse de existir, obteve-se 64,2% concordo, 15,1% nem concordo nem discordo, portanto os mesmos resultados que na anterior; diferindo 3,8%, concordo totalmente (18,9%), 5,7% discordo 0% discordo totalmente.

No entanto as pessoas, de um modo geral, detiveram-se a pensar um pouco antes de responder e, na sua maioria disseram espontaneamente, *“pelo menos para quem lá trabalha e as suas famílias, fará bastante diferença, mas para as outras pessoas nem por isso”*.

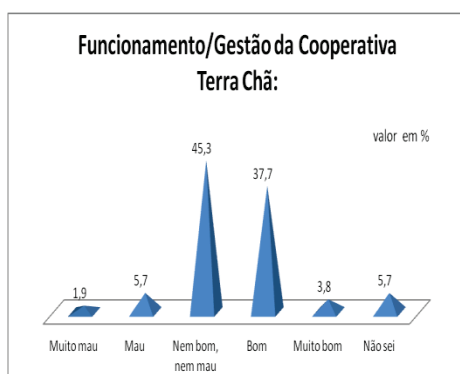
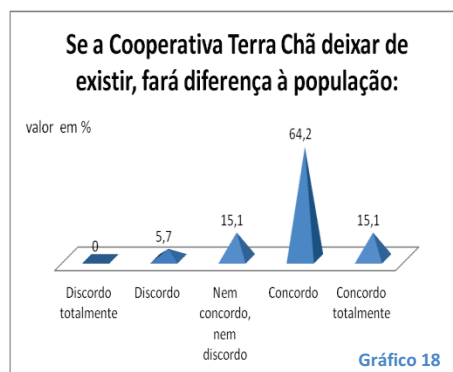


Gráfico 19

Quanto ao funcionamento/gestão da Cooperativa Terra Chã, 1,9% refere que é muito mau, 5,7% que é mau, o valor mais acentuado é de 45,3% que afirma que não é bom nem mau, 37,7% diz que é bom, 3,8% que é muito bom e 5,7% não sabe, porque desconhece a forma de actuação.

As críticas que incidem sobre a gestão são relacionadas com a marcação de reuniões muito próximas de sua realização, com a morosidade do processo de cada projecto, com a percepção de que cada projecto que se inicia, procede para “tapar outros que não dão resultado e fazem mais para não se dar por isso”, “que poderiam fazer mais pelos da terra” e da falta de clareza financeira no investimento de cada projecto, no qual esperavam ver uma apresentação de contas mais explícita. No que concerne ao serviço de restauração em particular, verificaram-se alguns comentários relacionados com a procura que nem sempre encontra oferta, ou seja, se fazem um pedido de algo, recebem frequentemente a resposta de que não há ou não podem fazer.

Conclusões e Recomendações

Partindo dos objectivos da presente investigação: perceber de que forma a Cooperativa Terra Chã pode contribuir para suprimir as necessidades da população local e promover a participação e cidadania activa; averiguar práticas, estratégias e metodologias presentes numa acção para o desenvolvimento local sustentável, como processo de mudança e; verificar a presença dos princípios do desenvolvimento local sustentável nos serviços e actividades prestados pela gestão da Cooperativa Terra Chã, consubstanciados nas questões que operacionalizaram a investigação e com base na apresentação e discussão atrás efectuada, apresenta-se uma síntese conclusiva que oferece uma visão de conjunto dos resultados obtidos.

A Cooperativa Terra Chã demonstra um processo amadurecido de dinâmicas e metodologias activas de desenvolvimento local sustentado numa perspectiva integrada, que provém de todo o percurso feito e com o apoio de parceiros válidos neste campo de acção, nomeadamente a ANIMAR e PROACT.

O mais importante a reter é o modo como fazem acontecer o desenvolvimento no seu território, pelo que as metodologias são activas e participativas, provindo do envolvimento das pessoas, desde a concepção até à implementação do projecto, fazendo caminho, de modo a capacitar as pessoas e as levarem ao ponto de liderarem os processos com autonomia.

A Cooperativa Terra Chã conseguiu reunir meios, recursos e financiamentos que pudessem realizar estímulo económico de modo a haver meios de subsistência; com o intuito de prover oportunidade de emprego que levasse à fixação. Neste momento, ao cargo da Cooperativa Terra Chã estão cinco empregos e, para além disto ainda articulam fontes de rendimento de outras pessoas com o escoamento de produtos, a partir do projecto de pastorícia; da futura central meleira; valorização e venda de produtos locais e artesanais; com a compra de produtos agrícolas à população para a confecção de pratos gastronómicos no restaurante da Cooperativa; renovação de casas tradicionais e outras infra-estruturas estimulando a construção

civil, fomento da certificação de produtos como a carne de cabrito, leite e queijos; promoção de clientes para consumo dos produtos através do turismo rural e de natureza, com pacotes de actividades, campos de férias para crianças; a organização de eventos e festas ligadas ao ciclo produtivo, danças e cantares tradicionais.

As vantagens que advém destas estratégias passam pela de reestruturação do tecido económico com alternativas para a criação de riqueza; devolução de espaços de vida, que se encontravam vazios, renovando o sentido e funcionalidade do espaço; através do mercado de especialidade com produtos específicos da vida agrícola e serrana como marketing cultural. Tentaram restabelecer o equilíbrio estrutural através de uma visão integradora com uma acção multifuncional, abrangendo vários sectores da vida humana.

É de realçar que todos os esforços foram ancorados nos recursos disponíveis na comunidade: capital cultural e social, suas competências, conhecimentos, técnicas, senso comum e sabedoria popular o que se traduz no património imaterial, nas suas casas típicas, eiras, covas de bagaço e cisternas como património tangível e; paisagem, flora, fauna como património natural.

Os actores locais e institucionais foram encontrar resposta nas potencialidades que o seu próprio território oferecia e visualizaram oportunidades que daí podiam advir, mas para isso foi necessário terem visão estratégica e a longo prazo, sendo produtores e distribuidores de uma simbologia regional associada a um marketing local.

Quanto às estratégias promotoras do desenvolvimento local sustentável podemos verificar que há sustentabilidade no projecto pelo respeito que desenvolvem pela natureza, existem projectos que tentam melhorar e expandir habitats, que preservam espécies de animais e plantas, que tentam criar equilíbrio entre humanos e natureza delimitando bem o espaço de vida de cada ecossistema...fazem conservação ambiental, tentam utilizar recursos sem os estragar, para os devolver com a maior rentabilidade possível.

Podemos, ainda, perceber o desenvolvimento local sustentável porque está associado a estratégias inovadoras, é integrado e participativo, recorrendo a recursos endógenos para criar o estímulo económico com o intuito de melhorar a vida dos habitantes de Chãos.

O desenvolvimento promovido pela Cooperativa Terra Chã tem estratégias inovadoras porque é assente numa metodologia de diagnóstico, planeamento e avaliação, mediante lógicas de gestão numa economia social. É integrado porque articula diversas dimensões (económica, social, humana, ambiental, institucional) estabelecendo redes sociais de proximidade e parceria no seu território, para desenvolver actividades multisectoriais. É participativo porque envolve as pessoas da localidade pelo menos dezasseis são associados e quando iniciam alguma actividade nova convocam todos os habitantes da aldeia para uma reunião. A partir daí quem se identifica, junta-se à iniciativa, envolvendo-se no processo. É ainda participativo, porque as pessoas fazem parte do diagnóstico de necessidades, identificando e clarificando os problemas; do planeamento na procura de soluções viáveis para a sua resolução; sua intervenção, na operacionalização de serviços, actividades e avaliação do processo com vista a melhorias de gestão e execução.

Este desenvolvimento também se caracteriza como humano e social porque as pessoas efectuem aprendizagens de percurso, cooperação solidária, realizam formações técnicas e de saberes; e melhoram as condições de vida porque isso lhes abre oportunidades de emprego ou actividade e, a Cooperativa Terra Chã cria condições inovadoras e empreendedoras nas quais podem ingressar.

As formas de participação encontradas na metodologia de intervenção e dinamização de actividades passam essencialmente pelo voluntariado, cooperação e parceria, mas na verdade, o envolvimento de um maior número de pessoas na aldeia é a grande contrariedade do momento.

Embora pareça controverso, podemos verificar que a Cooperativa Terra Chã se coloca como uma entidade promotora de desenvolvimento porque cria condições, serviços e ferramentas como forma de resolução dos problemas, permitindo às pessoas liderarem os seus processos de emancipação. No entanto quando

aprofundamos a adesão e participação nos projectos, apercebemo-nos de que estes recursos não são plenamente aproveitados, pelas pessoas de Chãos.

Por um lado, a direcção da Cooperativa Terra Chã reconhece a dificuldade em se aproximar da população, devido a constrangimentos organizacionais pois o tempo é pouco para a gestão da Cooperativa e revelaram que os resultados eram melhores quando o Rancho Folclórico de Chãos gerava grupos de trabalho com as pessoas da aldeia. Por outro, algumas pessoas da aldeia demonstram consideração pelas estratégias e metodologias da Cooperativa Terra Chã mas parece faltar um compromisso que seria essencial para o seu envolvimento continuado e interessado. Admitem que têm saudades do tempo em que o Rancho dinamizava actividades e formações, porque todos eram unidos e se entendiam.

O motivo do afastamento parece provir de expectativas não correspondidas, pois a população não conseguiu acompanhar a opção estratégica da Cooperativa Terra Chã que apostou no turismo cultural e de natureza como forma de colmatar as necessidades sócio-económicas da aldeia, promovendo uma estrutura orientada para sua a melhoria de vida. Os habitantes da aldeia de um modo geral, esperavam concentrar-se em iniciativas com maior favor para todos e para a dinamização da própria comunidade. Ainda assim, revelam vontade em se envolver e colaborar com a Cooperativa caso considere uma maior abertura a estes princípios.

Por outras palavras a população, não soube acompanhar e compreender as escolhas de actuação, no sentido de terem sido feitas essencialmente para as pessoas que vêm de fora, portanto o turismo cultural e de natureza, esperando algumas opções que valorizassem a vida comunitária local. Ainda, que a população valorize a dinamização dos espaços de vida e movimentação da aldeia, devido aos visitantes, sentem que o projecto criou desunião e distanciamento entre os elementos da população.

Uma recomendação que ajudaria a aliviar esta tensão, passaria pela mobilização de um actor social (que poderia ser alguém da aldeia) cuja função seria de estabelecer proximidade entre a cooperativa e a população como mediador e mobilizador de vontades que facilitasse a conciliação de interesses.

Outra forma de aproximar as pessoas da lógica de acção da Cooperativa Terra Chã poderia passar pela organização de redes colaborativas, assentes em relações de proximidade, subordinadas a diferentes temas de interesse, de acordo com diversas sensibilidades, para mobilização das pessoas locais, sem as fazer sentir sobrecarregadas, pois cada pessoa se sentiria válida e apoiada com a divisão de tarefas entre um grupo, no qual poderiam fazer levantamento de património cultural e efectuar uma recolha escrita ou organizar mostras culturais, organizar workshops e serões recreativos e actividades de lazer para os habitantes, (nas quais os visitantes poderiam participar) que sugeriram no inquérito.

Tendo em consideração o desejo da Cooperativa Terra Chã em mobilizar mais pessoas da aldeia e, a vontade colectiva em se envolver e participar nas dinâmicas colectivas; parece que as barreiras não são tão difíceis de ultrapassar. Será essencial procurar meios para estabelecer uma comunicação mais eficaz que una interesses e consensos para ampliar a adesão, com o intuito de reforçar o trabalho estratégico e metodológico já existente.

Este estudo de caso cuja natureza descritiva e exploratória surge como um diagnóstico da realidade quanto à adesão e participação dos habitantes de Chãos na Cooperativa Terra chã, poderá ser um ponto de partida na comunidade para criar dinâmicas de diálogo reflexivo e análise de interesses, para inflamar um maior envolvimento e entendimento entre todas as partes.

Referências Bibliográficas

AMADO, Maria (2007) “Qualificar o Terceiro Sector: Uma Perspectiva de Formação”, *Veze e Voz*. Nº 1, II série, ano XV, pp.57-64, Vialonga: Animar.

AMARO, Rogério R. (2001) “O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito Desenvolvimento”, *Desenvolver (des)envolvendo – reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, pp. 155- 169, Messejana: ESDIME.

AMARO, Rogério R. (2009) “O papel dos Actores e das Comunidades Locais nos Processos de Desenvolvimento na Promoção de uma Economia Solidária em São Tomé e Príncipe”, *Desenvolvimento comunitário das teorias às práticas – turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, pp.28-43 Lisboa: CEA /ISCTE/ Gerpress;

BAPTISTA, Fernando O. (2009) “Territórios de baixa densidade: olhares prospectivos”, *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança* pp.7-8, Proença-a.Nova: Centro de Ciência Viva;

BAPTISTA, Jaime M. (2003) “ambiente”, *Reformar Portugal 17 estratégias de mudança*, pp.340-368, Lisboa: oficina do livro.

BARBERINI, Ivano (2009) *Lição Cooperativa*, Lisboa: INESCOOP.

BARBOSA, Cristina e DOMINGOS, Isabel (2004) “Que papel para os parques naturais no planeamento e gestão do território? Os casos do parque natural da Arrábida e da Ria Formosa” *Actas: V congresso da geografia Portuguesa – Portugal: territórios e protagonistas*, Guimarães.

BARROS, Vitor C. (2003) *Desenvolvimento rural - intervenção pública, 1996-2002*, Lisboa: Terramar

- BELTRÃO, Ana R. (2002) “Patrimônio Cultural: Novas Fronteiras” *Prim@Facies*, ano 1, nº 1, Julho/Dezembro.
- BENKO, Georges, (1999) *A ciência regional*, Oeiras: Celta.
- CAPUCHA, Luis M. A. (1996) “Fazer render o belo – questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas”, *Sociologia, problemas e práticas*, nº 21, pp.29-46, Oeiras: Celta/ CIES / ISCTE;
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela M. (1998) *Metodologia da investigação – guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- CARVALHO, Nuno (2009) “Desenvolvimento local sustentável – agenda 21 local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação” *Barlia – revista científica sobre ambiente e desenvolvimento*, nº5, pp.79-94, Dezembro, Leiria: Oikos.
- CASTELLS, Manuel (2003) *O poder da identidade*, Vol.II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbeikien.
- CAVACO, Carminda (2009) “Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar” *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*, pp.39-72, Proença-a.Nova: Centro de Ciência Viva;
- COSTA, Paulo F. (2009) “Património imaterial, identidade e desenvolvimento rural” *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*, pp.39-72, Proença-a.Nova: Centro de Ciência Viva;
- ESPERANÇA, Eduardo J. (1997) *Património e comunicação, políticas e práticas culturais*, Cruz Quebrada: Veja
- GARCIA, Soledad (2005) “Associanismo e poder local: novos desafios da cidadania

activa” *O poder local em tempo de globalização – uma história e um futuro*, pp.243-263, Coimbra: CEFA (centro de estudos de Coimbra);

GÓMEZ, José A.; FREITAS Orlando M; e CALLEJAS, Germán V. (2007) *Educação e desenvolvimento comunitário local, perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*, Porto: profedições.

GUERRA, Isabel C. (2006) *Participação e Acção colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Estoril: Principia;

JACINTO, Rui (2009) “Património, memória e identidade: os territórios de baixa densidade e os processos de mudança”, *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*, pp.39-72 Proença-a.Nova: Centro de Ciência Viva.

LAVADO, Ana P. (2008) “Animação territorial – ouvir a vida e fazer o destino” *revista práticas de animação*, ano 2, nº1, Madeira.

LAVADO, Ana P. (2009) “Animação territorial: outra perspectiva da animação” *revista práticas de animação*, ano 3, nº2, Madeira.

LEITE, João S. (2010) *Princípios Cooperativos*, Lisboa: INESCOOP

LEITE, João S. (2011) *Ensaio sobre a Participação Associativa nas Cooperativas*, Lisboa: INESCOOP

KATE, Robert; PARRIS, Thomas; Leiserowitz, Anthony (2005) “What is sustainable development? Goals, indicators, values and practice” *Environment: science and policy for sustainable development*, vol.47, nº 3 pp. 8-21, Abril,

KETTLE, Jean-Marie; ROEGIERS, Xavier (1993) *Metodologia da recolha de dados, fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*, Col: Epistemologia e sociedade, Lisboa: Instituto Piaget

MARTINS, Susana C. (2001) “Novos associativismos espaços renovados de participação, cidadania e educação” *Revista da ESES*, nº11, pp 89-117 Dezembro, Santarém.

MERGULHÃO, Luis F. S; RITA, José J. P. (1997) “Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades?”, *Economia e Sociologia*, nº63, pp.31-42, Évora.

PEDRO-RÊGO, Patricia e SIMPLICIO, Domingas (2004) “Redes localizadas: a participação cívica, a partir do meio local” *Actas: V Congresso da Geografia Portuguesa – Portugal: territórios e protagonistas*, Guimarães.

PEZZULLO, Susan (2000) *Desenvolvendo sua organização – um guia de sustentabilidade para ONG's*, São Paulo: Senac;

PEREIRA, Inês (2002) “Identidades em rede - construção identitária e movimento associativo” *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº40, pp.107-127, Oeiras.

REIS, José (1998) “Interior, desenvolvimento e território”, *Perspectivas do interior: jornada da interioridade*, pp 77-86, Lisboa: imprensa nacional.

RIBEIRO, Marcelo e SANTOS, Eurico O. (2008) “Turismo cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais”, *Revista Itenerarium*, Vol.1, pp. 1-12, Rio de Janeiro.

RICARDO, Júlio (2007) “Terceiro sector e economia social e solidária: algumas pistas para reflexão” *VeZ e Voz* Nº 1, II série, ano XV, pp.57-64, Vialonga : Animar.

SANTOS, António A. (2005) “O poder local em tempo de globalização uma história

e um futuro?”, *O poder local em tempo de globalização – uma história e um futuro*, pp.281-293, Coimbra: CEFA (centro de estudos de Coimbra).

SALGADO, Lucília (2009) “Recursos locais e novas actividades em meio rural: aprendizagem, inovação e mudança”, *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*, pp.39-72, Proença-a-Nova: Centro de Ciência Viva.

SACHS, Ignacy, (2009) “O paradigma do futuro, entrevista a Ignacy Sachs com Denise Ribeiro”, *Revista Carta Capital*, em parceria com a *Envolverde*, Setembro, São Paulo.

SOUZA, Edevaldo A. e PÉDON, Nelson R. (2007) “Território e Identidade” *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, ano 4, V 1, n.º6, pp.126-148, Três Lagoas.

SDC- Sustainable Development Commission (2011) *Governing for the future, the opportunities for mainstreaming sustainable development*, London: SDC

TEUNE, Henry (2005) “O futuro da localidade numa era global”, *O poder local em tempo de globalização – uma história e um futuro*, pp.265-279, Coimbra: CEFA (centro de estudos de Coimbra);

VIEGA, José F. F. (2005) *Território e desenvolvimento local*, Oeiras: Celta

UNESCO- United Nations educational Scientific and Cultural Organization (2005a) *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, Paris, World Heritage Centre

UNESCO- United Nations educational Scientific and Cultural Organization (2005b) Bindè, J. (coord) *Rumo às sociedades do conhecimento – relatório mundial da UNESCO*, Col: Epistemologia e sociedade. Lisboa: Instituto Piaget.

UZZEL, David; FONTES, Patricia J.; BRUUN Bjarne; VOGNSEN, Cristian; UHRENHOLDT, Gorm; GOTTESGIENER, Hana; DAVALLON, Jean; KOFEOD, Jens (1998) *As crianças como agentes de mudança ambiental*, Porto: campo das letras.

Anexos

Anexo 1

Guião de Entrevista Semi-Estruturada		
Categorias	Objectivos específicos	Questões
I – Legitimação da entrevista	<p>- Explicar os objectivos do estudo e da entrevista.</p> <p>- Criar um ambiente de empatia entre entrevistado e entrevistadora.</p>	<p>A presente entrevista destina-se à realização do trabalho de estudo de caso afecto ao programa curricular do mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, em curso na Escola Superior de Educação em Coimbra.</p> <p>Com esta espera-se conhecer o campo empírico, apreendendo a importância da Cooperativa Terra Chã, no seu contexto local, bem como as suas potencialidades, dificuldades e estratégias de planeamento e intervenção.</p> <p>Por outro lado, pretende-se perceber a conjuntura da população local e que relação, participação tem com a Cooperativa numa lógica associativa para o Desenvolvimento local sustentável.</p> <p>Os dados cedidos na entrevista são fundamentais para o cumprimento dos objectivos do estudo.</p>
II – Dados biográficos	- Recolher algumas informações sobre os dados pessoais do entrevistado.	<p>2.1- Nome</p> <p>2.2- Idade</p> <p>2.3- Habilitações literárias</p> <p>2.4- Funções que desempenha</p> <p>2.5- Há quanto tempo desempenha essas funções</p>
III Caracterização da comunidade	- Conhecer a comunidade de	<p>3.1- Como caracteriza a população de Chãos e o seu modo de vida?</p> <p>3.2- Verifica-se fixação da população e</p>

	<p>Chãos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar conjunturas proporcionadas pelo meio. - Compreender as relações interpessoais da população local. 	<p>crescimento demográfico na localidade nos últimos anos?</p> <p>3.3- Quais são as oportunidades que este meio oferece?</p> <p>3.4- Como se enunciam as relações entre as pessoas da população?</p> <p>3.5- Existem alguns tipos de grupos informais de pessoas organizadas na localidade, em torno de alguns objectivos?</p>
IV – A Cooperativa Terra Chã	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a Cooperativa Terra Chã. - Averiguar as dimensões do desenvolvimento privilegiados pela prática associativa na Cooperativa. - Abordar a posição estratégica, sua sustentabilidade e adaptabilidade a novas problemáticas. 	<p>4.1- Descreva em poucas palavras a evolução/crescimento da Cooperativa Terra Chã desde a sua origem até agora.</p> <p>4.2- Para si, qual é a importância da Cooperativa Terra Chã nomeadamente neste contexto local? O que mudou desde a sua existência?</p> <p>4.3- Quais são as potencialidades oferecidas pela instituição?</p> <p>4.4- Que dificuldades destaca na consecução da vossa acção?</p> <p>4.5- Como encara o futuro da Cooperativa Terra Chã ?</p>
V – Estratégias de Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> - Apreender informações, modelos, práticas e estratégias de intervenção para o desenvolvimento. - Assimilar a pertinência de 	<p>5.1- As propostas de bens, serviços e actividades oferecidos pela Terra Chã provêm de que fontes?</p> <p>5.2- A população da localidade de Chãos, é</p>

	<p>perecerias e responsabilidades partilhadas.</p> <p>- Averiguar o processo de desenvolvimento participativo, humano e social.</p>	<p>interveniente na escolha, execução ou fruição destes bens, serviços e actividades?</p> <p>5.2.1. Se sim, de que modo?</p> <p>5.2.2- Se não; na sua opinião, porque é que as pessoas não intervêm nas dinâmicas promovidas pela Cooperativa Terra Chã?</p> <p>5.3- Como se estabelece a comunicação entre a Cooperativa Terra Chã e a população? Como se confrontam objectivos e negociam recursos que são sempre escassos e se estabilizam consensos?</p> <p>5.4- Quem são os utilizadores mais frequentes dos bens, serviços e actividades realizados?</p> <p>5.5- A Cooperativa Terra Chã tem parceiros de acção, poderia identificá-los e dizer a importância que o partenariado tem para esta entidade?</p> <p>5.6- Na sua opinião, a vossa acção tem contribuído para alargar práticas de desenvolvimento local numa perspectiva de sustentabilidade, no território?</p> <p>5.7- Como se esboça o património na vossa estratégia?</p> <p>5.8- Gostaria que me desse o seu parecer relativamente à dinamização de bens, serviços e actividades suportados pela Cooperativa Terra Chã até este momento.</p> <p>5.9- Como divulgam as vossas acções?</p> <p>5.10- Gostaria de acrescentar algo que não tenha sido abordado.</p>
--	---	--

Anexo 2

Entrevista Semi-Estruturada



Terra Chã: Estratégias para o desenvolvimento local sustentável

A presente entrevista destina-se à realização do trabalho de estudo de caso afecto ao programa curricular do mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, em curso na Escola Superior de Educação em Coimbra.

Com este espera-se conhecer o campo empírico, apreendendo a importância da Cooperativa Terra Chã, no seu contexto local, bem como as suas potencialidades, dificuldades e estratégias de planeamento e intervenção.

Por outro lado, pretende-se perceber a conjuntura da população local e que relação, participação tem com a Cooperativa numa lógica associativa para o Desenvolvimento local sustentável.

Os dados cedidos na entrevista são fundamentais para o cumprimento dos objectivos do estudo.

II- Biografia

2.1- Nome

2.2- Idade

2.3- Habilitações literárias

2.4- Funções que desempenha

2.5- Há quanto tempo desempenha essas funções

III- Caracterização da comunidade

3.1- Como caracteriza a população de Chãos e o seu modo de vida?

3.2- Verifica-se fixação da população e crescimento demográfico na localidade nos últimos anos?

3.3- Quais são as oportunidades que este meio oferece?

3.4- Como se enunciam as relações entre as pessoas da população?

3.5- Existem alguns tipos de grupos informais de pessoas organizadas na localidade, em torno de alguns objectivos?

IV- A Cooperativa Terra Chã

4.1- Descreva em poucas palavras a evolução/crescimento da Cooperativa Terra Chã desde a sua origem até agora.

4.2- Para si, qual é a importância da Cooperativa Terra Chã nomeadamente neste

contexto local? O que mudou desde a sua existência?

4.3- Quais são as potencialidades oferecidas pela instituição?

4.4- Que dificuldades destaca na consecução da vossa acção?

4.5- Como encara o futuro da Cooperativa Terra Chã?

V- As estratégias de intervenção na Cooperativa Terra Chã

5.1- As propostas de bens, serviços e actividades oferecidos pela Terra Chã provêm de que fontes?

5.2- A população da localidade de Chãos, é interveniente na escolha, execução ou fruição destes bens, serviços e actividades?

5.3- Como se estabelece a comunicação entre a Cooperativa Terra Chã e a população? Como se confrontam objectivos e negociam recursos que são sempre escassos e se estabilizam consensos?

5.4- Quem são os utilizadores mais frequentes dos bens, serviços e actividades realizados?

5.5- A Cooperativa Terra Chã tem parceiros de acção, poderia identificá-los e dizer a importância que o parceriaio tem para esta entidade?

5.6- Na sua opinião, a vossa acção tem contribuído para alargar práticas de desenvolvimento local numa perspectiva de sustentabilidade, no território?

5.7- Como se esboça o património na vossa estratégia?

5.8- Gostaria que me desse o seu parecer relativamente à dinamização de bens suportados pela Cooperativa Terra Chã até este momento.

5.9- Como divulgam as vossas acções?

5.10-Gostaria de acrescentar algo que não tenha sido abordado.

Muito obrigado pela sua colaboração

Anexo 3

Transcrição da Entrevista Semi-Estruturada Realizada ao Presidente da Cooperativa Terra Chã

II- Biografia

2.1- Júlio Ricardo

2.2- 52 anos

2.3- Curso do Magistério Primário em 1979, e Licenciatura em Ciências da Educação variante de Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

2.4- Sou membro da direcção

2.5- Desde 2001

III- Caracterização da Comunidade

3.1- A população de Chãos é uma população que vive em meio rural, mas a maior parte das pessoas da aldeia já não vivem da agricultura que caracterizava esse meio rural. A ruptura com a componente económica que provinha da agricultura aconteceu mais ou menos entre 1985-1990 com a entrada na União Europeia, com o desaparecimento da agricultura de subsistência que havia na aldeia, também com o desaparecimento das pequenas unidades de agropecuária que por não terem escala e dimensão começaram a sofrer dificuldades de comercialização nos próprios factores

de produção e custos de produção e as pessoas naturalmente tiveram de começar a sair da aldeia para procurarem empregos no meio industrial e em alguns serviços e comércio. Primeiro começaram a sair os homens que iam trabalhar para actividades ligadas à construção civil, à serralharia e serviços indiferenciados e entre 1990-1995, começaram as mulheres também à procura de novos rumos, como ainda não passaram muitos anos esta matriz ligada à agricultura revela uma população essencialmente rural.

3.2- Sim, apesar da diminuição do número de nascimentos a população mantém-se equilibrada. Neste momento, o número de crianças por casal anda à volta dos dois, dois vírgula dois, que é maior do que a média nacional, mas é muito mais baixo do que há trinta ou quarenta anos atrás. Portanto, a população de Chãos é estável neste momento.

3.3- Os meios oferecem sempre as oportunidades que as pessoas são capazes de aproveitar e de ver, geralmente as pessoas quando estão em meio rural falam sempre mais em obstáculos e em problemas do que falam em recursos que depois podem potenciar as oportunidades. Neste momento há o facto de Chãos estar numa área protegida que é o Parque Natural de Serra de Aire e Candeeiros, há o facto da paisagem, há também tradições e saberes que são próprios da comunidade e que têm ser visualizados pelas pessoas como oportunidades e não como constrangimentos, se nós estamos sempre a pensar nos constrangimentos, nunca vemos as oportunidades que esses constrangimentos às vezes deixam escapar e escondem.

3.4- São relações de parentesco, pois há algumas famílias nucleares em Chãos, também se verificam relações normais de vizinhança com o seu sentido de solidariedade, quando ela é necessária. Mas também com os seus conflitos, quando estão latentes às vezes tomam proporções de saírem cá para fora e tornarem-se

mesmo como conflitos reais. Portanto é uma relação absolutamente normal como qualquer outra.

A questão da morte é muito sentida na aldeia, quando algum ser ou pessoa falece todas as pessoas acompanham o funeral, mesmo pessoas que estão a trabalhar, apesar de não terem direito ao dia do funeral, portanto se não fôr familiar, as pessoas tentam ainda ir devido a essa relação de proximidade. É uma relação de uma comunidade que durante muito tempo foi fechada sobre si própria, que ainda sabe ter essa relação de proximidade.

3.5- Não, quer dizer, há comissão de melhoramentos na aldeia de Chãos que durante muito tempo nos cedeu um espaço no chamado salão da aldeia para o Rancho e as suas pessoas ensaiarem; uns caçadores que às vezes se deslocam em grupinho para caçarem aqui ou acolá; há alguns costumes que ainda se mantêm como por exemplo o Pão por Deus, em que há grupos que se visitam mutuamente de casa em casa... agora grupos informais que se organizam por causa de actividades, acaba por não haver.

IV- A Cooperativa Terra Chã

4.1- Sim, pronto já tiveste conhecimento pelo site e está lá a nossa história nós começamos por ser uma Associação do Rancho Folclórico de Chãos que trabalhava questões primeiramente ligadas à ocupação de tempos livres dos jovens porque isso era a sua necessidade, portanto queriam ter um espaço de grupo onde se pudessem sentir bem entre os jovens. Começou por aí, veio o Rancho Folclórico também como grupo de danças e cantares onde fizemos diversas acções de formação para percebermos o que poderia ser um Rancho Folclórico, depois as acções de formação levaram a outras acções de formação. Também houve um momento em que alguns dos jovens de Chãos voltaram à escola secundária, pois até aí a escolaridade média de Chãos era o 6º ano, havia uma telescola em Alcobertas, todos faziam pelo menos até ao 6º ano, mas depois já não se seguia para Rio Maior e, nessa altura houve

jovens que se inscreveram na escola porque o trabalho que o Rancho fez junto deles permitiu-lhe portanto fazer ver outras coisas. Eles confrontaram-se a si próprios com outras possibilidades de vida, sem ser aquela que havia na aldeia, só que depois passados quinze anos no Rancho, nós começamos a notar que havia jovens a sair da aldeia porque não havia oportunidades, não havia criação de emprego nem uma actividade de base económica que sustentasse a vida da aldeia porque tinha de haver sempre aquela compensação entre uma componente económica de criação de riqueza para sustentar toda a vida social da aldeia, de relações entre pessoas, troca de trabalhos, pagamento do trabalho que as pessoas faziam. Foi nessa altura que nos percebemos como Associação que tínhamos de ter qualquer coisa que nos permitisse criar riqueza dentro da associação porque para haver desenvolvimento não podíamos ser só a cultura, o património e as tradições, a evolução educativa da aldeia e dos próprios jovens, mas também ter uma componente económica. Como já tínhamos aprendido muitas coisas desde gastronomia com o Rancho, desde visitas de pessoas à Serra dos Candeeiros com aos intercâmbios, pensamos que isso podia ser um caminho. Trabalhar com os pastores em tempos de visitação, levar as pessoas a ver os moinhos e as azenhas da serra, levar as pessoas a fazer turismo na natureza e, para isso criamos a Cooperativa Terra Chã que era como que a componente económica com uma base social muito forte, de todo o trabalho que o Rancho tinha feito até aí, portanto a Cooperativa foi criada pelas próprias pessoas do Rancho.

4.2- O que mudou... olha nós dizemos muita vez que a população de Chãos é uma população madura para a oportunidade de desenvolvimento, por tudo o que tem acontecido na aldeia. Apesar de muitas vezes as pessoas criticarem o que a Cooperativa faz, as pessoas identificam-se com o nosso trabalho, e com aquilo que temos feito e quando vêm grupos de outros países, pensam se vêm grupos de outros países ver a Terra Chã é capaz de ter qualquer valor, vêm jovens também de outros países para a aldeia fazer determinados trabalhos de voluntariado e as pessoas acham estranho porque é que vem um engenheiro civil da Alemanha vem um arranjar percursos pedestre em Chãos, portanto isso acaba por provocar alguma aceitação da mudança e de alguma inovação e perante isso quando nós apresentamos alguma

proposta à população ou grupo de pessoas a que possa estar direccionado, as pessoas podem estranhar um bocadinho mas já não estranham um bocadão como se costuma dizer. Acabam por aceitar essas propostas e pronto o trabalho que temos estado a fazer tem criado alguma aceitação de inovação e das pessoas perceberem que a serra está lá, que tem potencialidades mas temos que as rentabilizar

4.3- Essencialmente a criação de emprego de base local, criação de riqueza, levar pessoas a Chãos e, permitir portanto que em muitas áreas, as pessoas consigam vender...as pessoas que não estão ligadas à Cooperativa como trabalhadores, consigam vender parte da sua produção agrícola. Em termos de leguminosas por exemplo batatas, chícharo e outras coisas, tendo efectivamente a possibilidade de escoamento dos seus produtos.

Nós na Cooperativa temos feito sempre uma questão que se baseia no seguinte: se podemos comprar um produto em Chãos não vamos comprar a Rio Maior ou noutro meio mais distante, assim estamos em certa medida a favorecer a economia local comprando para nós aquilo que a própria aldeia produz. Ao princípio era um bocadinho difícil, porque as pessoas não aceitavam a factura como documento de despesa, neste momento as pessoas já percebem que tem de ser mesmo assim e desta forma estamos a contribuir para o desenvolvimento da própria aldeia.

Sempre que chega alguém à Cooperativa e tem alguma ideia para desenvolver nós acolhemos essa pessoa para andar para a frente e criar algo de útil com a sua ideia.

4.4- A principal dificuldade é conciliar tudo aquilo que é necessário fazer com o nosso voluntariado. Continuamos a ser voluntários em termos de direcção, só que uma entidade que movimentou no ano passado cerca de seiscentos mil euros, se torna complicado apenas assente numa componente de voluntariado.

Estranhamente não há dificuldade na Cooperativa, nem nas pessoas associadas, em lidar com o facto umas pessoas trabalharem de modo voluntário e outras sendo remuneradas. Simplesmente, é uma questão que nunca foi levantada até porque desde o princípio que na Associação do Rancho havia pessoas que eram remuneradas, nomeadamente o acordeonista e outras pessoas que se deslocavam de mais longe para fazer o seu trabalho; e as pessoas que dançavam, dançavam por prazer, sabendo que dependiam do acordeonista que era pago para poderem dançar. Neste momento entre os cinco, seis trabalhadores que a Cooperativa tem, eles sabem que o nosso trabalho é voluntário e respeitam-no e nós tentamos que o nosso trabalho como voluntários consiga suportar o trabalho das pessoas vivem daquele ordenado.

4.5- Neste momento o futuro passa por apostar no aparecimento de novas pessoas que continuem o projecto. Já temos jovens na aldeia com capacidade para dinamizar o projecto, não podemos estar à espera que sejam as pessoas que vêm de fora que consigam perceber o que é que é o projecto para a aldeia e, acho que neste momento há condições para que novos jovens que têm feito algum percurso de vida na própria Associação, no Rancho e na Cooperativa possam eles próprios tomar sobre si a dinamização do projecto de trabalho que temos.

V- As Estratégias de Intervenção na Cooperativa Terra Chã

5.1- A delimitação de projectos surge da metodologia de trabalho que nós temos, não vamos fazer um projecto só porque há financiamento, vamos fazer um projecto dentro de um financiamento se aquilo corresponder a uma necessidade que temos aqui na Terra Chã. Se bem que, os projectos são todos muito formatados nos seus objectivos e nas áreas de intervenção que têm, mas nós tentamos sempre puxar o projecto para aquilo que é a nossa necessidade e não ao contrário como muitas das vezes acontece. E dentro disso, os serviços que nós oferecemos vêm por exemplo das nossas cozinheiras aprenderam a cozinhar porque elas faziam os almoços e os jantares quando haviam intercâmbios dos jovens no Rancho Folclórico de Chãos,

fizeram também a experiencia desde a primeira edição das tasquinhas de Rio Maior, na qual o Rancho participou...estarmos ali a cozinhar durante dez ou doze dias, deunos competência para pensar “e se em vez de serem dez dias, se for ao longo de todo o ano. Pode-se pensar que é difícil, mas vamos tentar”. Portanto, neste sentido dos serviços que nós fornecemos às pessoas que vão à Terra Chã, valorizam aquilo que é a cultura do local, aquilo que é o nosso património, aquilo que é a serra como espaço de ambiente e de natureza, e os recursos portanto nos serviços e nos produtos que nós vendemos aos nossos clientes. Os projectos que nós fazemos para a Cooperativa Terra Chã de investimentos comunitários têm sempre esta questão, fazemos porque é útil e se integra no nosso projecto.

5.2 – Sim, neste momento a população de Chãos no último projecto que é o projecto das cabras em que aderiram à recepção de caprinicultura na Terra Chã cerca de sete ou oito pessoas da aldeia têm cabras que de algum modo a sua subsistência é assegurada pelos rebanhos de cabras

Neste momento, tentamos também ter aprovado um projecto para fazermos a apicultura, havia pessoas na aldeia de Chãos tinham abelhas, tinham as suas colmeias e começamos a trabalhar com essas pessoas portanto para aprenderem melhor a trabalhar com as abelhas fizemos acções de formação começamos a discutir os problemas de comercialização do mel, na qualidade da produção do mel e começamos a dizer às pessoas e a motivá-las de maneira já direccionada como estratégia de desenvolvimento dessas pessoas para fazermos uma central meleira que permite já fazer o tratamento, processamento e a comercialização desse mel e é nesse sentido que as pessoas participam, se envolvem e depois gostaríamos que também elas liderassem os próprios processos.

5.3- Neste momento não é tanto com a população da aldeia, mas mais com os cooperantes da Cooperativa Terra Chã, neste momento tem cooperantes de Torres Novas, de Caldas da Rainha, Santarém por causa da dimensão do projecto de

apicultura. Se bem que nós às vezes notamos uma coisa que é: enquanto que antes no Rancho Folclórico de Chãos nós tínhamos a capacidade de motivar a participação e o envolvimento das pessoas, com os grupos de trabalho que criávamos, neste momento, já implica muito trabalho de gestão e muitas horas perdidas para a sua administração. Nós às vezes já não conseguimos fazer a ponte com a aldeia e notamos que há algum distanciamento, é claro que se temos trinta e dois associados e destes quinze a dezassete pessoas são da aldeia de Chãos, já a comunidade está envolvida. Agora numa comunidade como Chãos há sempre as pessoas que aderem ao processo e que se envolvem e há aqueles que em certa medida são os críticos, só pelo prazer de criticar mas isso é devido à nossa condição de vida.

5.4- Temos público que vem das cidades pelo factor ambiental que a Cooperativa envolve, pela gastronomia, os trabalhos e também por associarem aquele projecto a uma situação alternativa em termos de economia social. Depois temos as pessoas da região que quando há por exemplo baptizados, aniversários procuram o espaço da Terra Chã para lhes fornecermos os serviços portanto 60 a 65% dos nossos utentes são exteriores 35, 40% são pessoas de Chãos e das aldeias vizinhas.

5.5- A Cooperativa Terra Chã tem parceiros de acção, associativos e institucionais significativos como o Parque Natural Serra de Aire e Candeeiros, a Câmara Municipal. Por vezes é mais fácil o relacionamento com o Parque Natural, portanto com uma entidade técnica do que com uma entidade eleita porque há choques e há questões de poder. Temos apoio do Ministério da Agricultura por termos em Chãos um projecto de desenvolvimento rural devidamente sustentado, depois com outras associações onde nós criámos algum trabalho há três ou quatro anos, de envolver as pessoas da Serra dos Candeeiros num trabalho em rede. Temos ainda parcerias com associações congéneres que ou estão certificadas para a formação ou têm outras competências com quem interagimos ou trabalhamos. Somos sócios e membros de direcção da ANIMAR o que nos dá também um conhecimento do que se passa em Portugal e com quem se estabelecem parcerias quanto à dinamização de projectos.

Para além disto, neste momento também trabalharmos com empresas de turismo de natureza com quem estabelecemos protocolos, eles vêm com os seus clientes dinamizar actividades no espaço que temos. A importância do parceria é dar apoio, desenvolver actividades e canalizar para Chãos clientes para os nossos serviços.

5.6- É esse o nosso grande objectivo, é que tudo aquilo que fazemos contribua para a sustentabilidade do território, sustentabilidade presente. Que aquele território nos seja favorável para vivermos, mas também evitarmos fazer disparates que ponham em causa a sustentabilidade das gerações futuras. Dizemos por brincadeira que o sitio onde vivemos foi-nos emprestado pelos nossos filhos, então quando tivermos que ceder, vamos ver se lho damos com algumas condições e que não esteja muito estragado, porque alguma coisa temos de estragar... Neste momento portanto, estamos um bocadinho reticentes em relação aos parques eólicos, porque ao utilizarem o nosso espaço da Serra de Aire e Candeeiros como fabrica de produção de energia renovável, acabam por não deixar na aldeia os recursos que deveriam deixar para a própria aldeia. Se a serra é das aldeias que a circundam, nós achamos que parte daqueles recursos económicos daquele parque (eólico) que produz deveriam ficar para a aldeia e seu desenvolvimento, isso não acontece.

5.7- O Património é um recurso e uma marca do passado e como tal é um conceito urbano... uma eira pode ser muito bonita para uma pessoa da cidade porque a associa as debulhas, associa a essências comunitárias, associa a festa da própria descamisada, para uma pessoa da aldeia aquilo tem uma forma porque tinha uma função. Se hoje em dia as eiras já não são úteis, elas ou criam erva ou são destruídas para dar lugar a uma garagem, para a viatura; se falarmos da cova do bagaço que em tempos guardava o bagaço da azeitona para os animais, hoje já não há azeitonas, já não há animais para comerem o bagaço. Para que lá está a cova do bagaço? Ou para que está lá o forno quando compram o pão da padaria? Portanto há esta dificuldade em conciliar aquilo que é património de uma aldeia de base rural, aquilo que existia em

função de uma actividade agrícola que sustentava a aldeia e, uma visão de património que é urbana, na qual as pessoas têm de saber para quê e conservar para quem... “tem de se deixar a eira porque é uma marca do passado mas deixa se a eira para quê, então vamos lá a fazer uma debulha”. Fazemos nas nossas eiras que compramos em Chãos reconstituição de práticas de debulha de cereais e de chícharo e fazemos festas, onde as pessoas que vêm de fora, participam nessa espécie de actividades. Portanto, tentamos conciliar o património e a nossa marca com novas actividades usando esse património. É claro que já não é no conceito de estamos aqui a debulhar feijão para depois levarmos para casa para nós comermos todo o ano, esse feijão é capaz de ficar muito caro, enquanto as pessoas vão ao supermercado e compram feijão muito barato, pode não ser o mesmo feijão mas compram ainda que não seja com a mesma qualidade de feijão, que não é.

5.8- A Cooperativa Terra Chã não tem património urbano, o edifício que é o Centro Cultural de Chãos foi construído pela Associação do Rancho Folclórico de Chãos e a Terra Chã, o que tem é um contrato de comodato em que o dinamiza explora, mantém e também disponibiliza, para que o rancho possa fazer as suas próprias actividades. Depois temos um protocolo com o Parque Natural das instalações que há em Chãos com a incumbência de nós as recuperarmos porque estava tudo estragado e, de as mantermos também com a situação de comodato, portanto nós não precisamos das coisas para ter a posse delas para as gozar e é suficiente.

5.9 - Há duas fases: por um lado funciona muito na Terra Chã a divulgação boca a boca. Fazemos uma actividade, levantamos a nossa lista de contactos, estes outros contactos têm. Às vezes aparecem pessoas de sítios incríveis, que vêm à Terra Chã fazer actividades ou porque viram na televisão, ou porque vinha no jornal ou uma amiga disse ou uma amiga falou. Portanto, vai muito pelo contacto indirecto e por quem já veio, que divulga a quem deseja vir ou não conhece e, por outro lado, alguma divulgação quer seja através do site, quer seja através doutros meios por onde vamos divulgando sempre as nossas actividades.

5.10- Abordamos o essencial mesmo em termos de metodologia de trabalho portanto sempre foi a partir da clarificação dos problemas, pois as pessoas movem-se pela resolução dos problemas tentam desmaranhar-se com os problemas que têm e nós sempre fizemos isso. Temos aquele problema, vamos discuti-lo para perceber se é um problema, pois eles acontecem quando têm causas mas às vezes há problemas que são consequências, então não vale a pena andarmos a combater as consequências, vamos mas é às causas desse problema.

Fazemos esse trabalho com as pessoas, vamos mas é clarificar problemas, nós dizemos que os problemas constroem, identificam-se e depois preparamos a estratégia devida que podem resolver aquele problema ou não. E isso sempre foi feito em grande grupo com as pessoas a discutir e a participarem e quando conseguimos ter as pessoas que percebam e visualizem o problema que têm as pessoas empenham-se na sua resolução.

A questão é depois de nós criarmos as condições, os serviços, ou as ferramentas para que o problema se possa resolver, seja ele um problema em responder aos incêndios florestais seja ele um problema de criação de mais emprego, seja o problema de tentar a comercialização do mel...Nós quando dizemos assim: “as pessoas não vendem o mel”...Não se vende o mel, porquê? Chega aqui, portanto um comprador que quer três mil quilos de mel todo igual e ninguém tem aqui três mil quilos de mel...Então a estratégia, a solução pode ser vamos fazer o processamento conjunto do mel e conseguiremos criar os modos necessários para vender o mel a quem quer os três mil quilos, todo igual.

Há um problema, tentar clarificá-lo percebê-lo melhor, perceber as suas raízes e como é que ele pode ser resolvido e depois construir soluções para isso. Também tem muita importância a avaliação, em qualquer actividade que fazemos ela é avaliada com os participantes que estão envolvidos e também com os utentes até num percurso pedestre pedimos a sua perspectiva em termos de custo, do trabalho, da informação o valor sensível que a pessoa teve com aquela actividade e depois tentamos melhorar com aquilo que nós fazemos.

**Matriz de Redução de Dados da
Entrevista Semi-Estruturada**

Anexo 4

Objectivos	Categoria	Sub-categoria	Unidade de registo
Recolher informações sobre dados pessoais do entrevistado	Identificação do inquirido	Nome	Júlio Ricardo
		Idade	52 anos
		Habilitações literárias	Curso do Magistério Primário em 1979, e Licenciatura em Ciências da Educação variante de Educação de Adultos e Desenvolvimento Local
		Função que desempenha	Membro da direcção
		Tempo de exercício da função desempenhada	Desde 2001
Conhecer a comunidade de Chãos; Analisar conjunturas proporcionadas pelo meio; Compreender as relações interpessoais da população local.	A comunidade de Chãos	Caracterização	...é uma população que vive em meio rural, mas a maior parte das pessoas da aldeia já não vivem da agricultura que caracterizava esse meio rural.
		Actividade económica	...as pessoas naturalmente tiveram de começar a sair da aldeia para procurarem empregos no meio industrial e em alguns serviços e comércio, primeiro começaram a sair os homens que iam trabalhar para actividades ligadas portanto à construção civil, à serralharia e serviços indiferenciados e depois mais ou menos em 1994, quer dizer 90-95, começaram as mulheres também à procura de novos rumos...
		Densidade populacional	... o número de crianças por casal anda à volta dos dois, dois vírgula dois, que é maior do que a média nacional... portanto a população de Chãos é estável
		Relações de proximidade	São relações de parentesco, pois há algumas famílias nucleares em Chãos, também se verificam relações normais de vizinhança com o seu sentido de solidariedade, quando ela é necessária. Mas também com os seus conflitos... É uma relação de uma comunidade que durante muito tempo foi fechada sobre si própria, que ainda sabe ter essa relação de proximidade
	Grupos informais	...há comissão de melhoramentos na aldeia de Chãos... uns caçadores... o Pão por Deus, em que há grupos que se visitam mutuamente de casa em casa, agora grupos informais que se organizam por causa de actividades, acaba por não haver.	
		Potencialidades do meio	... há o facto de Chãos estar numa área protegida que é o Parque Natural de Serra de Aire e Candeeiros... paisagem, há também tradições e saberes que são próprios da comunidade... ... trabalhar com os pastores em tempos de visitação, levar as pessoas a ver os moinhos e as azenhas da serra, levar as pessoas a fazer turismo na natureza e para isso criamos a Cooperativa Terra Chã que era como que a componente económica com uma base social muito forte de todo o trabalho que o Rancho tinha feito até aí assim...

			<p>...a serra está lá, que tem potencialidades mas temos que as rentabilizar.</p> <p>...a cultura do local, aquilo que é o nosso património, aquilo que é a serra como espaço de ambiente e de natureza, e os recursos portanto nos serviços e nos produtos que nós vendemos aos nossos clientes e projectos que nós fazemos para a Cooperativa Terra...</p> <p>...temos jovens na aldeia com capacidade para dinamizar o projecto...</p>
<p>Caracterizar a Cooperativa Terra Chã;</p> <p>Averiguar as dimensões do desenvolvimento privilegiado pela prática associativa na cooperativa;</p> <p>Abordar a posição estratégica, sua sustentabilidade e adaptabilidade a novas intencionalidades</p> <p>Apreender informações, modelos práticas e estratégias de intervenção para o desenvolvimento.</p>	A Cooperativa Terra Chã	Necessidades	<p>...primeiramente da ocupação de tempos livres dos jovens ... queriam ter um espaço de grupo onde se pudessem sentir bem entre os jovens...</p> <p>...começamos a notar que havia jovens a sair da aldeia porque não havia oportunidades, não havia criação de emprego nem uma actividade de base económica que sustentasse a vida da aldeia porque tinha de haver sempre aquela compensação entre uma componente económica de criação de riqueza para sustentar toda a vida social da aldeia, de relações entre pessoas, troca de trabalhos, pagamento do trabalho que as pessoas faziam...</p> <p>...criação de emprego de base local criação de riqueza, levar pessoas a Chãos...</p>
		Missão	<p>...percebemos como Associação que tínhamos de ter qualquer coisa que nos permitisse criar riqueza dentro da Associação porque para haver desenvolvimento não podíamos ser só a cultura o património e as tradições e a evolução educativa da aldeia e dos próprios jovens mas também ter uma componente económica...</p> <p>Essencialmente a criação de emprego de base local criação de riqueza levar pessoas a Chãos e permitir que em muitas áreas as pessoas consigam vender... portanto tendo efectivamente a possibilidade de escoamento dos seus produtos.</p>
		Progressos	<p>...a população de Chãos é uma população madura para a oportunidade de desenvolvimento, por tudo o que tem acontecido na aldeia...</p>
		Dificuldades	<p>...conciliar tudo aquilo que é necessário fazer com o nosso voluntariado... eles sabem que o nosso trabalho é voluntário e respeitam-no e nós tentamos que o nosso trabalho como voluntários consiga suportar o trabalho das pessoas vivem daquele ordenado.</p>
		Perspectivas futuras	<p>...passa por apostar no aparecimento de novas pessoas que continuem o projecto...</p>
		Suporte Financeiro	<p>...não vamos fazer um projecto só porque há financiamento, vamos fazer um projecto dentro de um financiamento se aquilo corresponder a uma</p>

			<p>necessidade que temos aqui na Terra Chã...</p> <p>... nos serviços e nos produtos que nós vendemos aos nossos clientes e projectos que nós fazemos para a Cooperativa Terra Chã, de investimentos comunitários têm sempre esta questão, fazemos porque é útil e se integra no nosso projecto.</p>
		<p>Novas funcionalidades práticas/ Inovações e Património</p>	<p>...uma eira pode ser muito bonita para uma pessoa da cidade porque associa as debulhas, associa a essências comunitárias, associa a festa da própria descamisada, para uma pessoa da aldeia portanto aquilo tem uma forma porque tinha uma função. Se hoje em dia as eiras já não são úteis elas ou criam erva ou são destruídas...</p> <p>Portanto há esta dificuldade em conciliar aquilo que é património de uma aldeia de base rural e aquilo que existia em função de uma actividade agrícola que sustentava a aldeia e uma visão de património que é urbana, na qual as pessoas têm de saber para quê conservar e para quem...</p> <p>Portanto tentamos conciliar o património e a nossa marca com novas actividades usando esse património é claro que já não é no conceito de estamos aqui a debulhar feijão para depois levarmos para casa...</p> <p>...valorizam aquilo que é a cultura do local, aquilo que é o nosso património, aquilo que é a serra como espaço de ambiente e de natureza...</p>
		<p>Desenvolvimento local</p>	<p>...tinha de haver sempre aquela compensação entre uma componente económica de criação de riqueza para sustentar toda a vida social da aldeia, de relações entre pessoas, troca de trabalhos, pagamento do trabalho</p> <p>Porque para haver desenvolvimento não podíamos ser só a cultura, o património e as tradições e, a evolução educativa da aldeia e dos próprios jovens mas também haver uma componente económica.</p> <p>Os meios oferecem sempre as oportunidades que as pessoas são capazes de aproveitar e de ver... têm ser visualizados pelas pessoas como oportunidades e não como constrangimentos,</p> <p>... já temos jovens na aldeia com capacidade para dinamizar o projecto não podemos estar à espera que sejam as pessoas que vêm de fora que consigam perceber o que é que é o projecto para a aldeia...</p> <p>... nós tentamos sempre puxar o projecto para aquilo que é a nossa necessidade...</p> <p>... começamos a dizer às pessoas e a motivá-las de maneira já direccionada como estratégia de desenvolvimento dessas pessoas...</p> <p>...sempre que chega alguém à Cooperativa e tem alguma ideia para desenvolver nós acolhemos essa pessoa para andar para a frente e criar algo de útil</p>

			<p>com a sua ideia...</p> <p>...estamos a favorecer a economia local comprando para nós aquilo que a própria aldeia produz.</p> <p>A Cooperativa Terra Chã tem parceiros de acção, tem parceiros institucionais...</p> <p>...Fazemos esse trabalho com as pessoas... empenham-se na sua resolução a questão é depois de nós criarmos as condições, os serviços, ou as ferramentas para que o problema se possa resolver...</p> <p>... começamos a trabalhar com essas pessoas portanto para aprenderem melhor a trabalhar com as abelhas fizemos acções de formação</p>
		Sustentabilidade	<p>...Criação de riqueza para sustentar a vida social de toda a aldeia, de realações entre pessoas, troca de trabalhos, pagamento de trabalho...</p> <p>...estamos a favorecer a economia local comprando para nós o que a própria aldeia produz ...</p> <p>...[pareceria] com o Ministério da Agricultura por ter em Chãos um projecto de desenvolvimento rural devidamente sustentado...</p> <p>É esse o nosso grande objectivo, é que tudo aquilo que fazemos contribua para a sustentabilidade do território, sustentabilidade presente, que aquele território nos seja favorável para vivermos, mas também evitarmos fazer disparates que ponham em causa a sustentabilidade das gerações futuras</p>
		Participação colectiva	<p>...apesar de muitas vezes as pessoas criticarem o que a cooperativa faz, as pessoas identificam-se com o nosso trabalho, e com aquilo que temos feito... quando nós apresentamos alguma proposta à população ou grupo de pessoas a que possa estar direccionado, as pessoas podem estranhar um bocadinho mas já não estranham um bocadão...acabam por aceitar essas propostas e pronto o trabalho que temos estado a fazer tem criado alguma aceitação de inovação...</p> <p>...[algumas pessoas] que não estão ligadas à Cooperativa como trabalhadores, consigam vender parte da sua produção agrícola...</p> <p>...aderiram à recepção de caprinicultura na Terra Chã cerca de sete ou oito pessoas da aldeia têm cabras que de algum modo a sua subsistência é assegurada pelos rebanhos de cabras ... havia pessoas na aldeia de Chãos tinham abelhas, tinham as suas colmeias e começamos a trabalhar com essas pessoas... já direccionada como estratégia de desenvolvimento dessas pessoas para fazermos uma central meleira...</p> <p>Neste momento não é tanto com a população da aldeia, mas mais com os cooperantes da Cooperativa Terra Chã...</p>

			nós às vezes já não conseguimos fazer a ponte com a aldeia e notamos que há algum distanciamento é claro que se temos trinta e dois associados e destes quinze a dezassete pessoas são da aldeia de Chãos, já a comunidade está envolvida, agora numa comunidade como Chãos há sempre as pessoas que aderem ao processo e que se envolvem e há aqueles que em certa medida são os críticos, só pelo prazer de criticar...
		Pareceria	A Cooperativa Terra Chã tem parceiros de acção associativos e institucionais significativos como a Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, a Camara Municipal [de Rio Maior]... o Ministério da Agricultura...Animar...associações congéneres que estão certificadas para a formação ou têm outras competências com que interagimos...neste momento trabalhamos com empresas de turismo de natureza com quem estabelecemos protocolos, eles vêm com os seus clientes dinamizar actividades no espaço que temos. A importância do parceria é dar apoio, desenvolver actividades e canalizar para Chãos clientes para os nossos serviços
		Empowerment	...as pessoas participam, se envolvem e depois gostaríamos que também elas liderassem os próprios processos.
		Metodologias	<p>Temos aquele problema, vamos discuti-lo para perceber se é um problema pois eles acontecem quando têm causas mas às vezes há problemas questão consequências então não vale a pena andarmos a combater as consequências, vamos mas é às causas desse problema.</p> <p>...é clarificar problemas, nós dizemos que os problemas constroem, identificam-se e depois preparamos a estratégia devida que podem resolver aquele problema ou não. E isso sempre foi feito em grande grupo com as pessoas a discutir e a participarem e quando conseguimos ter as pessoas que percebam e visualizem o problema que têm as pessoas empenham-se na sua resolução a questão é depois de nós criarmos as condições, os serviços, ou as ferramentas para que o problema se possa resolver...</p> <p>Há um problema, tentar clarificá-lo percebê-lo melhor, perceber as suas raízes e como é que ele pode ser resolvido e depois construir soluções para isso. Também tem muita importância a avaliação, em qualquer actividade que fazemos ela é avaliada com os participantes que estão envolvidos e também com os utentes... depois tentamos melhorar com aquilo que nós fazemos.</p>

Anexo 5

Guião de Inquérito por Questionário		
Categorias	Objectivos específicos	Questões
I – Legitimação da entrevista	<p>- Explicar os objectivos do estudo e do questionário.</p> <p>- Criar um ambiente de empatia entre inquirido e inquiridor.</p>	<p>O presente questionário distribuído na população de Chãos, destina-se à realização de um estudo na área de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, em curso na Escola Superior de Educação em Coimbra.</p> <p>Pretende-se conhecer a importância dos serviços e actividades organizadas a partir da Cooperativa Terra Chã, no Centro Cultural de Chãos, para as pessoas da aldeia e, como os utilizam.</p> <p>Por outro lado, espera-se levantar algumas sugestões do que gostariam de ver realizado no Centro Cultural de Chãos para conhecer melhor as expectativas e anseios das pessoas da aldeia.</p> <p>Os questionários são anónimos e a sua colaboração é fundamental para realizar o estudo</p> <p>Leia atentamente as perguntas, assinale a sua resposta no quadrado correspondente. Por favor responda a todas as perguntas.</p>
II- Utilização do Centro Cultural de Chãos	<p>- Conhecer a frequência e práticas da população no centro cultural de Chãos;</p> <p>- Verificar o envolvimento, participação e colaboração com a</p>	<p>1-Frequências e práticas</p> <p>1.1- Já foi ao Centro Cultural de Chãos? (sim/não)</p> <p>Se respondeu não; passe à pergunta 2.2</p> <p>1.1.1- Se respondeu sim; com que frequência: Todos os dias/algumas vezes por semana/algumas vezes por mês/uma vez por mês/algumas vezes por ano/uma vez por ano/menos de uma vez por ano</p>

	<p>Cooperativa Terra Chã.</p>	<p>1.2. Recorre/eu ao Centro Cultural de Chãos: sozinho/acompanhado/sozinho e acompanhado</p> <p>1.2.2- Se respondeu, acompanhado: com quem? (pode escolher mais do que uma opção) Família/vizinhos/visitas e amigos</p> <p>1.3-Que serviços/actividades utiliza? (pode escolher mais do que uma opção)</p> <p>1.4-Na sua opinião: Que actividades são mais importantes para a aldeia? (pode escolher mais do que uma opção)</p> <p>2- Participação e envolvimento</p> <p>2.1-Colabora com a Cooperativa Terra Chã na organização e desenvolvimento de serviços e actividades que decorrem no Centro Cultural de Chãos? Sim/não</p> <p>2.2-Tem conhecimento dos serviços e actividades dos Centro Cultural de Chãos através de: (pode escolher mais do que uma opção) Reunião/cartaz/panfleto/ carta/ rádio/televisão/jornal/amigos e conhecidos/pergunta no Centro Cultural de Chãos</p> <p>2.3-Costuma saber dos serviços/actividades: antes de acontecerem/enquanto estão a decorrer/ depois de terminarem</p>
<p>III- Bens, Serviços e Actividades na Cooperativa Terra Chã</p>	<p>- Saber o grau de satisfação em relação às infra-estruturas e bens materiais à disposição no centro</p>	<p>3- Expectativas e Sugestões</p> <p>3.1- Considera as condições do Centro Cultural de Chãos: muito boas/ boas/ Nem boas nem más/ más/ muito más</p>

	<p>Cultural de Chãos;</p> <p>- Conhecer interesses, expectativas e sugestões de cada inquirido para o Centro Cultural de Chãos;</p> <p>- Apreender a importância da gestão da Cooperativa Terra Chã para a população.</p>	<p>3.2- O que gostaria de ver realizado no Centro Cultural de Chãos?</p> <p>3.3-Já eu sugestões a alguém no centro Cultural de Chãos? sim/não</p> <p>4- Vida colectiva</p> <p>4.1- A Cooperativa Terra Chã é importante para a aldeia de Chãos: discordo totalmente/ discordo/ nem concordo, nem discordo/ concordo/ concordo totalmente</p> <p>4.2- Porquê?</p> <p>4.3-Se a Cooperativa Terra Chã deixar de existir, em Chãos fará diferença à população: discordo totalmente/ discordo/ nem concordo, nem discordo/ concordo/ concordo totalmente</p> <p>4.4- Como considera o funcionamento/gestão da Cooperativa Terra Chã: muito mau/ mau/ nem bom, nem mau/ bom/ muito bom</p>
<p>III – Dados de caracterização</p>	<p>- Recolher algumas informações sobre o inquirido para descrever a população.</p>	<p>5-Sexo: feminino/masculino</p> <p>6- Idade</p> <p>7- Residência Vivo em Chãos desde que: nasci/ os meus pais vieram para a aldeia/ casei/ tive filhos/ mudei de trabalho/ até casar</p> <p>8- Escolaridade</p> <p>8.1- Assinale as habilitações escolares que detém: sem grau de instrução/ sabe ler e escrever sem grau de instrução/ 3ª classe/ 1º ciclo do ensino básico (4º classe) / 2º ciclo do ensino básico (6º ano) / 3º ciclo do ensino básico (9º ano) /</p>

		<p>ensino secundário (12º ano)/ bacharelato ou licenciatura</p> <p>9- Situação profissional</p> <p>9.1- Determine a situação em que se encontra neste momento? Estudante/trabalhador estudante/ Trabalhador por conta própria/ por conta de outrem/ domestico/ a /desempregado/a / reformado/a</p> <p>9.2- Que actividade profissional exerce (ou exercia, caso esteja desempregado)?</p> <p>9.3- Indique o lugar onde exerce/ia a sua actividade profissional Em Chãos/ na Freguesia/ no Concelho/ fora do Concelho</p> <p>Obrigado pela sua colaboração, este estudo!</p>
--	--	--

Questionário à População de Chãos



Terra Chã: estratégias para o desenvolvimento local sustentável

O presente questionário distribuído na população de Chãos, destina-se à realização de um estudo na área de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, a decorrer na Escola Superior de Educação em Coimbra.

Pretende-se conhecer a **importância** dos serviços e actividades organizados a partir da Cooperativa Terra Chã, no Centro Cultural de Chãos, **para as pessoas da aldeia e, como os utilizam.**

Por outro lado, **espera-se levantar algumas sugestões** do que gostariam de ver realizado no Centro Cultural de Chãos para conhecer melhor as expectativas e anseios das pessoas da aldeia.

Os questionários são anónimos e a sua colaboração é fundamental para realizar o estudo.

Leia atentamente as perguntas assinale a sua resposta no quadrado correspondente.

Por favor responda a todas as perguntas.

I- Utilização da Cooperativa Terra Chã

1- Frequência e Práticas

1.1- Já foi ao Centro Cultural de Chãos

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Se respondeu não; passe à pergunta 2.2

1.1.1- Se respondeu sim; com que frequência:

Todos os dias	<input type="checkbox"/>
Algumas vezes por semana	<input type="checkbox"/>
Uma vez por semana	<input type="checkbox"/>
Algumas vezes por mês	<input type="checkbox"/>
Uma vez por mês	<input type="checkbox"/>
Algumas vezes por ano	<input type="checkbox"/>
Uma vez por ano	<input type="checkbox"/>
Menos de uma vez por ano	<input type="checkbox"/>

1.2- Recorre/eu ao Centro Cultural de Chãos:

(pode escolher mais dos que uma opção)

Sozinho	<input type="checkbox"/>
Acompanhado	<input type="checkbox"/>

1.2.1- Se respondeu; acompanhado: com quem?

(pode escolher mais dos que uma opção)

Família	<input type="checkbox"/>
Vizinhos	<input type="checkbox"/>
Visitantes e amigos	<input type="checkbox"/>

1.3- Que serviços/actividades utiliza?

(pode escolher mais dos que uma opção)

1.4- Na sua opinião: que actividades são mais importantes para a aldeia?

- Restauração (café, bar, restaurante)
- Formação profissional
- Compra de produtos locais
- Venda de produtos locais
- Rebanho colectivo
- Central meleira
- Recriação de actividades ligadas ao ciclo produtivo
- Actividades ligadas à natureza (Rappel, escalada, espeleologia, circuitos pedestres,,)
- Reuniões, encontros temáticos, debates e tertúlias
- Outra/s

1.3 1.4

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Qual/ais? _____

2- Participação e envolvimento

2.1- Colabora com a Cooperativa Terra Chã na organização e desenvolvimento de serviços e actividades que decorrem no Centro Cultural de Chãos?

Sim

Não

2.2- Tem conhecimento dos serviços e actividades do Centro Cultural de Chãos através de:

(pode escolher mais dos que uma opção)

Reunião	<input type="checkbox"/>
Cartaz/Panfleto	<input type="checkbox"/>
Carta	<input type="checkbox"/>
Rádio	<input type="checkbox"/>
Televisão	<input type="checkbox"/>
Jornal	<input type="checkbox"/>
Amigos/conhecidos	<input type="checkbox"/>
Pergunto no Centro Cultural de Chãos	<input type="checkbox"/>

2.3- Costuma saber dos serviços/ actividades:

Antes de acontecerem	<input type="checkbox"/>
Enquanto estão a decorrer	<input type="checkbox"/>
Depois de terminarem	<input type="checkbox"/>

II- Bens, serviços e actividades da Cooperativa Terra Chã

3- Expectativas e sugestões

3.1- Considera as condições do Centro Cultural de Chãos?

Muito boas	<input type="checkbox"/>
Boas	<input type="checkbox"/>
Nem boas, nem más	<input type="checkbox"/>
Más	<input type="checkbox"/>
Muito más	<input type="checkbox"/>

3.2- O que gostaria que a Cooperativa Terra Chã viesse a realizar no Centro Cultural de Chãos?

3.3- Já deu sugestões a alguém no Centro Cultural de Chãos?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

5. Acção colectiva

5.1- A Cooperativa Terra Chã é importante para a aldeia de Chãos:

Discordo totalmente	<input type="checkbox"/>
Discordo	<input type="checkbox"/>
Nem concordo, nem discordo	<input type="checkbox"/>
Concordo	<input type="checkbox"/>
Concordo totalmente	<input type="checkbox"/>

5.2- Porquê?

5.3- Se a Cooperativa Terra Chã deixar de existir, em Chãos, fará diferença à população:

Discordo totalmente	<input type="checkbox"/>
Discordo	<input type="checkbox"/>
Nem concordo, nem discordo	<input type="checkbox"/>
Concordo	<input type="checkbox"/>
Concordo totalmente	<input type="checkbox"/>

5.4- Como considera o funcionamento/gestão da Cooperativa Terra Chã:

Muito mau	<input type="checkbox"/>
Mau	<input type="checkbox"/>
Nem bom, nem mau	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Muito bom	<input type="checkbox"/>

III-Dados de caracterização

6. Sexo:

Feminino

Masculino

7. Idade:

Anos

8. Residência:

8.1- Vivo em Chãos:

Desde que nasci

Desde a vinda dos meus pais para este lugar

Desde que casei

Desde que tive filhos

Desde que mudei de trabalho

Até casar

9. Escolaridade

9.1- Assinale as habilitações escolares que detém:

Sem grau de ensino

Sei ler e escrever sem grau de ensino

3ª classe

1º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Primário (4ª Classe)

2º Ciclo do Ensino Básico/Ciclo Preparatório (6º ano)

3º Ciclo do Ensino Básico/Curso de caracter Geral (9º ou antigo 5º ano)

Ensino Secundário/ Ensino Complementar (12º ou antigo 7º ano)

Bacharelato/ Licenciatura

10. Situação Profissional

10.1-- Determine a situação em que se encontra neste momento:

Estudante	<input type="checkbox"/>
Trabalhador-estudante	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta própria	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>
Doméstica/o	<input type="checkbox"/>
Desempregado/a	<input type="checkbox"/>
Reformado/a	<input type="checkbox"/>

10.2-Que actividade profissional exerce (ou exercia, caso esteja desempregado)?

10.3- Indique o lugar onde exerce/exercia a sua actividade profissional

Em chãos	<input type="checkbox"/>
Na freguesia	<input type="checkbox"/>
No concelho	<input type="checkbox"/>
Fora do concelho	<input type="checkbox"/>

Obrigado pela sua colaboração, neste estudo!

Anexo 7

Sugestões da população para o Centro Cultural de Chãos	
Sugestão	Repetição
Mais formação	1
Espaço para crianças creche/atl	2
Remodelação do parque de diversão escolar	1
Wireless em toda a aldeia	1
Sessões de cinema	2
Workshops/encontros temáticos	2
Dança moderna para ocupação juvenil	1
Noite de fados/ artista convidado	1
Anfiteatro/salão polivalente	2
Campo de futebole	1
Maior união das pessoas da aldeia	4
Maior envolvimento da população	6
Mais animação ao fim de semana para os visitantes	1
Mais actividades socioeconómicas/ emprego/abrir uma fábrica	7
Espaço para venda de produtos agrícolas/excedentes da população	2
Espaço comunitário de exposição de trabalhos/ideias	1
Parque com animais para visitar	1
Abstenção : 20	

Anexo 8

Importância da Cooperativa Terra Chã para Chãos	
Escala	Justificação
Concordo totalmente	Devido ao seu impulso, tem permitido o crescimento da aldeia e o aumento da sua população jovem
	Porque tem grande contribuição no desenvolvimento da aldeia
	Pelo incentivo ao as condições e empenho em alcançar isso
	Porque promove o desenvolvimento local, bem como a preservação de costumes e tradições
	Temos o rebanho de cabras para verem e traz cá pessoas, vêm excursões e se não fossem eles não havia nada...temos uma casa restaurada por intermédio deles, caminhos arranjados, comidas boas, que traz cá turismo
	É bom para todos, vêm fazer baptizados, casamento e têm tudo preparado para quem vem passear têm camas e vêm também estrangeiros. A aldeia tem mais movimento
	As actividades que fazem na natureza chama mais pessoal que também podem recorrer ao restaurante
	é o desenvolvimento da aldeia tanto a nível de empregos, sustento como de lazer
	Porque as pessoas convivem mais e vêm de todo o lado como um passeio turístico conhecer isto
Traz desenvolvimento ao lugar através dos turistas e visitantes	
Concordo	Ajuda as pessoas a terem emprego e traz cá pessoas de fora para desenvolver a aldeia
	Dá emprego às pessoas que cá estão e traz outras que não passariam por cá se fosse a Terra Chã
	Porque dão emprego a algumas pessoas da aldeia e divulgam-na às pessoas de fora, mostrando o que temos e fazemos
	Porque é um fundo lucrativo para a aldeia
	Sempre aparecem pessoas de fora que deixam algum (dinheiro) a alguém
	Desenvolveu a aldeia
	Para haver desenvolvimento
	Tem dado desenvolvimento ao lugar

Traz muita pessoa aqui, dá desenvolvimento à terra
Vem muita gente de fora e chama muita pessoa
É uma maneira de desenvolver a aldeia e dar conhecimento
Vem muita gente de autocarro e do estrangeiro, se não fosse isso era uma terra morta
Vem muita malta fazer convívios, vem muita gente de fora
Trouxe divulgação da aldeia
Leva toda a aldeia de chãos a ser conhecida
Traz pessoas de outros sítios para conhecer a nossa aldeia
É bom para o desenvolvimento da terra porque dá oportunidades a quem não tem possibilidades de fazer isto noutra sítio
Porque é um passo de desenvolvimento para a terra, mesmo para o turismo
A nível de desenvolvimento local tanto na parte de turismo como de restauração
Porque permite o desenvolvimento e permite dar a conhecer a região
Porque é uma maneira de virem mais pessoas à terra caso contrário seria mais isolada pois é um lugar onde os turistas podem comer, dormir, ver artesanato...
Se não fosse a Cooperativa Terra Chã as pessoas não vinham cá e não era visto por tantas pessoas como é
Esta aldeia está isolada, por isso a electricidade veio mais tarde para aqui; o autocarro vem e volta para trás pois aqui é o fim de percurso... e a Cooperativa veio contrariar esta tendência
Isto é um meio pequeno e é uma forma de divulgar as tradições. Os produtos: queijos, chouriços, tecelagem, toda a nossa cultura
Dá a conhecer as coisas que há aqui há muitos grupos que vêm ver o que nunca viram (cisternas, casas tradicionais, gruta, passeios pela natureza)
Traz coisas que não tínhamos cá. Muitas pessoas passam pela terra
Porque tem várias actividades com envolvimento do lugar
É bom para o desenvolvimento da aldeia e há actividades que fazem a diferença para todos os habitantes
Porque tem divertimentos de ano a ano, se não fosse isso não tínhamos nada
É diferente de tudo o resto e poderia agregar toda a comunidade

	Porque há coisas que estão bem e outras que não
	Houve divisão do rancho, por isso não concordo totalmente
	Em parte é, pois tem parte boa e outra que nem é, na minha opinião dividiu um bocadinho as pessoas da aldeia, umas puxam para ir outras nem tanto
	Tem meios para fazer grandes coisas devia era de ser para todos na aldeia
Nem concordo, nem discordo	Porque é só para algumas pessoas, anda só á roda de alguns
	Porque não costumo ir lá, não me dá muito interesse
	A mim não me dá interesse nenhum
	Havia de ter outra dinâmica devia ser levantado, pois vejo que vêm pessoas de outros lados para aí, mas que desse mais possibilidades para as pessoas daqui
	Se fosse gerido de outra maneira podendo englobar mais a população de toda a aldeia
	Poderia ajudar ainda mais os da terra
Discordo	Dividiu a terra
Abstenção: 2	